



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ**  
**Centro de Ciências Sociais Aplicadas**  
**Programa de Pós-graduação em Administração**



**PATRÍCIA BERNARDO**

**Cotidiano no *Trike* e Territorialidades na Cidade**

Maringá/PR  
2015

**PATRÍCIA BERNARDO**

**Cotidiano no *Trike* e Territorialidades na Cidade**

Dissertação de mestrado apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Administração do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Estadual de Maringá.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Elisa Yoshie Ichikawa

Maringá/PR  
2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Biblioteca Central - UEM, Maringá, PR, Brasil)

B523c Bernardo, Patrícia  
Cotidiano no *Trike* e territorialidades na cidade  
/ Patrícia Bernardo. -- Maringá, 2015.  
127 f. : il. color., figs., quadro

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elisa Yoshie Ichikawa.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de  
Maringá, Centro de Ciências Sociais Aplicadas,  
Programa de Pós-Graduação em Administração, 2015.

1. Estudos organizacionais. 2 Territorialidade -  
*Drift trike* - Prática social. 3. Cotidiano - *Drift trike*. 4. Táticas - Cotidiano - *Drift trike*. 5.  
Estratégias - Cotidiano - *Drift trike*. I. Ichikawa,  
Elisa Yoshie, orient. II. Universidade Estadual de  
Maringá. Centro de Ciências Sociais Aplicadas.  
Programa de Pós-Graduação em Administração. III.  
Título.

CDD 21.ed. 658.001

MN-002004

PATRICIA BERNARDO

**COTIDIANO NO TRIKE E TERRITORIALIDADES DA CIDADE**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Administração, do Programa de Pós-Graduação em Administração, da Universidade Estadual de Maringá, sob apreciação da seguinte banca examinadora:

Aprovada em 27 de abril de 2015



Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Elisa Yoshie Ichikawa (PPA-UEM)  
(presidente)



Prof. Dr. Luiz Alex Silva Saraiva (Cepead-UFGM)  
(membro convidado)



Prof. Dr. Marcio Pascoal Cassandre (PPA-UEM)  
(membro)

---

## AGRADECIMENTOS

Não consigo pensar em outra maneira de começar os agradecimentos se não por aqueles que são minha base, meus pais. Eu os agradeço pelo apoio que sempre me dão. Mesmo sem compreender minhas decisões me incentivam e me ajudam. Desde criança me ensinaram a sonhar, a pensar diferente, a ter gosto pela leitura e a me adaptar a mudanças, estes são só alguns dos ensinamentos que me ajudaram durante toda a minha etapa do mestrado. Sem sombra de dúvidas, Jair e Edite, vocês são os meus maiores mestres.

Agradeço à minha irmã e ao meu irmão. Adriana, obrigada pela atenção e pela ajuda, seja com formatação de trabalho ou com bobearas do dia a dia. Anderson, obrigada pelas conversas que me questionavam sobre minha pesquisa, sobre meus rumos. Vocês realmente são presentes de Deus para mim.

Agradeço à minha orientadora, Dr<sup>a</sup>. Elisa Yoshie Ichikawa. Uma vez ouvi que orientar é um dom, é ter a capacidade de conduzir o outro a perceber o melhor que possui, a enfrentar os desafios e sair melhor. Obrigada por desempenhar nesta fase da minha vida este teu belo dom.

Agradeço a todos os docentes e funcionários do Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Estadual de Maringá. Em especial, agradeço aos professores Dr. João Marcelo Crubellate e Dra. Olga Maria Coutinho Pépece. Não teria alimentado o desejo pela vida acadêmica se não fosse o incentivo e exemplo de vocês desde a minha graduação.

E como não agradecer aos meus colegas e amigos de mestrado? Muito obrigada por serem meus companheiros durante todo esse período de aprendizagem. Sou grata pelos momentos que passei com vocês: tomando café, almoçando, discutindo sobre textos – como se tivéssemos entendido tudo, compartilhando preocupações, mas, principalmente, pelas risadas, e foram muitas risadas, e pela paciência. Obrigada.

Com carinho agradeço aos meus amigos. Aos de longa data, obrigada por torcerem sempre pela minha felicidade e sucesso, por não desistirem de mim depois de tantas respostas: “Não posso, tenho coisas do mestrado para fazer”. Aos que chegaram a pouco tempo em minha vida, obrigada pela paciência, e vão se acostumando – assim como os de longa data – porque ainda tem o doutorado.

De modo muito especial agradeço a todos do *Trike*. Todos que tive contato nas ladeiras que passei contribuíram para esse trabalho e para os frutos dele, agradeço por compartilharem comigo momentos da sua vida. Sou muito grata, principalmente, aos pilotos

de Apucarana pela acolhida e ajuda durante todos esses meses, vocês foram fundamentais para o desenvolvimento. Não vou citar nomes e nem outras cidades para não ser injusta, muitas pessoas contribuíram de alguma forma e a todos sou grata. Sigo na certeza de que há aqueles que continuaram comigo em outras ladeiras que ainda estão por vir.

Por último, mas com o coração transbordando de gratidão, agradeço a Deus. Obrigada pelo Seu cuidado, carinho e atenção comigo. Por cada pessoa que colocou em minha vida e por cada batalhada enfrentada. Obrigada por provar o Seu amor e por tranquilizar o meu coração quando lembro que passei a ter dois grandes intercessores aí o céu, meu vô Orlando e minha vó Geni.

*Sucedee, porém, que se pretende a inteligência sem labor.*  
*(Soren Kierkegaard)*

**RESUMO**

Esta pesquisa teve início com uma proposta de trabalhar o cotidiano na perspectiva de Michel de Certeau. Para ele, o cotidiano é capaz de aprisionar e oprimir o sujeito, mas não é constituído somente de opressões porque o homem busca mecanismos para conquistar uma liberdade, mesmo que temporária. À medida que aprofundei nas leituras sobre a temática, os estudos que abordavam questões voltadas para o cotidiano de cidades começaram a despertar meu interesse, e uma nova abordagem sobre cidades começou a ser compreendida. Dentro desta abordagem, a cidade é vista como uma “organização social”, e os aspectos do espaço urbano não podem ser totalmente compreendidos se não levarmos em consideração as questões sociais, políticas, culturais e as simbólicas. Ainda nesta visão, existem questões referentes à territorialidade. Aspectos que envolvem esta prática estão interligados com os sentidos e significados empregados às ações que acabam por modificar a relação dos indivíduos com o lugar, e, isso influencia as relações sociais, conseqüentemente, a dinâmica do território. Estes processos de significação e ressignificação podem ser conduzidos pelos grupos sociais. Tais processos são desenvolvidos nos territórios das cidades e podem ser observados por meio das manifestações dos grupos sociais no cotidiano. Enquanto estas concepções estavam sendo firmadas em mim, conheci o *Drift Trike*, prática que irei detalhar no decorrer deste trabalho, por meio do relato da minha experiência em campo. Com a intenção de compreender como o cotidiano dos atores sociais do *Drift Trike* territorializa a cidade, minha orientadora e eu, optamos por realizar uma pesquisa com caráter de “inspiração etnográfica”. Permaneci em campo de Abril a Novembro de 2014, participando neste período dos encontros para a prática e de viagens para campeonatos. Devido à possibilidade de uma convivência intenso e frequente, pude identificar como ocorrem as práticas sociais cotidianas do *Drift Trike*, caracterizar as práticas de microrresistências e a ressignificação das ruas por meio do cotidiano do *Drift Trike*, e com isso, compreender a construção da territorialidade no espaço utilizado para a prática. Ao me retirar do campo e com base nas minhas percepções, pude compreender que o *Drift Trike* é uma atividade de lazer e uma modalidade esportiva, mas, também, é formado por um grupo social, que denominei como *Trike*. Em consequência das dimensões deste grupo social, percebi que a construção da territorialidade de uma cidade é influenciada, em maior ou menor grau, por acontecimentos ou experiências em outras cidades. Este grupo é formado por várias equipes de diferentes cidades, mas entre estas equipes não há disputas territoriais, pois, os intrusos ou estranhos são as pessoas que não pertencem ao *Trike*, desde praticantes de outros esportes até moradores das proximidades. O processo de territorialidade está muito ligado ao sentimento de posse, mas também, ao sentimento de identificação do grupo com o lugar. Ao realizarem ações de diferenciação do território em relação aos demais buscam vinculá-lo com a imagem da equipe e vice versa, isso tanto em relação aos demais territórios dentro da cidade, como em relação aos outros territórios que se pratica o *trike* em outras cidades.

Palavras-chave: Cotidiano. Estratégias e táticas. Territorialidade. Ressignificação. *Drift Trike*.

## ABSTRACT

This research began with a proposal to work quotidian in Michel de Certeau perspective. For him, the quotidian can trap and oppress the individual, but is not made up of oppression only because men seek mechanisms to achieve freedom, even if temporary. As deepened the readings on the topic, studies that addressed issues facing the cities of quotidian began to awaken my interest, and a new approach to cities began to be understood. Within this approach, the city is seen as a "social organization", and aspects of urban space cannot be fully understood if we do not take into account the social, political, cultural and symbolic. Even within this view, there are issues related to territoriality. Aspects involving this practice are intertwined with the meanings employees to actions that end up changing the relationship between individuals and the place, and this influences social relations, consequently, the dynamics of the territory. These processes of meaning and resignification can be conducted by social groups. Such processes are developed in the territories of cities and can be observed through the manifestations of social groups in quotidian. Based on these conceptions I met the Drift Trike, a practice which I will detail in this paper, through the account of my experience in the field. With the intention to understand how does the construction of territoriality in the cities through the daily social practices Drift Trike, my mentor and I, we decided to perform a character with research "ethnographic inspiration". I've been researching the period April to November 2014, participating in this period of the meetings to practice and travel to tournaments. Due to the possibility of an intense and frequent meet, I could identify as occurring everyday social practices of Drift Trike, characterize micro-resistance practices and the resignification of the streets through the Drift Trike quotidian, and with it, understand the construction of territoriality in space used for practice. At the end of collecting data and based on my perceptions, I understand that the Drift Trike is a leisure activity and a sport, but also consists of a social group, have called as Trike. As a consequence of the dimensions of this social group, I realized that the construction of the territoriality of a city is influenced to a greater or lesser extent, by events and experiences in other cities. This group is made up of various teams from different cities, but between these teams no territorial disputes therefore intruders or strangers are people who do not belong to the Trike from practitioners of other sports to residents nearby. The territoriality process is closely linked to the feeling of ownership, but also to the group identification feeling with the place. When conducting differentiation of shares of the territory in relation to the other seeking link it with the image of the team, that both in relation to other areas within the city, as in relation to other territories of other city playing trike.

Keywords: Quotidian. Strategies and tactics. Territoriality. Resignification. Drift Trike.

## LISTA DE FIGURAS

|  |     |
|--|-----|
| Figura 1 - Mapa Mundial das Equipes de <i>Drift Trike</i> .....  | 17  |
| Figura 2 - Modelo de <i>Trike</i> .....  | 18  |
| Figura 3 - Peças utilizadas para a construção de um <i>Trike</i> .....                                   | 19  |
| Figura 4 - <i>Trike</i> Duplo Simples .....  | 19  |
| Figura 5 - “Reboque” dos <i>trikes</i> para o início do percurso (Apucarana/PR) .....                    | 20  |
| Figura 6 - Equipamentos de segurança.....  | 22  |
| Quadro 1 - Paradigmas de Burrell e Morgan.....   | 63  |
| Figura 7 – Medidas para o <i>trike</i> em campeonatos nacionais e mundiais .....                         | 85  |
| Figura 8 - Pilotos chegando para o GP de Bombinhas 2014.....   | 86  |
| Figura 9 - Local utilizado para assistir o campeonato e de espera pelos pilotos (GP da Graciosa/PR)..... | 88  |
| Figura 10 – Símbolo da equipe de Londrina pintado na rua do bairro.....                                  | 96  |
| Figura 11 - Símbolo de identificação de um dos pilotos de Apucarana/PR.....                              | 99  |
| Figura 12 - Símbolo de um piloto da equipe de Londrina/PR.....   | 100 |
| Figura 14 - Símbolo de um piloto de Curitiba/PR.....   | 100 |
| Figura 15 - Capacete com modificações (piloto de Curitiba/PR).....                                       | 101 |
| Figura 16 - Capacete com modificações (piloto de São Paulo/SP) .....                                     | 102 |
| Figura 17 - Rampa de largada no modelo da NDT para campeonatos nacionais.....                            | 108 |
| Figura 18 - Rampa de largada da equipe de Apucarana/PR .....   | 108 |
| Figura 19 - Campeonato Mundial de <i>trike SliderKing</i> (etapa Brasil).....                            | 120 |

## SUMÁRIO

|  |            |
|--|------------|
| <b>1 CONSTRUÇÃO DA PROBLEMÁTICA DE PESQUISA .....</b>                            | <b>10</b>  |
| <b>2 <i>DRIFT TRIKE</i>: UM LAZER, UM ESPORTE, UMA PRÁTICA SOCIAL.....</b>       | <b>16</b>  |
| <b>3 CONSTRUINDO AS BASES TEÓRICAS .....</b>                                     | <b>26</b>  |
| 3.1 O COTIDIANO .....  | 26         |
| <b>3.1.1 As microrresistências: estratégias e táticas.....</b>                   | <b>30</b>  |
| <b>3.1.2 As práticas cotidianas.....</b>   | <b>36</b>  |
| 3.2 UM NOVO OLHAR, UMA NOVA TEORIA NO MEIO DO CAMINHO .....                      | 40         |
| <b>3.2.1 Cidades, espaços e lugares: o pano de fundo .....</b>                   | <b>40</b>  |
| <b>3.2.2 Territórios e territorialidade .....</b>                                | <b>52</b>  |
| <b>4 PERCURSO PARA A REALIZAÇÃO DA PESQUISA .....</b>                            | <b>62</b>  |
| 4.1 OS PARADIGMAS DA PESQUISA.....   | 62         |
| 4.2 UMA PESQUISA COM “INSPIRAÇÃO ETNOGRÁFICA” .....                              | 64         |
| 4.3 CAMINHO TRILHADO PARA O DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA .....                    | 68         |
| <b>5 O ESTRANHAMENTO E A QUEDA: PROCEDIMENTOS DE INSERÇÃO NO CAMPO .....</b>     | <b>74</b>  |
| <b>6 A VIDA NO <i>TRIKE</i>: VIVÊNCIA EM CAMPO .....</b>                         | <b>80</b>  |
| 6.1 O “ROLÊ DO <i>TRIKE</i> ”: AS PRÁTICAS COTIDIANAS .....                      | 80         |
| 6.2 “#PARTIUGP”: OS CAMPEONATOS DE <i>TRIKE</i> .....                            | 86         |
| 6.3 “FINCANDO BANDEIRA”: TRANSFORMANDO RUAS EM LADEIRAS DO <i>TRIKE</i><br>..... | 92         |
| 6.4 “TUDO JUNTO E MISTURADO”, MAS TENTANDO SER DIFERENCIADO ...                  | 97         |
| 6.5 ACIDENTES DE <i>TRIKE</i> : MARCAS NA PELE E NA VIDA.....                    | 102        |
| <b>7 A MINHA RESPOSTA .....</b>  | <b>105</b> |
| <b>8 DESLIGAMENTO, FINALIZAÇÃO E CONCLUSÃO .....</b>                             | <b>116</b> |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>   | <b>121</b> |

## 1 CONSTRUÇÃO DA PROBLEMÁTICA DE PESQUISA

Quero iniciar expondo o pensamento de Helen Longino (1998), a qual defende que as percepções e experiências individuais do pesquisador influenciam a pesquisa, mas não a invalidam, ao contrário, ajudam a melhor compreender as escolhas e os caminhos trilhados durante o desenvolvimento do estudo. Início com o pensamento desta autora não como forma de me desculpar por não pertencer ao grupo, dentro do campo da Administração, que desenvolve pesquisas funcionalistas e voltadas para a gestão, mas como forma de explicar que para o leitor compreender minha pesquisa terá que estar ciente, primeiramente, do processo pessoal vivenciado para a construção da problemática. Um processo de desconstrução e construção. Não quero que você, leitor, me veja como presunçosa e nem como preconceituosa em relação às outras linhas de pesquisa, mas, somente, que esteja ciente que nas páginas que seguem terá contato com diferentes teorias, diversos autores, com o *Drift Trike* e, também, com um pouco de mim, das minhas experiências e percepções.

Quando iniciei as atividades para o desenvolvimento da dissertação do mestrado, minha orientadora propôs que trabalhássemos com a temática sobre o cotidiano, dentro da perspectiva do filósofo francês Michel de Certeau. E a partir de então, começou em mim um processo de desconstrução da minha forma de pensar e observar as práticas cotidianas. Isto porque, Certeau (1998) me levou a perceber que o cotidiano precisa ser visto não só como as práticas rotineiras e corriqueiras, mas como um campo onde existem práticas de microrresistências.

Para ele, o cotidiano é capaz de aprisionar e oprimir o sujeito, mas não é constituído somente de opressões porque o homem busca mecanismos para conquistar uma liberdade, mesmo que temporária. Esta busca é formada por práticas sutis de resistências que acabam por gerar uma “liberdade gazeteira”, como o próprio autor denomina, sendo que para a construção destas práticas utiliza-se da criatividade. Ou seja, para Certeau (1998), o cotidiano é formado por “movimentos invisíveis”<sup>1</sup>, que sutilmente formam as práticas de opressão e as de resistências. Além disto, este autor ressalta a importância de estudar o homem comum, o “homem ordinário”, por acreditar que é por meio dele que a história é construída, criada, assim o estudo deste “homem ordinário” e das suas práticas permite uma melhor compreensão sobre a invenção do cotidiano (DURAN, 2007).

---

<sup>1</sup> As teorias e conceitos sobre o cotidiano dentro da visão do autor, Michel de Certeau, estarão de modo aprofundado e detalhado na seção destinada ao aporte teórico utilizado para esta pesquisa. A subseção “3.1 O COTIDIANO” tratará de trabalhar estes conceitos, neste momento, basta mencioná-los.

Com isto, à medida que fui possuindo uma maior familiaridade com as ideias de Certeau, a minha forma simplista de pensar sobre o cotidiano, sobre a sua formação e a participação dos indivíduos na sua construção, precisou ser desconstruída. Ao ler o volume II do livro “*A invenção do cotidiano*” (CERTEAU; GIARD; MAYOL, 1998) consegui melhor assimilar como ocorre essa construção e a existência destes movimentos invisíveis. Isto porque este volume aborda um estudo sobre o cotidiano de um bairro, onde os autores lançam um olhar sobre as práticas corriqueiras de pessoas comuns e as desvelam, possibilitando assim compreender os sentidos que existem por trás das ações. Diante disto, passei a observar de maneira mais atenta o cotidiano em que estava inserida.

Com o passar do tempo e das leituras realizadas sobre a temática, os estudos que abordavam questões voltadas para o cotidiano de cidades começaram a despertar um maior interesse em mim. Assim, dediquei-me com mais atenção a esta parte da temática e, com o auxílio da minha orientadora, uma nova abordagem sobre o assunto começou a ser compreendida por meio do conceito de organização-cidade<sup>2</sup>.

Dentro deste conceito, a cidade passa a ser vista como uma organização, aproximando a definição de uma “organização social”, que leva em consideração questões dos aspectos sociais, econômicos, físicos, geográficos, morais, culturais, além, da linguagem, comunicação, política-administrativa e jurídica (MAC-ALLISTER DA SILVA, 2001). Todavia, este conceito passou por um processo de ampliação e assumiu-se que os aspectos do espaço urbano não podem ser totalmente compreendidos se não levarmos em consideração as questões sociais, políticas e culturais, bem como, as simbólicas (SARAIVA; CARRIERI, 2008, 2012). Saraiva e Carrieri (2008) compreendem que a “dinâmica simbólica” existe em toda e qualquer organização, sendo esta relacionada ao modo como os diferentes grupos organizacionais “percebem, interpretam e se apropriam dos signos existentes, em uma contínua corrente de significados que ocorre simultaneamente aos processos formalizados de gestão” (SARAIVA; CARRIERI, 2008, p.7). E, dentro da dimensão simbólica, um aspecto importante são os grupos sociais, pois são os mesmos que empregam sentidos as coisas e as práticas, além, também, de serem responsáveis por parte da constituição da dinâmica e da cidade. Assim, o campo de estudos sobre cidades vêm sendo ampliado para estas dimensões, e com esta ampliação houve um maior enfoque sobre os grupos sociais.

---

<sup>2</sup> O conceito será apresentado de maneira aprofundada na seção destinada ao aporte teórico utilizado para esta pesquisa, neste caso estará presente na subseção “3.2 UM NOVO OLHAR, UMA NOVA TEORIA NO MEIO DO CAMINHO”.

Um dos pontos que passou a ser estudado de modo recorrente são as práticas territoriais dos grupos, as formas de ocupação de um espaço e de um lugar, ou seja, a territorialização e a territorialidade. Isso engloba questões como a formação de sentidos no consumo deste espaço, as relações sociais formadas e os conflitos existentes (COIMBRA, 2013). Os aspectos que envolvem a territorialidade estão muito interligados com a formação de sentidos e significados empregados as práticas que acabam por modificar a relação dos indivíduos com o lugar, e influência nas relações sociais, conseqüentemente, na dinâmica do território.

Ao ler o estudo realizado por Kary Emanuelle Reis Coimbra (2013) sobre a dinâmica territorial urbana promovida pelo Movimento Quarteirão do *Soul*, em Belo Horizonte/MG, consegui melhor compreender a concepção da cidade como um espaço urbano heterogêneo, várias “cidades” dentro de uma mesma cidade. Dentro desta perspectiva, a cidade é formada por meio de grupos sociais que lhe dão sentido por meio da construção de uma “cidade-simbólica”, a qual pode ser percebida pelo revelar das emoções e sentimentos, das expressões de utopias, de esperanças, de desejos e medos, individuais e coletivos (PESAVENTO, 2007). Deste modo, quando os grupos sociais empregam novos sentidos em suas práticas, eles transformam, recriam o lugar, sendo que estes significados influenciam e são influenciados pelas situações e contextos históricos em que o grupo está inserido. Por isto, estes processos de significação e ressignificação são dinâmicos e constantes, podendo, até mesmo, modificar completamente a finalidade primeira do objeto ou lugar em questão (COIMBRA, 2013).

Mas como estes processos de significação e ressignificação desenvolvidos nos territórios da cidade podem ser observados? De modo concreto, estes processos podem ser observados por meio das manifestações dos grupos sociais no cotidiano, principalmente, por meio das práticas culturais, de cidadania e de lazer, externadas em suas práticas territoriais (MAC-ALLISTER DA SILVA, 2001; COIMBRA, 2013).

Com estas novas concepções se alicerçando em mim, minha forma de olhar a cidade em que vivo (Maringá/PR) foi modificada, passei a observar as práticas corriqueiras com maior atenção. Meu caminhar pelas ruas deixou de ser de uma simples transeunte, uma curiosidade para compreender as ações e os seus significados foi despertada em mim. E foi num destes caminhar pelas proximidades da universidade em que estudo, que comecei a observar uma nova prática de lazer realizada nas ruas, o *Drift Trike*.

O que é o *Drift Trike*? O *Drift Trike* é uma atividade que consiste na utilização de um equipamento que é a adaptação do triciclo para descer ladeiras. Ele é praticado, principalmente, por pessoas acima dos 25 anos. Este equipamento utilizado é chamado de

*trike*<sup>3</sup>, parecido com um triciclo infantil adaptado para adultos, com o qual o indivíduo desce uma ladeira realizando manobras que possibilitem que ele deslize pela rua mais rápido, podendo atingir velocidades acima de 60km/h. Devido à curiosidade que em mim foi despertada comecei a pesquisar na internet sobre a atividade e constatei que este era o seu maior meio de divulgação, tanto que foi por meio de publicações em redes sociais que ocorreu a propagação da prática em vários países. O esporte surgiu na Nova Zelândia, por volta de 2008 e já em Abril de 2014, foi realizada a 3ª edição do campeonato mundial, etapa realizada no Brasil. Além disto, constatei que as redes sociais são os maiores meios para a organização dos encontros e eventos, além das trocas de informações para aprimorar a atividade. Assim, procurei nas redes sociais por grupos de praticantes de *Drift Trike* na cidade de Maringá/PR e região, e encontrei em uma maior interatividade nos grupos de praticantes da cidade de Apucarana/PR.

Ao ver a prática deste esporte nas ruas de Maringá/PR comecei a refletir sobre isto. A rua, um lugar público com finalidade primeira para servir como um espaço de passagem de um local ao outro, passou a ser usado como espaço para lazer, entretenimento que envolve toda a família, um esporte que possibilita uma maior integração entre indivíduos de ambos os sexos e com diferentes condições físicas. Além disto, notei que o número de praticantes aumentava, bem como a quantidade de pessoas que eram atraídas para ver as descidas de *trike*. A partir disto, todo o ambiente era modificado, desde a montagem de tendas improvisadas, as chamadas bases de apoio nas calçadas e acostamentos, até o fechamento temporário da rua que afetava as pessoas que passavam. Observei ainda, que os praticantes se identificavam como pertencentes ao grupo ou equipes diferentes por meio das camisetas que usavam ou nos equipamentos. Notei, por meio destas identificações, que haviam equipes de outras cidades, como: Londrina/PR e, em maior número, pessoas de Apucarana/PR.

Por vezes, em dias diferentes, observei de longe esta prática, somente passando e, às vezes, parando alguns instantes para ver. Iniciei então meus primeiros contatos com os praticantes de *trike* em Maringá, e em uma de minhas primeiras visitas fui convidada a acompanhá-los em um campeonato na cidade de Apucarana, onde conheci a equipe dessa cidade. Já nas minhas primeiras visitas ao local onde ocorre a prática do *trike* em Maringá, observei algumas situações que me fizeram perceber que se eu quisesse mesmo pesquisar o cotidiano do *trike*, seria bom ampliá-lo para outros espaços, além de Maringá. Sobre isso, detalharei mais adiante, no capítulo que descrevo meu percurso metodológico. Por ora, basta

---

<sup>3</sup> A partir da página 18 há fotografias que apresentam os equipamentos utilizados como melhor forma de ilustração.

dizer que surgiu a possibilidade de estabelecer contatos e visitas com equipes de outras cidades, como de Apucarana/PR, Londrina/PR, Curitiba/PR, Itapema/SC, Atibaia/SP, além de Maringá. E, também, realizei viagens com as equipes de Maringá e Apucarana para participar dos campeonatos.

No decorrer das minhas observações e, com as concepções teóricas que estavam se firmando em mim, o seguinte problema de pesquisa foi construído: Como o cotidiano dos atores sociais do *Drift Trike* territorializa a cidade? Para responder a essa pergunta, irei me orientar pelos seguintes objetivos específicos:

1. Identificar como ocorrem as práticas sociais cotidianas do *Drift Trike*.
2. Caracterizar as práticas de microrresistências e a ressignificação das ruas por meio do cotidiano do *Drift Trike*.
3. Compreender a construção da territorialidade no espaço utilizado para a prática do *Drift Trike*.

Assim, devido ao objetivo proposto, minha orientadora e eu, optamos por realizar uma pesquisa qualitativa com caráter de “inspiração etnográfica”, pois, este tipo de pesquisa permite a utilização de ferramentas que possibilitam uma maior convivência do pesquisador com o grupo que está estudando, fator que foi fundamental para minha observação das práticas cotidianas e dos micromovimentos de estratégia, tática e ressignificação. Isto me permitiu compreender como ocorre a construção da territorialidade nestes espaços. Os primeiros passos para a minha imersão como pesquisadora no campo ocorreram por contatos realizados pela internet com as comunidades dos grupos e equipes de *Drift Trike*. Mas eu permaneci em campo de Abril de 2014 a Novembro do mesmo ano, participando neste período dos encontros para a prática e de viagens para campeonatos, sendo que, em média, foram três finais de semana em cada mês dedicados a vivência com o grupo.

Mas, por que realizar esta pesquisa? Por que estudar a territorialidade promovida por um pequeno grupo social? Por que estudar as práticas cotidianas? E, por que utilizar o *Drift Trike* como campo de observação destas práticas? Sempre que me fazem estas perguntas logo me vem outra: e por que não estudar?

Dentro dos Estudos Organizacionais sobre cidades é mais comum e tradicional buscar compreender sobre a gestão territorial urbana, observando, principalmente, questões relacionadas a recursos. Mas a dinâmica territorial de uma cidade vai além deste enfoque, são os grupos sociais, em especial, que promovem as movimentações, que dão sentido e

significados as práticas corriqueiras. Todavia, estes grupos são por vezes esquecidos nesta tentativa de compreender o fenômeno “cidade” dentro dos estudos na área da Administração. Por isso, eu vejo a importância de buscar compreender esta dinâmica de ocupação e posse simbólica de uma região da cidade por um grupo de indivíduos que, por vezes, são até esquecidos ou não vistos quando lançamos um olhar totalizante sobre as cidades.

Estas práticas mudam o significado e o sentido inicial, como neste caso, o espaço público passa ser, simbolicamente, espaço de um grupo específico e limitado. Geralmente, estas ações não modificam as grandes estruturas da cidade e nem o cotidiano de pessoas influentes na alta sociedade, mas, transformam, significativamente, o cotidiano do indivíduo comum, daquele que é visto como “mais um número” no censo da cidade. Estudar estas dinâmicas contribuiu para o entendimento da realidade local e do grupo, isto porque a dinâmica da territorialidade tem reflexo nas estruturas físicas e culturais da região.

E o *Drift Trike* foi a prática dentro do espaço geográfico que tenho contato que mais me chamou a atenção, exatamente por utilizarem um espaço público tão comum no dia a dia das pessoas. Estamos tão habituados com a definição de rua como um espaço público e de passagem que quando me deparei com uma prática que modifica estes dois sentidos, a minha curiosidade foi aguçada e despertou o meu interesse como pesquisadora. Por isso, vi uma vasta área a ser pesquisada e descoberta utilizando, para isto, o arcabouço teórico sobre práticas cotidianas e territorialidade. E essa minha percepção inicial foi comprovada à medida que conhecia o campo, ele se mostrou mais complexo do que imaginava, mais desafiador do que esperava, e abriu possibilidade para ampliação da presente pesquisa e para o desenvolvimento de pesquisas futuras, como mostrei mais adiante.

Como forma de estruturação do trabalho irei, no capítulo seguinte, explicar um pouco mais sobre a prática do *Drift Trike*, a fim de melhor ilustrar as atividades que a envolvem. Para então, no capítulo 3, adentrar nas questões voltadas para as bases teóricas em que me apoiei, expondo a minha compreensão sobre as teorias referentes ao cotidiano e a questão da construção da territorialidade. Posteriormente, apresento os procedimentos metodológicos que adotei, expondo as ferramentas metodológicas e os meus primeiros passos em campo. Para somente então, descrever a minha vivência em campo, minhas percepções baseada nas teorias que estudei e encerrar com as minhas considerações finais.

## **2 DRIFT TRIKE: UM LAZER, UM ESPORTE, UMA PRÁTICA SOCIAL**

Desde o início da minha pesquisa foi muito comum ver a expressão no rosto das pessoas de “*não entendi o que você disse*” quando eu falava sobre o que era a minha dissertação. No entanto, essa expressão não estava relacionada à parte teórica, mas ao *Drift Trike* (DT). Na verdade, às vezes acho que raros prestarão atenção quando expliquei quais teorias estava estudando, a maioria se perdia em seus próprios pensamentos tentando buscar em sua memória algo que os familiarizasse a prática, geralmente, eram os carrinhos de rolimã ou *velotrol* de sua infância. Por isso, antes de prosseguir este trabalho, é importante que eu explique o que vem a ser o *Drift Trike* (DT) e a forma como ele será abordado por mim.

Esta prática é muito recente, os materiais com data de divulgação mais antiga são de 2008, nos Estados Unidos e na Nova Zelândia, por isso não há ainda muitas fontes. Diante desta falta de informações, os dados que irei apresentar são baseados em reportagens divulgadas por meio eletrônico e em revistas esportivas, assim como, de vídeos e publicações dos praticantes desta modalidade, além das minhas próprias observações em campo.

Um dos pontos que geram controvérsias é sobre onde e como surgiu esta prática. Nas reportagens ligadas a uma grande empresa patrocinadora de eventos de *Drift Trike* afirma-se que a prática surgiu nos Estados Unidos (EUA). Mas, em sites e reportagens desenvolvidos por praticantes consta que o início da prática ocorreu na Nova Zelândia e, logo em seguida, levada para os EUA. No Brasil, a prática surgiu por meio de vídeos de outros países que foram divulgados pela internet e, desde 2012 há registro de realização de campeonatos no país. Entretanto, durante os anos de 2013 e 2014 o esporte ganhou maior notoriedade, isto porque começou uma maior divulgação nos meios de comunicação e em matérias da Rede Globo e MTV. O que gerou, conseqüentemente, um grande aumento no número de praticantes no país.

Em nível mundial há atualmente, em média, 154 equipes oficialmente organizadas e inscritas no “Mapa do *Drift Trike*” (um mapa *on line* que indica as principais equipes e pistas de DT no mundo, conforme ilustra a imagem a seguir). Desta, 91 equipes são do Brasil, sendo que a maioria teve sua fundação a partir do segundo semestre de 2012, o que comprova o quanto a prática vem crescendo nos últimos anos. Há uma maior concentração de equipes nos estados de São Paulo (22 equipes), Santa Catarina (também, 22 equipes) e Paraná (18 equipes).



**Figura 1 - Mapa Mundial das Equipes de *Drift Trike***

Fonte: *Google Maps*<sup>4</sup>

Mas sobre a prática, para que o leitor deste trabalho possa compreender melhor, creio que seja bom iniciar explicando sobre o principal equipamento utilizado e o qual mais atrai a curiosidade ao ser visto nas ruas, o *trike*. O DT é uma prática em que o indivíduo utiliza o *trike*, um carrinho que é uma adaptação entre o carrinho de rolimã e o triciclo, para descer ruas íngremes atingindo alta velocidade e realizando manobras ao deslizar no asfalto e giros de 180° até 360°. Para melhor apresentar, segue uma fotografia de um dos modelos mais utilizados de *trike*, a qual foi retirada de um grupo do *Facebook*, “*ALL TRIKES in the World*”, no qual os praticantes postam fotos dos seus *trikes*.

---

<sup>4</sup> Acesso em: <https://mapsengine.google.com/map/u/0/viewer?mid=zXXhaXtGrA9U.kM6PRRybcoOo>



**Figura 2 - Modelo de Trike**

Fonte: ALL TRIKES in the World (Foto de Rodrigo Fischer)<sup>5</sup>

Nos primeiros anos do surgimento desta prática, o carrinho ou *trike* era fabricado pelos praticantes utilizando uma mistura de peças de outros equipamentos, partes da bicicleta, outras do kart, como apresenta a gravura a seguir. Mas desde o segundo semestre do ano de 2013 houve a abertura de empresas que fabricam todo o equipamento e entregam para os praticantes de acordo com as especificações que pedem. Entretanto, a prática mais comum ainda é de comprar as peças em separado nestas empresas especializadas em *trike* e montá-lo em casa ou em pequenas oficinas de garagem que as equipes organizam. Desta forma, o *trike* é personalizado pelo próprio *trikeiro*, como são chamados os praticantes, e eles costumam realizar adaptações que se tornam a marca registrada do indivíduo.

Observando o material divulgado na internet e com a minha observação em campo percebi que a maioria dos praticantes monta seu *trike* e, para eles, é um momento de lazer este tempo gasto na preparação. Não só a preparação, mas a manutenção e novas adaptações realizadas também são tidas como parte da prática e do entretenimento que o *Trike*<sup>6</sup> proporciona. Por meio desta possibilidade de construir seu *trike* e adaptá-lo, há uma boa variedade de modelos, não fugindo da ideia principal apresentada anteriormente.

<sup>5</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/alltrikesintheworld/?fref=ts>. Acesso em: mar. 2015.

<sup>6</sup> Quando mencionar o termo “*Trike*”, eu estarei me referindo à prática do *Drift Trike*, e quando me referir ao equipamento mencionarei “*trike*”. Isso porque é usualmente utilizado pelos praticantes dessa modalidade o termo “*Trike*” para se referirem ao seu lazer e esporte que tornou-se, praticamente, um estilo de vida para eles.



**Figura 3 - Peças utilizadas para a construção de um Trike**

Fonte: PRO TRIKE, 2014, p. 17.

Uma das adaptações que me chamou a atenção foi a criação do *trike* duplo, o qual pode ser simples, desenvolvido com a finalidade de que duas pessoas descem a ladeira juntos. Ou ainda, este *trike* duplo pode ser modificado com adaptações que permitam que indivíduos portadores de deficiência física sejam integrados à prática e interajam com as outras pessoas. No interior de São Paulo, em São Bernardo dos Campos, a utilização destes modelos com adaptações para pessoas portadoras de necessidades especiais é muito comum.



**Figura 4 - Trike Duplo Simples**

Fonte: A autora.

Normalmente, o *Trike* é praticado em grupo e as funções desempenhadas por cada um são decididas no momento em que se reúnem e podem variar no decorrer de um mesmo encontro. Há uma pessoa que fica responsável por cuidar do “apoio”, ela ficará com o carro que fará o reboque dos *trikes* do final da ladeira para o topo novamente. Geralmente, este carro desce na frente dos *trikeiros* durante o percurso a fim de observar a movimentação de carros e pedestres para liberar a decida. Na parte traseira do veículo é amarrada uma corda, na qual as pessoas se seguram para realizar a subida ou “reboque”, retornando ao ponto de início, como representado pela fotografia a seguir.



**Figura 5 - “Reboque” dos *trikes* para o início do percurso (Apucarana/PR)**

Fonte: A autora.

Diante do que expus sobre o *Drift Trike* posso afirmar que esta prática se trata de um lazer, pois na visão de Sharma (1994) o lazer pode ser uma atividade que a pessoa realiza em seu tempo disponível, após os seus compromissos e obrigações, escolhida a partir das preferências individuais. Neste sentido, Dumazedier (2000) também defende que o lazer pode ser o desenvolvimento de atividades de escolha individual, realizadas após a liberação das obrigações profissionais, familiares e sociais. O autor ainda elenca que tais práticas podem ser desenvolvidas com a intenção de repousar, se divertir, desenvolver a informação ou a formação desinteressada, ou ainda, a participação social voluntária ou a capacidade de criação pessoal.

Todavia, o *Drift Trike* não se restringe a ser classificado como um lazer, ele pode ser visto como uma prática esportiva, isto baseado na definição de Barbanti (2006, p. 57) do que é

esporte: “uma atividade competitiva institucionalizada que envolve esforço físico vigoroso ou o uso de habilidades motoras relativamente complexas, por indivíduos, cuja participação é motivada por uma combinação de fatores intrínsecos e extrínsecos”. Então, segundo o autor, para que uma atividade possa ser considerada como uma prática esportiva deve-se observar três condições: 1 – atividades específicas; 2 – condições em que acontece; 3 – orientação subjetiva dos participantes. Vou explicar cada uma das condições detalhando um pouco mais o *Drift Trike*.

A primeira condição, sobre a atividade específica, se refere a uma noção do esporte estar relacionado a uma atividade física. Barbanti (2006) explica que esta atividade deve envolver habilidades motoras, proezas físicas ou esforços físicos, que a prática do DT atende a estes requisitos pode ser comprovado pelo o que expliquei até o momento. Para andar de *trike*, ou como dizem os praticantes, para “descer de *trike*” é necessário habilidade motora para a realização das manobras em alta velocidade e esforço físico.

Todavia, a primeira condição está ligada a segunda que se refere às condições para a realização da prática, para ser vista como um esporte a atividade física deve ser institucionalizada, competitiva (BARBANTI, 2006). Sobre esta questão, embora o *Drift Trike* não possua um órgão regulador, que defina e faça cumprir as regras a nível geral em todos os encontros e eventos da modalidade, ele vem sendo institucionalizado gradativamente. No ano de 2013, foi criada, no Brasil, a NDT (*Nacional Drift Trike*) com o intuito de promover competições em nível nacional com regras padronizadas, criando um campeonato nacional com cinco etapas. No ano de 2014, as etapas foram realizadas em Sabará/MG, Graciosa-Quatro Barras/PR, Querosene-São Pedro/SP, Farroupilha/RS e Bombinhas/SC. Além disto, atualmente, há no Brasil três Ligas oficialmente regulamentadas e que atuam de maneira independente da NDT: a LPDT (Liga Paulista de *Drift Trike*), LPRDT (Liga Paranaense de *Drift Trike*) e a LCDT (Liga Catarinense de *Drift Trike*). Estas Ligas promovem campeonatos estaduais e cada uma delas possui regras específicas para os eventos em seu estado, sendo que as regras destas Ligas possuem divergências com as regras do campeonato nacional.

Entretanto, sobre as condições para a realização do esporte, Barbanti (2006) explica que os elementos institucionais precisam, geralmente, possuir quatro características, as quais eu irei descrever.

1 – As regras precisam ser padronizadas, ou seja, elas não podem ser modificadas no decorrer da prática somente para atender a interesses individuais ou de alguns, no intuito de os privilegiarem. Para a prática do DT, como já dito, cada campeonato possui suas regras

definidas, seja nos moldes da NDT ou das Ligas, e tais regras são seguidas no decorrer de todas as etapas. Isso já nos remete a segunda característica.

2 – O cumprimento das regras deve ser feito por entidades oficiais. O cumprimento das regras e a fiscalização dos resultados são de responsabilidade dos organizadores, seja da NDT ou das Ligas. Uma questão que é muito cobrada e é padronizada nas regras da NDT e das Ligas é o uso dos equipamentos de segurança. A realização deste esporte é perigosa, uma vez que na descida atingem velocidades acima de 60 km/h, e dependendo da ladeira podem chegar a 90 km/h; e na subida um *trike* pode bater no outro provocando a queda das pessoas. Em todos os campeonatos a não utilização de qualquer um dos equipamentos de segurança gera a imediata desclassificação do piloto. Essa medida foi adotada devido ao aumento do número de acidentes graves durante as descidas e, principalmente, após a primeira morte durante a prática, a qual ocorreu no Brasil, no interior de São Paulo. Além dos equipamentos obrigatórios, ilustrados a seguir, muitos pilotos estão utilizando o macacão de *MotoCross* como auxílio na proteção.



**Figura 6 - Equipamentos de segurança**

Fonte: PRO TRIKE, 2014, p. 19.

3 – A terceira característica é a importância atribuída aos aspectos técnicos e organizacionais da atividade. Isso promove nos pilotos o desenvolvimento de estratégias nas competições e um aumento no tempo dedicado ao treinamento. Além disto, há o desenvolvimento e aprimoramento de equipamentos esportivos com a finalidade de aumentar o rendimento nas pistas. Falarei um pouco mais sobre estes aspectos nos capítulos que irei detalhar a minha vivência em campo.

4 – Já a quarta, e última característica, se refere à formalização da aprendizagem das habilidades para a realização da prática. Pois, como se aumenta a preocupação com a melhora do desempenho e o sucesso nas competições, os praticantes procuram orientações de pessoas consideradas especialistas na área ou em áreas que contribuem para seu desempenho, como preparadores físicos, pilotos de outras modalidades.

A terceira condição para que uma atividade física seja considerada um esporte se refere a orientação subjetiva dos participantes, ou seja, ao chamado “espírito esportivo”, o qual indica que os indivíduos praticam a atividade motivados pela satisfação intrínseca que ela proporciona (BARBANTI, 2006). Sobre as orientações subjetivas ao realizar uma prática esportiva, Stone (1955) explica que existem duas principais preocupações individuais: a de brincar e a de se exibir. Quanto à preocupação de brincar, o autor explica que embora o esporte possua regras, uma organização e estrutura planejada, o desenvolvimento da atividade proporciona momentos de liberdade e espontaneidade nas escolhas e ações dos envolvidos. Já a preocupação de se exibir, refere-se a fatores simbólicos, ao expor-se na intenção de atrair atenção para si, está relacionado a benefícios sociais simbólicos. Ao relatar a minha experiência em campo e a interpretação dos dados coletados, os fatores relacionados a esta terceira condição poderão ser melhores observados.

Com o que expus é correto afirmar que o *Drift Trike* é uma prática esportiva, entretanto, ele também pode ser visto como uma prática social. Primeiramente, esclareço a visão sobre prática, dentro deste âmbito. Compartilho do pensamento de Geiger (2009) de que restringir o conceito de prática a somente àquilo que as pessoas fazem é simplista e menospreza o que está por de trás das ações praticadas. Mas o que é prática? A prática pode ser definida como conjuntos de atividades, mas Schatzki (1996, 2001) explica que estes conjuntos estão repletos de fazeres e dizeres, e que outra relação pode acontecer, os fazeres e dizeres se incorporando a uma prática. Sendo que, as atividades que compõem a prática são as ações corriqueiras realizadas pelas pessoas, referindo-se a dimensão dos fazeres; já os dizeres referem-se à fala, mas também, às sutilezas da linguagem corporal e dos silêncios (SCHATZKI, 2002). Todavia, Schatzki (2001) explica que há uma variedade de aspectos vinculados à prática, por isso não existe uma abordagem unificada e nem conceitos definidos, assim o autor apresenta as principais linhas de pensamento sobre o conceito. A maioria dos pesquisadores compreende a prática como conjunto de atividades, outros definem como as habilidades, conhecimentos tácitos e pressuposições associadas às atividades. Há aqueles, com influência da filosofia e das ciências sociais, que apresentam as práticas como o conjunto das atividades humanas, e na esfera dos estudos em ciência e tecnologia, inclui-se os

elementos não-humanos, como: objetos, artefatos, máquinas e outros equipamentos relacionados às atividades. Entretanto, há um ponto central para os teóricos da prática, a concepção de um conjunto capaz de mediar as atividades humanas, organizando-as ao redor de uma compreensão prática compartilhada (SCHATZKI, 2001).

Ao observar as práticas no campo social, não privilegamos os indivíduos de maneira particular, mas os arranjos sociais, ou a convivência humana local. E quando diversas práticas são colocadas em conjunto, é possível observar a ordem social de modo mais amplo, compreendendo a constituição do “mundo social”. Ressaltando que as práticas sociais possibilitam modificações no meio que se desenvolvem, nos indivíduos que as praticam e as próprias ações podem ser modificadas no decorrer do tempo (SCHATZKI, 2001, 2005). Assim, compreendo que as práticas sociais são constituídas por esses arranjos sociais, pelas atividades que formam o convívio entre diferentes pessoas, e não uma ação específica ou restrita a uma relação.

Além disto, Schatzki (2005) afirma que as práticas são capazes de reunir pessoas, isto pode ocorrer porque as diversas ações são interligadas e ganham uma identidade conjunta, e os participantes incorporam os elementos pertencentes à prática e são, conseqüentemente, governados por eles e pela estrutura que organiza a prática, e estas ligações e identificações aproximam as pessoas. Ainda segundo o autor, essa estrutura que organiza as ações possui três elementos: *entendimentos*, *regras* e *estruturas teleoafetivas*. Os *entendimentos* referem-se ao “saber fazer”, “saber como”, ou seja, à habilidade, à competência de saber se pode ou não fazer determinadas ações, de saber identificar e entender as ações dos outros, além de saber como instigar determinadas ações nos outros e a respondê-las dentro de contextos e espaços específicos (SCHATZKI, 2002). Já as *regras* são princípios, preceitos e instruções que direcionam as ações, seja permitindo algum procedimento ou impedindo, geralmente, como explica Schatzki (2002) são baseadas em ações passadas que determinaram quais ações são consideradas corretas dentro daquela prática, não dando margem a interpretações. Já a *estrutura teleoafetiva*, também se refere a questão normativa, mas não no sentido de determinado o que é “certo ou errado” e sim o que “aceitável” dentro daquela prática, é incorporada ao modo de pensar de cada pessoa o que dá margem a interpretações, no entanto, não haverá tanta discrepância pois têm como base um normativo organizado comum (SCHATZKI, 2002).

À medida que fui conhecendo o *Drift Trike* fui percebendo que a prática ia além de uma atividade física desenvolvida em grupo, e que não fica restrita ao momento da realização. Ela gera vínculos que vão para fora daquele espaço físico e influencia em outros aspectos da

vida das pessoas, chegando ao ponto de torna-se, praticamente, um estilo de vida adotado pelos praticantes e por pessoas que não praticam, mas possuem um convívio frequente com o meio. Por tal motivo, é sob a perceptiva do *Drift Trike* como uma prática social que trabalho, e me refiro ao contexto social como *Trike*. Mas estes aspectos serão observados de maneira detalhada nos capítulos que tratarei sobre a minha vivência em campo. Por momento, creio que consegui apresentar a visão geral sobre o *Drift Trike* e familiarizar o leitor, darei continuidade expondo as bases teóricas utilizadas.

### 3 CONSTRUINDO AS BASES TEÓRICAS

Quero nas próximas páginas apresentar as perspectivas teóricas que estudei e sobre as quais me firmei para realizar este trabalho. É um caminho longo, mas que me ensinou muito, pois são teorias que vão além de um olhar estático, restritivo a livros e papéis que relatam acontecimentos. As teorias que trabalhei são práticas, vivenciais, que além de conduzirem a um entendimento da realidade, levam o leitor a questionar a sua e a olhar para o seu cotidiano de um modo diferente, menos alienado, mais atento. Mas, principalmente para mim, me deparar com estas teorias me levou a observar com mais atenção e deslumbramento a beleza do cotidiano, das práticas corriqueiras, dos encontros nas ruas. E espero poder conduzir quem estiver lendo esta pesquisa ao mesmo processo que passei ao realizar as leituras sobre o cotidiano e a territorialidade, um processo que te tira da zona de conforto e leva a observar as suas práticas e as práticas ao seu redor com outros olhos.

#### 3.1 O COTIDIANO

Início este capítulo pela temática que iniciei meus estudos, falando sobre o cotidiano. Algo já tão definido e, por vezes, banalizado em nossos conceitos tácitos, passa a ser redescoberto quando estudamos as teorias relacionadas a ele. Mas, quando iniciaram a formulação destas teorias sobre o cotidiano? Quem são estes autores e o que suas discussões nos apresentam? Levigard e Barbosa (2010) afirmam que a cotidianidade passou a ser foco de estudos no terço final do século XX devido às transformações ocorridas. E, nas últimas décadas, sobre os estudos relacionados a esta área, Antonio Chizzotti (1992) aponta um aumento do interesse dos pesquisadores sobre as denominadas “questões do dia a dia”, o que provoca um crescente número de estudos envolvendo a temática do cotidiano a partir de diferentes perspectivas. Chizzotti (1992) define que nestes estudos estão problemáticas que envolvem questões rotineiras, acontecimentos diários da vida e os significados que vão sendo construídos, os hábitos e rituais celebrados publicamente ou na vida privada, assim como, o sentido social e político empregado em cada uma destas práticas.

Entretanto, dentre os vários pesquisadores que se dedicaram no estudo desta temática, destacam-se ainda os seus precursores: Henri Lefebvre, Agnes Heller e Michel de Certeau (LEVIGARD; BARBOSA, 2010). Foi sobre a teoria deste último autor que dediquei maior atenção e me aprofundi mais para melhor compreender seu pensamento. Todavia, antes de apresentar o cotidiano a partir da visão de Michel de Certeau eu quero falar sobre estes dois

outros autores, Henri Lefebvre e Agnes Heller, os quais possuem uma grande importância dentro do campo dos estudos sobre o cotidiano.

O primeiro a buscar compreender o cotidiano à luz de discussões teóricas foi Henri Lefebvre, um filósofo francês que tinha em suas bases uma forte influência marxista (LEVIGARD; BARBOSA, 2010). E penso que, exatamente por causa desta influência, os estudos realizados por este autor sobre o cotidiano possuem traços que remetem a uma luta de classes, tão discutida pelos marxistas. Para melhor compreender, em Lefebvre (1991) o cotidiano é permeado de um duelo entre os “sem importância” e as “forças dominantes”, sendo que estes “sem importância” são as pessoas que fazem o cotidiano, a grande maioria que é esquecida no decorrer do contar da história da sociedade; e estes ditos como “forças dominantes” são uma minoria que controlam a “construção” desta história que é divulgada. Na visão de Henri Lefebvre (2002) a vida cotidiana está sob influência do poder social, e este poder é constituído pelo domínio do espaço, pelo controle do tempo e do dinheiro, uma vez que busca compreender o cotidiano de uma sociedade capitalista que estava se estruturando. Considero que a sua raiz marxista o influenciou a lançar este olhar diferenciado sobre o cotidiano e, com isto, a defender que a sociedade é que produz seu próprio espaço, o qual funciona como meio de produção e de controle, de dominação e de poder (LEFEBVRE, 2002).

Entretanto, mesmo com esta visão de que há mecanismos de dominação e controle permeando o cotidiano, Lefebvre (1991) não acredita em uma passividade total dos sujeitos, mas crê que somos capazes de construir a nossa própria história e que o cotidiano permite novos movimentos e novas realidades. O que ocorre, para o autor, é que mesmo diante destas novas possibilidades e atitudes ativas, estamos suscetíveis a nos deixar conduzir por elementos e forças que buscam nos domesticar e inibir esta possibilidade de sermos construtores da própria história. O que em Lefebvre me chamou a atenção, particularmente, foi a habilidade de lançar o olhar para o cotidiano da sociedade capitalista e perceber as sutilezas da dominação de uma classe sobre a outra na construção do cotidiano e, conseqüentemente, da história. E, com isto, tomar a consciência de que esta classe de marginalizados, “sem importância”, é posta no anonimato sem conhecer a força que possui, sem estar ciente de que sem a construção de sua história pessoal e diária não haveria a construção da grande história da sociedade.

Ao ler pode-se ter a breve ilusão de que os acontecimentos observados e analisados na teoria de Lefebvre ficaram no passado, mas não. Basta parar por alguns instantes e buscar trazer à memória a história da sociedade divulgada e estudada atualmente, ao fazer isto é

possível perceber que este duelo tratado pelo autor ainda é travado nos nossos dias, inclusive nas pesquisas que realizamos no meu acadêmico. Mas não quero me ater à teoria de Lefebvre e aos questionamentos que ela me trouxe, somente apresentei uma breve parte para que você, leitor, possa compreender o processo de desconstrução sobre o cotidiano que vivi e que já mencionei no início.

Neste sentido dou continuidade sobre as teorias do cotidiano, e venho a apresentar as perspectivas de Agnes Heller, uma renomada pesquisadora da Escola de Budapeste que também possui influências marxistas. Dentro da perspectiva de Agnes Heller (2000) a vida cotidiana é o centro de todos os acontecimentos históricos e envolve o homem como um todo, além de não fazer distinção e abranger a todo e qualquer indivíduo. O enfoque central da autora está na alienação<sup>7</sup> e na possível superação da alienação por parte do sujeito ao elevar-se acima da cotidianidade. Para Heller (2000) as ações cotidianas ocorrem dentro do âmbito das objetivações e possuem um caráter conservador, mas também, o cotidiano é um espaço aberto a ações inovadoras, criativas e transformadoras. A autora aponta que a sociedade é marcada por relações de exploração entre classes e pela dominação cultural, e, nas palavras dela, é na vida cotidiana que ocorre a “*revolução invisível*”, a qual é tramada por todos os homens (HELLER, 2000). Ou seja, para ela, o cotidiano é marcado por movimentos de revolução, por tentativas dos indivíduos de se libertarem das relações de exploração e alienação.

Um dos pontos muito enfatizados por Heller é a individualidade, as ações individuais, o cotidiano está ligado a estas ações que podem ser desenvolvidas com base em concepções, tradições e práticas já estabelecidas, mas não de forma alienada (HELLER, 2000). Isto promove que a pessoa construa sua própria história e que a vida cotidiana não seja tão homogênea, como ocorreria se houvesse uma profunda alienação dos sujeitos, pois por meio da individualidade é possível que as pessoas deixem a sua marca nas atividades que desenvolvem. Além da questão da individualidade que particulariza, Heller (2000) traz que a vida cotidiana não pode existir sem fatores que influenciam a tomada de decisão, como: a analogia, precedentes, juízo provisório, ultrageneralização e imitação, que são fatores que generalizam as pessoas.

Assim, é possível perceber que a autora trata o cotidiano como um campo propício à alienação, mas que, não o precisa ser necessariamente, uma vez que o sujeito é capaz de construir a sua vida utilizando de fatores que generalizam as suas práticas, mas que a sua

---

<sup>7</sup> A noção de alienação neste contexto se remete a percepção de marxista, a qual pode ser considerada como uma ação ou estado em que um indivíduo, ou grupo, permanece alheio, estranho, aos resultados de suas próprias atividades, ou à natureza na qual vivem (BOTTOMORE, 1988).

individualidade e espontaneidade o permitem deixar suas marcas pessoais nesta construção. Estas práticas podem até parecer simples ao serem lidas, mas ao refletir sobre elas em nossas vidas vemos toda a complexidade que há por de trás, deixar a sua marca mesmo com a generalização. Ela me chamou a atenção para este conflito, quase que existencial, que podemos passar no nosso cotidiano entre a individualidade e a generalização, não trazendo respostas de como proceder, mas aguçando a atenção para percebê-lo com mais atenção.

Ou seja, estes autores que apresentei até o momento não me trouxeram conceitos prontos e inquestionáveis, com fórmulas de procedimentos sobre o cotidiano, pelo contrário, levantaram questionamentos e aumentaram a minha atenção para o corriqueiro da vida. Mas creio que o desafio maior me foi proposto diante dos pensamentos de Michel de Certeau, primeiramente pela sua escrita que não é em nada simplista e esclarecedora e, depois, pelos pensamentos que apresenta acerca do cotidiano.

Certeau nasceu em maio de 1925, em Chambéry (França), foi ordenado padre da Companhia de Jesus em 1956, formado em: filosofia, letras clássicas, história e teologia. Ele morreu em Paris no ano de 1986. Boa parte dos seus estudos tiveram como foco as situações da vida cotidiana, tendo como enfoque principal “o homem sem qualidades”, o homem comum, ordinário. Em suas obras procurou analisar “as maneiras de fazer cotidianas” dos anônimos, colocando o homem ordinário como foco de estudos acadêmicos. Entre suas pesquisas sobre o cotidiano e o homem comum há uma importante parte dedicada a compreender atos de transgressões realizados por estes anônimos, os quais realizam tais atos impulsionados pelas suas condições de vida (SOUSA FILHO, 2002).

Levigard e Barbosa (2010) explicam que Michel de Certeau, em sua obra “*A Invenção do Cotidiano*”, procura dialogar e fazer um contraponto com as ideias de Michel Foucault (1987) quanto ao que se refere a microfísica do poder e sobre os espaços de controle na vida social. Segundo Certeau, é por meio das práticas cotidianas que a pessoa consegue se reapropriar do sistema produzido e cria redes de anti-disciplina (CERTEAU, 1998). Ou seja, é com a invenção do cotidiano que o sujeito cria meios para burlar ou fugir dos modelos de consumo impostos pela ordem dominante. Esta ordem dominante Certeau apresenta como estratégia e, estas dinâmicas utilizadas como forma de fugir do sistema imposto, o autor denomina como táticas. Como este trabalho utilizará da perspectiva de Michel de Certeau sobre o cotidiano tentarei, daqui em diante, conduzir o leitor deste trabalho na compreensão dos principais pontos sobre a visão de Certeau em relação ao cotidiano, a dinâmica entre estratégias e táticas e, também sobre as práticas cotidianas.

### 3.1.1 As microrresistências: estratégias e táticas

Agora quero entrar um pouco mais à fundo na teoria de Michel de Certeau e nos pontos que considero relevantes, não só para esta pesquisa, mas também, porque foram eles que me deram bases para caminhar neste terreno dos estudos sobre o cotidiano. Primeiramente, quero expor que eu acredito que as diferentes áreas do conhecimento que Certeau se aventurou a explorar o influenciaram na formação da sua visão sobre o cotidiano, assim como ocorreu com Lefebvre e Heller. Acredito nisto por perceber que este autor, mesmo possuindo características em seus pensamentos que se aproximam dos demais autores, lança um olhar não mais somente sobre as práticas na tentativa de compreender as ações e relações. Certeau busca compreender como ocorrem estas práticas, o que há por de trás na formação delas, o que, para mim, é uma postura diferente dos demais e o permite desvelar as práticas na tentativa e compreendê-la. Um ponto que o aproxima das teorias de Lefebvre e Heller é que, bem como estes autores, Certeau acredita que o cotidiano nos é dado, não é possível fugir ou deixar de vivenciá-lo, que as pessoas comuns são os reais “fazedores” deste cotidiano. Outro ponto é a visão que os sujeitos não atuam passivamente em seu cotidiano mas, assim como Lefebvre e Heller, ele expõe em seu trabalho a crença na criatividade do homem na construção do seu cotidiano, sendo capaz de deixar a sua marca em suas práticas.

Não pretendo traçar um paralelo entre as teorias e nem continuar a tratar sobre Lefebvre e Heller, mas apresento estes pontos para ressaltar que o cotidiano é algo impossível de fugirmos, que não o vivemos de modo totalmente alienado, mas também não temos plena compreensão das nossas práticas e o que as conduz. Por que quero ressaltar coisas que já disse tantas vezes? Porque daqui em diante estaremos olhando para a “invenção do cotidiano”, a invenção construída pelo homem comum, o “homem ordinário”, o qual não é comumente observado nos estudos acadêmicos, e não quero que em nenhum momento o leitor da minha pesquisa esqueça isto, pois é sobre este homem que também lanço o meu olhar. Então, quero começar apresentando um pouco mais sobre este homem comum que é posto no foco de pesquisas sobre o cotidiano e que despertou o deslumbramento em Michel de Certeau, como bem explica Duran (2007a). Ressalto, também, que por inúmeras vezes irei mencionar o termo “indivíduo”, mas sempre será me referindo a este “homem ordinário”, a pessoas comuns de modo geral.

Na visão de Certeau (1998), o cotidiano é constituído por fazeres, é inventado por meio das “artes do fazer”, e somente é possível compreender o cotidiano se observarmos estas práticas. É com a análise das práticas realizadas por sujeitos simples, o “herói comum” como

chama, que é possível compreender a formação do cotidiano. E foi com base neste pensamento que Certeau decidiu-se por dedicar em seus estudos atenção ao “homem ordinário” e as suas práticas corriqueiras, como explica Duran (2007a) ao expor que, para Certeau, as práticas dos indivíduos são produções silenciosas repletas de criatividade e novos sentidos, sendo possível analisar e compreender o cotidiano por meio da observação delas. Assim, temos que até as práticas mais simples e corriqueiras podem conter sentidos importantes para a compreensão do cotidiano. Como Michel de Certeau (1998) defende em seu livro *A Invenção do Cotidiano*, volume I, ao observar as práticas mais comuns, como morar, andar pela cidade, falar, ler, comprar, cozinhar, é possível compreender os movimentos sutis e as astúcias dos mais “fracos” ao se oporem à ordem dominante imposta.

De modo geral, Certeau (1998) ensina o cotidiano como algo dado no dia a dia ou que compete as pessoas compartilharem, que o cotidiano pressiona e é capaz de oprimir devido à existência de uma opressão nas relações diárias. Mas, dando continuidade aos seus estudos, no volume II do livro *A Invenção do Cotidiano*, Certeau, Giard e Mayol (1998) apresentam que a cotidianidade é formada por meio de bricolagens entre os diferentes sujeitos que compartilham o mesmo espaço. Para os autores, os dominados (os anônimos, homens comuns) são capazes de transformar e ressignificar a esfera simbólica que foi constituída pelos dominantes (elite) e, esta recriação é feita de acordo com suas próprias necessidades e possibilidades. Murta, Souza e Carrieri (2010) explicam que, para Michel de Certeau, há uma diversidade de interesses coexistindo em um mesmo lugar, sendo que tais interesses podem possuir objetivos que sejam convergentes ou divergentes ao poder dominante ali estabelecido.

Sobre esta concepção do autor e a crença já mencionada no homem comum, Giard (1998) explica que Certeau entende que o poder e as instituições não são inabaláveis, o autor reconhece a existência de movimentos de “microrresistências” provocados pela multidão anônima, por meio dos quais é possível criar espaços de “microliberdades” (GIARD, 1998). Temos então que, Certeau acredita que o cotidiano é um espaço constituído de forma que oprime o sujeito, mas também, é um espaço onde, por meio da criatividade, é possível criar mecanismos para contornar a ordem dominante. Então, na percepção do autor, o cotidiano é repleto de normatividade e previsibilidade, que formam as práticas denominadas de “*estratégias*”. No entanto, nas práticas cotidianas há movimentos, realizados de maneira sutis, praticamente, invisíveis, que são constituídos de poder e ocorrem dentro do mesmo espaço, eles são denominados de “*táticas*” (CERTEAU, 1998).

Todavia, Certeau (1998) ainda explica que a observação destas práticas de microrresistências não é fácil, isto porque esta produção é silenciosa e quase invisível, elas

não produzem novos produtos próprios, mas empregam maneiras diferentes aos produtos impostos. No entanto, pelo o que pude compreender, isto não ocorre de modo declarado em suas intenções e amplamente divulgado, mas de modo engenhoso, sem a pretensão de afrontar diretamente a ordem dominante. Assim, o cotidiano, pela visão de Certeau, é um campo construído por meio de duas noções coexistentes simultaneamente: estratégias e táticas. Todavia, para haver a compreensão destas noções vejo a necessidade de explicar antes outros conceitos que o autor trabalha, como: algo próprio ou próprio, lugar e espaço. Isto porque são aspectos trabalhados dentro do entendimento dos conceitos de estratégia e tática.

Sobre o algo próprio ou próprio Certeau (1998, p. 99) coloca que o próprio é a vitória do lugar sobre o tempo, “é o domínio do tempo pela fundação do lugar autônomo”. O autor continua a explicar que o “próprio” é um lugar que permite acumular vantagens conquistadas, preparar expansões futuras e obter certa independência. Leite (2010) explica que o “próprio” pode ser visto como uma espécie de “demarcação espacial”, comparando-o a uma trincheira de guerra, na qual o sujeito consegue vigiar e gerir ações em direção a alvos específicos. Com isto, compreendo que o “próprio” está relacionado a um lugar delimitado em sua estrutura, de onde é possível exercer poder, seja por meio de práticas de imposição ou por meio de controle do comportamento dos outros indivíduos, associando assim a instituições legitimadas.

A partir da explicação sobre o que vem a ser o “próprio” é possível compreender a concepção de lugar para Michel de Certeau (1998, p. 201), o qual é definido como:

Um lugar é uma ordem (seja qual for) segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistências. Aí se acha portanto excluída a possibilidade, para duas coisas, de ocuparem o mesmo lugar. Aí impera a lei do “próprio” [...] Um lugar é portanto uma configuração instantânea de posições. Implica uma indicação de estabilidade.

Já ao contrário do lugar, que está relacionado a uma ordem e algo estável, o espaço é algo instável, modificável com facilidade, onde operações e relações se estabelecem. O espaço pode ser considerado como um efeito produzido e não algo estabelecido (CERTEAU, 1998, p. 202).

Em suma, *o espaço é um lugar praticado*. Assim a rua geometricamente definida por um urbanista é transformada em espaço pelos pedestres. Do mesmo modo, a leitura é o espaço produzido pela prática do lugar construído por um sistema de signos – um escrito.

Com o exposto, é possível perceber que o lugar e o espaço estão correlacionados, mas o lugar está diretamente relacionado à ordem e à estabilidade, já o espaço à prática, aos

movimentos e operações realizadas. Estes conceitos de lugar e espaço serão retomados mais à frente, quando eu for apresentar sobre as teorias de territorialidade. Eles estão expostos neste momento da pesquisa para explicar as concepções de estratégias e táticas, pois as práticas relacionadas a estas são perpassadas pelas ideias de lugar e espaço, como explicarei a seguir.

Sobre as estratégias e táticas, Oliveira e Cavedon (2013) explicam que são práticas que organizam, no espaço e no tempo, as ações humanas e formam o cotidiano. As autoras ainda elucidam que as estratégias são práticas que manipulam as relações, por meio das quais é possível isolar os sujeitos de saber e poder, delimitando lugares próprios de onde é possível gerir as relações. Já Peixoto (2011) apresenta, de maneira sucinta, que estratégia, dentro da visão de Certeau, pode ser considerada como maneiras de se comportar e agir que são impostas com o objetivo de conservar determinada ordem social estabelecida como a correta. Tais autores chegam a estas considerações baseados nas palavras de Certeau (1998, p. 46):

Chamo de estratégia o cálculo (ou a manipulação) das relações de força, que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como “algo próprio” e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças. [...] é possível reconhecer nessas “estratégias” um tipo específico de saber, aquele que sustenta e determina o poder de conquistar para si um lugar próprio.

Isto é, na concepção de Michel de Certeau, as práticas denominadas como estratégias são constituídas pelo poder, por meio das quais a ordem classificada como correta é imposta e mantida. Assim, há a manutenção de uma ordem e/ou pensamento dominante que oprime e tende a homogeneizar as práticas de consumo de ideias, de valores e produtos de todo um grupo social, como bem delimita o autor,

As estratégias são portanto ações que, graças ao postulado de um lugar de poder (a propriedade de um próprio), elaboram lugares teóricos (sistemas e discursos totalizantes), capazes de articular um conjunto de lugares físicos onde as forças se distribuem. Elas combinam esses três tipos de lugar e visam dominá-los uns pelos outros (CERTEAU, 1998, p. 102).

É possível compreender que o cotidiano, na visão de Certeau, é constituído de práticas que estão envoltas na concepção de estratégia, que são revestidas de um poder dominante o qual busca a submissão e controle dos indivíduos comuns. Mas, apesar de observar esta prática que tende a promover uma homogeneização das relações no cotidiano, Certeau, também consegue observar que há movimentos silenciosos que burlam a ordem estabelecida

e, com isto, tornam o cotidiano heterogêneo, estas práticas são denominadas como táticas, as quais nas palavras de Certeau (1998, p. 47):

[...] chamo de tática a ação calculada que é determinada pela ausência de um *próprio*. A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto [...] tática é movimento. [...] ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as “ocasiões” e delas depende. Este não-lugar lhe permite sem dúvida mobilidade.

Sobre a tática, Sousa Filho (2002) esclarece que Michel de Certeau parte do pressuposto que não devemos tomar os outros por idiotas ou simplesmente dominados passivos. Pois, embora haja uma aparente dominação e submissão passiva ao que é imposto pelos poderes e instituições sociais, o homem ordinário procura meios de ressignificar o seu cotidiano de acordo com suas necessidades, mas realiza tal feito de maneira sutil (CERTEAU, 1998; CERTEAU; GIARD; MAYOL, 1998). Sobre estas práticas, Duran (2007b) afirma que por meio das táticas é possível perceber as maneiras como o cotidiano é reinventado, mesmo estando o homem comum em meio a relações desiguais de força e poder. Assim, ao observar as táticas é legítimo analisar as formas como o homem comum, aquele que é tido como o fraco, consegue “burlar”, contornar, fugir das estratégias impostas pelos mais fortes, pelos detentores do poder estabelecido, de modo criativo e silencioso (DURAN, 2007b).

Ainda sobre a tática, Certeau (1998, p. 102) esclarece que,

As táticas são procedimentos que valem pela pertinência que dão ao tempo – às circunstâncias que o instante preciso de uma intervenção transforma em situação favorável, à rapidez de movimentos que mudam a organização do espaço, às relações entre momentos sucessivos de um “golpe”, aos cruzamentos possíveis de duração e ritmos heterogêneos etc.

É correto afirmar que a tática é a prática realizada pelos mais fracos, que se utilizam de brechas nas relações de poder para conseguir manobras que permitam uma “liberdade gazeteira”, a qual é gerada devido à fuga da ordem dominante (CERTEAU, 1998; CERTEAU; GIARD; MAYOL, 1998). Na percepção de Certeau (1998), ao realizar este tipo de prática não há a intenção de modificar a ordem dominante, a tática é uma ação pontual, momentânea, específica para determinada ação, por isso seu objetivo não é gerar mudanças em um âmbito geral. A tática é uma ação constituída de poder, mas seu poder é limitado, utilizado somente para modificar pequenas práticas cotidianas e não para confrontar e lutar contra o poder dominante a fim de derrotá-lo (CERTEAU, 1998; CERTEAU; GIARD; MAYOL, 1998). Segundo Leite (2010), as táticas são inteligências, espertezas, utilizadas pelos mais fracos que se misturam na heterogeneidade social, assim, há no cotidiano um

caráter de rupturas e disputas. Entretanto, estas rupturas funcionam como quebras da rotina e da regularidade, e as disputas são combates silenciosos que, apesar disto, não possuem um propósito político de conquistas, mas sim, de sobrevivência do homem mais fraco.

De acordo com o exposto sobre estratégias e táticas, eu compreendi que é possível considerar a coexistência destas duas práticas no cotidiano, as quais de maneira simultânea se disseminam dentro das estruturas e influenciam o funcionamento do sistema. As práticas denominadas como estratégias estão relacionadas ao poder instituído à ordem dominante, por meio das quais é possível oprimir e impor a realização de seus objetivos, além de, proporcionar um meio de manter o comportamento das pessoas sob controle. Assim, as estratégias podem ser caracterizadas como as práticas realizadas devido ao pensamento dominante, as leis, normas, diretrizes impostas por uma minoria a uma massa que permanece, aparentemente, dominada e submissa. Já as práticas denominadas como táticas, estão relacionadas a ações que, de modo sutil, fogem às regras impostas e, com isto, reinventam o cotidiano dando um novo significado as ações realizadas. Por meio destas práticas os sujeitos são capazes de deixar a sua marca na construção do seu cotidiano.

Todavia, compreendo que as táticas também são práticas investidas de poder, mas ao contrário das estratégias, como já mencionado, são temporárias, momentâneas e não são impostas a todos do grupo. Enquanto que as estratégias são práticas dos dominantes, as táticas são práticas dos mais fracos que utilizam da criatividade para escapar do poder que os oprime, sem, ao mesmo tempo, deixá-lo. Geralmente, não há uma racionalização no momento da realização da prática sobre a existência de uma regra ou ordem dominante e que o indivíduo quer de alguma forma burlá-la em busca de um benefício. Parece-me que a tática está relacionada à ordem dominante no sentido de criar uma liberdade diante de algo muito mais amplo, genérico, opressor, adestrador e controlador que somente em relação a regras estabelecidas e declaradas. Quando leio e procuro refletir sobre a tática entendo que ela é quase instintiva de tão espontânea e instantânea que é, a consciência reflexiva sobre a liberdade que ela proporciona só acontece depois. Esta percepção sobre as práticas o indivíduo tem depois de realizá-la pela primeira vez ou só é adquirida por quem está de fora observando, isto porque elas são extremamente sutis. Pelo que pude compreender, as táticas fazem parte da espontaneidade que está no cotidiano, um dos fatores que Heller coloca como essenciais para a sua construção.

Com todos os pensamentos que expus até o momento sobre o cotidiano e a percepção de Certeau, é possível compreender que o cotidiano é constituído e construído por meio das ações diárias das pessoas. E que estas ações possuem a capacidade de produzir dois tipos de

movimentos, que podem ser compreendidos por meio das concepções de estratégias e táticas de Michel de Certeau. Assim, a compreensão do cotidiano pode ser realizada a partir das análises das práticas dos indivíduos e os dos sentidos dados a elas, então estudar o cotidiano é estudar os “fazedores” que inventam o mesmo em seu dia a dia. E esta tarefa é complexa e difícil, pois é necessário acompanhar o percurso desta construção, como o próprio Certeau (1998) ressalta, observando as práticas relacionadas à vida privada e social dos sujeitos. Será sobre estas práticas que devem ser observadas que tratarei na próxima subseção. Embora tenha falado um pouco sobre os conceitos de práticas no capítulo anterior, agora vou apresentar dentro da perspectiva de Certeau, a qual foi a principal base para minhas observações em campo.

### **3.1.2 As práticas cotidianas**

Quero iniciar esta subseção sobre as práticas cotidianas ressaltando que realizar um estudo sobre o cotidiano não é fácil, e quando se utiliza as práticas ordinárias como mecanismos de observação podem-se cometer alguns enganos e correr alguns riscos. Espero com o que já foi exposto ter tirado da mente do leitor a visão das práticas como ações esvaídas de sentido. Confesso que no início das minhas leituras tinha a visão bem simplista sobre as práticas, só com o passar do tempo, com as leituras e observações que começo a compreender toda a complexidade que há nelas.

Partilho do pensamento de Michel de Certeau, quando explica as ações realizadas pelas pessoas comuns são importantes na formação do cotidiano, que é por meio destas práticas que o cotidiano pessoal e o coletivo é construído. Mas antes de dar continuidade sobre as práticas quero fazer uma pequena pausa e usar as próprias palavras de Certeau (1998, p. 37-38) para explicar este retorno do olhar para o indivíduo

O exame dessas práticas não implica um regresso aos indivíduos. O atomismo social que, durante três séculos, serviu de postulado histórico para uma análise da sociedade supõe uma unidade elementar, o indivíduo, a partir da qual seriam compostos os grupos e à qual sempre seria possível reduzi-los. [...] De um lado, a análise mostra antes que a relação (sempre social) determina seus termos, e não o inverso, e que cada individualidade é o lugar onde atua uma pluralidade incoerente (e muitas vezes contraditória) de suas determinações relacionais. De outro lado, e sobretudo, a questão tratada se refere a modos de operação ou esquemas de ação e não diretamente ao sujeito que é o seu autor ou seu veículo.

Então, quando me refiro ao indivíduo e às suas práticas, assim como Certeau, estou me referindo ao sujeito como o autor de atos, os quais são influenciados e influenciam as relações sociais, sendo que estes atos ocorrem dentro de contextos sociais. Concordando com as ideias de Lira (2013), com as leituras dos textos de Certeau conseguimos compreender que as práticas cotidianas são mais que simples procedimentos; elas deixam transparecer, quase imperceptivelmente, os conflitos e lutas. Ao estudar Certeau aprendemos a ter um olhar mais atento sobre a dinâmica social, bem como, ao modo como são produzidas e ao que estas produzem, e serão estes pontos que buscarei abordar, e não o indivíduo em sua particularidade.

Afinal, o que, de fato, posso compreender e classificar como práticas cotidianas dentro da percepção de Michel de Certeau? São somente aquelas ações que desenvolvemos no dia a dia? Talvez em um primeiro olhar, sim. Só que depois de tudo que já foi lido até o momento, assim como eu, o leitor também tem consciência de que existe algo além desta simplicidade nas práticas. Alguns sinais sobre isso eu já dei, agora os detalho um pouco mais.

Certeau (1998, p. 109) expõe que “as práticas cotidianas estão na dependência de um grande conjunto, difícil de delimitar e que, a título provisório, pode ser designado como o dos *procedimentos*. São esquemas de operações e manipulações técnicas”. Assim, a visão de Certeau se aproxima dos conceitos expostos anteriormente sobre práticas. E a partir da visão deste autor, compreendo que, não é possível classificar as práticas cotidianas de modo extremamente específico, de forma que só observe aquelas que estão listadas dentro de um rol previamente estabelecido. Estas práticas são os procedimentos realizados pelas pessoas em seu cotidiano, sendo efetuadas com base em esquemas sistematizados espontaneamente pelo próprio indivíduo ou assimilados por meio do aprendizado ou manipulações de terceiros. Por isto mesmo, como alertou Certeau (1998), estas práticas necessitam de um olhar que vá além da primeira impressão que o observador venha a ter.

Ao ler sobre a pesquisa realizada por Certeau, Giard e Mayol (1998, p. 38) em um bairro parisiense, pude compreender que os mesmos alertam que, para evitar riscos na realização da pesquisa é necessário ter atenção na elaboração de um método, uma abordagem que possibilite “estabelecer um sistema de controle que permita evitar a discursividade indefinida”. Para isto, os autores explicam que o estudo não deve ocorrer focando objetos que foram recordados, especulativamente, de um campo social, mas, deve-se focar nas relações entre os objetos. Ou seja, o estudo para a compreensão do cotidiano não escolhe ações ou personagens específicos e os observa, sem levar em consideração as demais influências e as relações, observa práticas individuais inseridas dentro de uma coletividade. O estudo do

cotidiano observa as relações e os domínios desenvolvidos, o vínculo que une o privado e o público, o qual é materializado por meio de “registros”. Por isto, dentro da concepção de Certeau, Giard e Mayol (1998) estes registros nos permitem uma observar aspectos do cotidiano por meio do estudo do “comportamentos” e os “benefícios simbólicos que se espera obter”. Assim, estes registros também podem ser caracterizados como as práticas cotidianas, sobre as quais estou tratando.

A parte mais visível destas práticas, exteriorizada, são os comportamentos, que podem ser vistos como um sistema que é traduzido “pelo vestuário, pela aplicação mais ou menos estrita dos códigos de cortesia (saudações, palavras ‘amistosos’, pedido de ‘notícias’), o ritmo do andar, o modo como se evita ou ao contrário se valoriza este ou aquele espaço público” (CERTEAU; GIARD; MAYOL, 1998, p. 38). Por meio desta percepção parto do pressuposto de que o corpo é o suporte, ou o transmissor, de mensagens. Já os registros dos benefícios simbólicos não são tão explícitos, pois estão relacionados a uma expectativa do que se espera alcançar por ter se comportado dentro do que é considerado adequado para o espaço em que se está inserido. Estes estão relacionados, embora não de modo totalmente consciente, a tradições culturais e ao modo de consumo do espaço social e das suas relações. Estes registros, o comportamento e os benefícios simbólicos, tornam possível a organização da vida cotidiana e se articulam entre si por meio de uma regulamentação que pode ser compreendida como conveniência.

Esta conveniência acaba por funcionar como uma regulamentadora das práticas cotidianas, retomando aos conceitos anteriores, pode-se dizer como estratégias. Em sua grande maioria, ela funciona de modo sutil e o sujeito não racionaliza criticamente sobre ela, somente “a segue”. Quando esta normalidade na realização dos atos ocorre temos que o sujeito já se ajustou a uma forma de “como proceder” considerada adequada para a convivência social, isto dentro dos moldes do grupo em que está inserido (CERTEAU; GIARD; MAYOL, 1998). A conveniência realiza funções simbólicas dentro do meio social, para Certeau, Giard e Mayol (1998), mais precisamente realiza quatro funções: (1) repressões minúsculas, (2) transparência social, (3) consumo e postura do corpo, (4) trabalho social dos sinais.

A conveniência funciona como repressões minúsculas que possibilitam a homogeneização do grupo. Por meio de regras estabelecidas de modo simbólico, consideradas como regras culturais, ela regula as ações, tornando impróprias aquelas que fogem desta neutralidade estabelecida, sendo passíveis de punição simbólica. E esta função de repressão está muito ligada à outra que a conveniência também desempenha, a de transparência social.

Esta “transparência social” está relacionada à curiosidade que as pessoas possuem em relação à vida alheia, as práticas realizadas por determinada pessoa veem a público não por exposição e decisão pessoal, mas devido aos comentários e boatos. Esta função pode trazer benefícios para o indivíduo, desde que o mesmo esteja dentro do considerado conveniente para o grupo, caso suas práticas fujam da normalidade ele também sofrerá punições simbólicas. Geralmente, estas punições estão relacionadas ao descrédito da reputação do sujeito ou à sua exclusão do grupo (CERTEAU; GIARD; MAYOL, 1998).

Em relação à função da conveniência como reguladora das práticas de consumo e da postura do corpo, percebo que ela está mais relacionada a ações corriqueiras que as demais funções. Isto porque o consumo é um ato constante que registra as preferências e costumes, assim como a postura do corpo é visível a todos e transmite uma mensagem sobre o sujeito. Então, a conveniência regulariza o consumo dos indivíduos, e estes costumes desencadeiam práticas que geram reconhecimento e benefícios simbólicos. E o consumo está muito relacionado à postura do corpo ou, como se pode esclarecer, a “auto-apresentação”, a forma como o sujeito se apresenta diante dos outros (CERTEAU; GIARD; MAYOL, 1998). A primeira vista pode parecer estranho isto, a conveniência regulando o que se consome e como o sujeito se apresenta, mas ao observarmos as nossas práticas pessoais percebemos que isto ocorre de fato. Nós não consumimos somente para nós mesmos, pois boa parte do nosso consumo se dá de maneira pública e, volta e meia, nos pegamos perguntando “o que vão pensar ao me verem aqui (ou comprando isso, ou fazendo aquilo)”? Ou, quem nunca tirou conclusões sobre outra pessoa só ao ver as roupas que veste? A consciência que nos indagou no momento da compra é a mesma que nos conduziu na formação do pré-conceito sobre alguém, é a voz da conveniência, daquilo que aprendemos como sendo a postura correta. Ela nos ajuda no momento das decisões sobre nossas ações e na formação de um pré-julgamento sobre os outros.

Uma última função, dentro desta percepção certeuniana, é o trabalho social dos sinais. Com o passar do tempo, a conveniência acaba que por formar símbolos, sinais que orientam os espaços públicos, seja por meio da linguagem que estabelece, ou por meio dos gestos corporais (olhar, rosto, mãos). Estes sinais criam um sistema de comunicação que permite aos indivíduos familiarizados a ele conseguir adquirir benefícios simbólicos como o reconhecimento, uma legitimação diante do grupo. Além disto, estes sinais podem funcionar como reguladores das relações no que se refere à sexualidade, como a organização sexuada do espaço. Assim, a conveniência leva em conta a diferença entre os sexos na formação de seu sistema regulador e, com isto, indica o que é conveniente para cada um. As práticas cotidianas

também são definidas como “adequadas” dentro dos padrões dependendo do sexo do indivíduo, há o que é conveniente ao homem e o que é conveniente a mulher, isto relacionado a ações e linguagem. E assim como nas demais funções, o correto cumprimento “destas regras” do que é convencionado como bom comportamento gera reconhecimento e legitimação, e o descumprimento gera punições simbólicas (CERTEAU; GIARD; MAYOL, 1998).

Com isto, posso perceber que as práticas cotidianas são regidas por um sistema simbólico que pode ser definido como a conveniência, todavia, os indivíduos conseguem deixar a sua marca em seu cotidiano por meio de pequenas modificações que são possíveis nos usos e consumos dos objetos. Certeau (1998) chama estas ações de “maneiras de fazer e utilizar”, as quais são realizadas com a ajuda da criatividade individual, e criam um espaço para uma “liberdade gazeteira” diante da ordem imposta do lugar ou da linguagem. Esta subversão dos usos e consumos ilude aqueles que estão no lugar de onde emana a ordem impositiva e dominante, o que não gera um confronto direto, mas uma liberdade que permite ao sujeito construir seu cotidiano com suas características pessoais. Com isto, o sujeito consegue modificar sem deixar a ordem dominante, nem mesmo questioná-la ou afrontá-la (CERTEAU, 1998). Observar estas práticas nos ajuda a compreender a invenção do cotidiano e as relações de força e jogos realizados entre os fortes e os fracos. Além disto, estas práticas são reveladas no comportamento das pessoas, o que foi um dos pontos que observei na realização deste trabalho.

Assim, seguindo a orientação deixada por Certeau, Giard e Mayol (1998), foram estes pontos relacionados ao comportamento e aos benefícios simbólicos, que detalhei acima, que tive como orientação para a observação dos sujeitos que pertencem ao grupo social do *Trike*. Ressaltando que estes foram os pontos básicos para a observação do que se referia ao cotidiano, pois em campo tive diversas outras coisas para observar. A seguir adentrarei em outros aspectos teóricos que formaram a minha fundamentação teórica.

## 3.2 UM NOVO OLHAR, UMA NOVA TEORIA NO MEIO DO CAMINHO

### 3.2.1 Cidades, espaços e lugares: o pano de fundo

Nas páginas anteriores apresentei as teorias utilizadas que tratam da construção do cotidiano, agora quero apresentar outro ponto teórico que serviu como base, a territorialidade. Entretanto, antes confesso que esta parte relacionada a cidades e territorialidade foi a que

passou por mais modificações no decorrer do desenvolvimento da pesquisa, além de ser a que mais me tirou da zona de conforto. As mudanças ocorreram devido às alterações no objetivo geral provocadas pela própria vivência em campo, as quais serão mencionadas no capítulo sobre os procedimentos metodológicos. O desconforto em mim gerado ocorreu devido à distância entre as teorias da Geografia, aqui usadas, e aquelas que eu já estava acostumada a trabalhar. Além disto, nesta seção terei antes que realizar um trajeto que passará por aspectos mais amplos, como os conceitos de cidade, espaço e lugar, para que assim possa apresentar como as bases sobre a territorialidade se firmaram em mim.

A maioria da população, atualmente, vive em cidades e o desenrolar da sua vida ocorre dentro deste espaço, sendo que assim, constroem boa parte da sua história pessoal dentro deste espaço, mas também, contribuem para a formação de um cotidiano coletivo e a fomentação da dinâmica do território. Percebi que, com uma abordagem interdisciplinar, dentro das áreas de estudos da temática sobre o cotidiano, as cidades estão ganhando destaque como foco de pesquisas, as dinâmicas corriqueiras estão sendo mais bem observadas, além dos grupos sociais e territórios. Estudos deste tipo me chamaram a atenção, como já mencionei no início do trabalho, porque permitiram lançar um novo olhar sobre as cidades e seus grupos sociais, quebra a visão de “uma cidade padronizada” e traz à luz questões sociais antes relegadas a terceiro plano nas discussões acadêmicas.

Mas, o que entendo por cidade? Reconheço que à primeira vista minha visão sobre cidades baseava-se no senso comum, era somente o lugar onde habitava, um espaço não mais classificado como zona rural. Cidade era, para mim, somente um lugar destinado à habitação, trabalho, comércio e indústrias, um aglomerado de pessoas convivendo de maneira próxima. Não tinha tanta clareza da cidade como um fenômeno, como explica Rocha e Eckert (2005), algo que é resultado das interações entre os sujeitos, um espaço de constante dinâmica política, econômica, cultural, social, um campo de lutas, de construções e reconstruções de sentidos sociais. A visão sobre isto que convencionamos chamar de cidade foi sendo modificada em mim, passei a vê-la como uma grande organização social, campo de trocas sociais, formada por grupos sociais. Por que e como a minha visão foi modificando? Tentarei explicar expondo o que compreendi das teorias e pesquisas que li sobre o assunto.

Ao se lançar um olhar pouco mais atento para uma cidade é possível perceber, claramente, que a mesma é constituída por organizações, sejam elas físicas e estabelecidas institucionalmente, ou sociais, formada por grupos de indivíduos que se reúnem, de maneira informal, para um determinado fim. Ao constatar isto, é possível concordar com o que Tânia Fischer (1997) expõe em seu trabalho sobre Salvador/BA, que a cidade é formada por

inúmeras organizações e micro-organizações, sendo que a junção e relação destas representa o todo que é a mesma. Partindo desta ideia da cidade, entro na noção que mencionei no início deste trabalho, a de organização-cidade, a qual vem sendo muito trabalhada dentro dos Estudos Organizacionais.

Por meio da noção de organização-cidade, proposta por Mac-Allister da Silva (2001, p. 175), a cidade é vista como uma

[...] organização social no que se refere a um conjunto de organizações sociais e indivíduos não organizados que se situa no tempo e no espaço, tem grandes dimensões e alta complexidade, processa coletivamente, e ainda que incorporando processos individuais e, continuamente, uma cultura, possui, como resultado desse processo, uma identidade cultural tanto relativa à totalidade da cidade quanto à gestão desta totalidade.

Passo, assim, a entender o fenômeno cidade como uma grande e complexa organização, formada por um conjunto de organizações sociais e indivíduos localizados dentro de um mesmo espaço geográfico, que juntos resultam em uma identidade cultural urbana. Mas, ao adentrar na questão do processo que ocorre nas cidades para a formação desta identidade cultural, deparo-me com os elementos simbólicos. Estes elementos, juntamente com os sentimentos dos indivíduos, resultam na construção de diferentes culturas e subculturas no interior das cidades, e estas são consideradas importantes para a compreensão da estrutura e dinâmica urbana, de acordo com os estudos realizados por Mac-Allister da Silva (2001). A autora ainda apresenta que a vivência dos indivíduos dentro das cidades forma a vivência social urbana, a qual é modificada de tempos em tempos devido às mudanças nos grupos sociais. Ou seja, os sentidos e significados são modificados e, conseqüentemente, as práticas, afetando assim a dinâmica urbana, ressaltando, com isto, a importância de compreender a perspectiva simbólica das cidades a partir das práticas dos seus habitantes.

Contudo, esta noção inicial de organização-cidade está voltada para uma compreensão ampla sobre as cidades, analisando-as como um todo, mesmo quando estudado uma região ou uma particularidade busca-se compreender a cidade em sua totalidade. Ressalto que é levado em consideração aspectos culturais e individuais, mas estas questões são abordadas tendo em vista a gestão da organização-cidade. Este olhar fragmentado e processual voltado para a gestão recebeu algumas críticas (FISCHER, 1996; 1997), e possibilitou a abertura de novas discussões sobre o conceito organização-cidade. Relacionado a estas discussões, Saraiva e Carrieri (2012), fizeram contribuições, por meio de seus estudos, levando em consideração a

dinâmica simbólica, o que promoveu uma ampliação do conceito ao abrir novas possibilidades para a observação e compreensão da vida social dentro das cidades.

Estes autores compreendem que a “dinâmica simbólica” existe em toda e qualquer organização, sendo esta relacionada ao modo como os diferentes grupos organizacionais “percebem, interpretam e se apropriam dos signos existentes, em uma contínua corrente de significados que ocorre simultaneamente aos processos formalizados de gestão” (SARAIVA; CARRIERI, 2008, p.7). Assim, pelo o que pude compreender, ao olhar para o fenômeno cidade a partir deste conceito organização-cidade não devemos ficar presos somente à dimensão da gestão desta organização, é necessário dar a devida importância à dimensão simbólica que a constitui. E, dentro da dimensão simbólica, um aspecto importante são os grupos sociais, pois são os mesmos que empregam sentidos às coisas e às práticas, além, também, de serem responsáveis por parte da constituição da dinâmica e da cidade. Como sugerem Saraiva e Carrieri (2012, p. 574), em seu estudo, “uma cidade é mais do que um espaço delimitado em que uma dada população reside”, a cidade é seu povo. É por meio da dinâmica promovida pelo povo que o lugar existe, sendo que esta dinâmica ocorre em dois sentidos: um referente às características compartilhadas (as quais tornam o lugar único e possibilitam a formação de um contexto comum a todos os habitantes), e o outro sentido se refere aos elementos que podem qualificar e desqualificar uma cidade em relação à outra (o que também promove a diferenciação de um lugar do outro) (SARAIVA; CARRIERI, 2008).

Ao assumir que a cidade é uma organização social e que a dimensão simbólica é fundamental para a sua compreensão, os autores acima citados, trazem a possibilidade de trabalhar, dentro dos Estudos Organizacionais, o conceito de organização-cidade em conjunto com as práticas sociais realizadas pelos sujeitos na construção do seu cotidiano. Pois, passa-se a compreender que as pessoas são responsáveis por empregar sentido aos símbolos e ações, criando com isto novos significados que são mutáveis no decorrer do tempo.

Dentro desta perspectiva da organização-cidade, Coimbra (2013) apresenta as cidades como um fenômeno cultural por envolver elementos e sentidos que estão relacionados, diretamente, a atribuição de valores. Além disto, explica que a vivência dos sujeitos em cidades é envolta por emoções e sentimentos que são expressos por meio de utopias, esperanças, desejos e medos, podendo ser expressões individuais ou coletivas. E estas expressões ocorrem por meio de práticas realizadas em diferentes espaços dentro da cidade. Para Pesavento (2007), essas expressões funcionam como marcas de domínio e transformação da ação social sobre um determinado espaço em um delimitado tempo, possibilitando com isto a criação da história individual, do grupo social e da cidade. Assim, entendo que as

experiências que constroem a história de uma cidade estão relacionadas com as práticas vivenciadas nos diferentes espaços existentes dentro dela. Sendo que, estas práticas são permeadas de simbolismos que acabam por fazer coexistirem várias “cidades-simbólicas” dentro dos limites geográficos de uma única cidade. Estas cidades-simbólicas que convivem dentro da grande cidade são territórios delimitados por significados e sentidos, os quais são compartilhados por um grupo social.

Vale, neste momento, fazer uma breve explicação que há espaços projetados dentro da cidade que possuem uma finalidade primeira específica, constituindo assim a cidade física, a qual é planejada, produzida e construída sob o domínio da gestão pública. Estes espaços produzidos sofrem influências, direta e indiretamente, dos grupos sociais a sua volta, podendo, com isto, modificar a forma de consumo e o sentido primeiro empregado aos espaços (COIMBRA; SARAIVA, 2014; LEMOS, 1994). Ao realizar estas modificações, os sujeitos estão recriando a cidade de acordo com a sua experiência, logo, entramos na concepção da “cidade experimentada”, ou seja, os espaços são consumidos de acordo com os significados e sentidos compartilhados pelos seus frequentadores, promovendo diferentes usos ou contra-usos (LEMOS, 1994; LEITE, 2007), formando, também, a “cidade simbólica” (PESAVENTO, 2007).

E foram sobre os aspectos que envolvem a cidade vivenciada/experimentada pelos indivíduos que foquei meu trabalho, por isso, não vou entrar em discussões sobre gestão pública e nem fazer um levantamento histórico sobre o fenômeno cidades e sua constituição. Mas, se tornou essencial aprofundar nas visões que cercam as noções de espaços e lugares, pois são nestes locais que os indivíduos vivenciam seu cotidiano e constroem a cidade. Além disto, é importante defini-los para poder compreender mais a frente sobre como ocorre a construção do território e as práticas que funcionam como expressões para marcar o domínio dele e realizar as transformações de sentido e significado.

Adentrando na discussão em relação às noções de espaço e lugar, começo retomando o pensamento dos autores que estudaram o cotidiano. Eles também procuraram apresentar suas considerações sobre estas noções, porque elas transpassam os estudos sobre o cotidiano, porque são nestes locais que ocorrem a vivência e a produção de sentidos e significados para as práticas cotidianas. Michel de Certeau (1998) apresentou, brevemente, sua compreensão sobre lugar, para o autor, este conceito está se referindo a uma ordem, uma estabilidade, relaciona-se a uma distribuição de elementos e, também, é um local onde predomina a lei do

“próprio”<sup>8</sup>. Por outro lado, o espaço é este “lugar praticado”, está relacionado às práticas dos indivíduos, a um movimento de transformações e sentidos empregados (CERTEAU, 1998). Já Lefebvre (1992) demora-se um pouco mais ao apresentar suas ideias sobre o que vem a ser o espaço, não se permitindo uma visão reducionista desta noção ao espaço físico e aos seus elementos naturais. Para ele, o espaço está intimamente relacionado com a vida social, sua concepção só pode ocorrer por meio das relações sociais e como consequência das interferências que provocam no local. Além disto, Lefebvre (1992, 2008) acredita que o homem, por meio de suas relações sociais, é capaz de transformar, intencionalmente, o espaço fazendo deste um instrumento político, seja de modo declarado ou dissimulado.

Compreendo, a partir disto, que para estes autores a noção de espaço extrapola a noção de lugar. Lugar está relacionado a questões de funções empregadas a um determinado local e aos elementos que possui, enquanto que, a constituição de um espaço necessita da existência de práticas sociais, de uma dinâmica social. Como forma de exemplificar, ao aplicar estas perspectivas sobre as noções de espaço e lugar, no caso desta pesquisa, a noção de lugar estaria vinculada a questão específica da rua e a função primeira empregada a ela, em contrapartida, a noção de espaço estaria vinculada a toda a dinâmica e práticas sociais que ocorrem nestas ruas e ao seu redor.

Porém, não pude me restringir aos pensamentos destes dois autores. Foi necessário buscar uma compreensão no campo da Geografia, uma vez que é nela que há maior concentração de estudos sobre o assunto.

No entanto, ao me voltar para o campo da Geografia pude perceber que não há uma visão homogênea, mas, sim, diferentes linhas de pensamento que buscam estudar as noções de espaço e lugar. Argumenta-se que um ponto que contribui para estas visões diferenciadas está relacionado à abrangência dos próprios termos (VIEGAS, 2014). O termo espaço possui um longo rol de significações o que permite que seja utilizado em diversas conotações (COIMBRA, 2013), do mesmo modo, o termo lugar, que possui derivações de seus significados que lhe dão uma conotação genérica e superficial (CABRAL, 2007). Existe, porém, duas principais correntes (a Geografia Humanista e a Geografia Radical), todavia, uma visão intermediária, ou mediadora, vem se fortalecendo (FERREIRA, 2000; PIMENTEL, 2008).

Para melhor explicar, dentro da percepção da Geografia Humanista em relação à noção de espaço, há o entendimento que ele é transformado em lugar à medida que se torna conhecido e lhe é atribuído valor (TUAN, 1983), então se têm a visão do espaço como local

---

<sup>8</sup> O conceito de “próprio” já foi apresentado na página 32.

desprovido de vínculos afetivos com o indivíduo. Já a noção de lugar assume um papel central, pois, compreende-se que é por meio do lugar que “se articulam as experiências e vivências do espaço” (FERREIRA, 2000, p. 67), em consequência disto, tem-se que o lugar possui influência direta na construção da cotidianidade (RELPH, 1980; TUAN, 1980).

Uma das bases da corrente humanista é apresentada por Tuan (1980, 1983) ao defender que o lugar é constituído por meio das experiências individuais e relações de afetividade, salientando que estas relações são produto do envolvimento do homem com o mundo. Por isso, é necessário analisar o lugar a partir das experiências e interações dos sujeitos. Esta premissa é explicada pela autora Anne Buttimer (1985) com a ajuda da noção de mundo vivido (*lifeworld*), este conceito procura retratar relações existenciais estabelecidas com os lugares, portanto, trata-se de aspectos subjetivos dos indivíduos e intersubjetivos dos grupos sociais. Então, para a compreensão do mundo vivido (*lifeworld*) é necessário o conhecimento de seus atores, suas práticas, representações e imaginário espacial. Ressalto ainda que, estes elementos fazem parte de rituais e experiências compartilhadas que produzem e reproduzem os sentidos empregados aos lugares, sendo a repetição o meio de comunicação e de internalização, bem como, forma de aproximação dos indivíduos (FERREIRA, 2000).

Ainda dentro desta corrente de estudo, os aspectos que envolvem a experiência do indivíduo em relação ao lugar e no lugar são frequentemente retomados nas discussões e há uma procura constante em compreendê-los. Isto porque, as noções de lugar e espaço são permeadas pelas questões que envolvem a experiência. Entende-se que a experiência possui uma relação direta com a construção do sentido empregado ao lugar e, o espaço só passa a ser conhecido e lhe é atribuído um valor por causa das experiências individuais e coletivas (CARDOSO, DARODA, 2011). Entretanto, fica uma questão, caro leitor, o que se pode compreender como “experiência”? Na concepção de Tuan (1983), ao se referir ao termo experiência está se englobando as diversas maneiras por meio das quais uma pessoa consegue conhecer e construir sua realidade, também implica na capacidade de aprender a partir da própria vivência. Pude compreender que, na concepção da Geografia Humanista, ao se referir sobre a experiência dos sujeitos com o lugar há uma conotação muito intimista, individualizada, subjetiva; e é esta relação do indivíduo com o lugar que desperta vários sentimentos e emoções.

As autoras Bianca Breyer Cardoso e Raquel F. Daroda (2011) comparam esta noção de Tuan com o sentido empregado por Michel de Certeau a “prática”, a qual é vista como ações e atos que constroem as condições para a vida social, e o desenrolar destas ações no espaço possibilita o envolvimento e o conhecimento deste. Eu compreendo que existe a

possibilidade de aproximar as concepções de experiência e prática, mas, não me sinto tão segura para tratá-las como iguais. Tentarei me explicar. Na concepção da Geografia Humanista pude compreender que, ao se referenciar sobre a experiência com o lugar há uma conotação muito intimista, individualizada, muito subjetiva; é uma relação do indivíduo com o lugar que desperta vários sentimentos e emoções. Ou seja, nesta concepção há uma atenção peculiar para o indivíduo como sujeito, a qual não era a atenção de Certeau, o que já expliquei no capítulo anterior.

Retomando os principais aspectos que norteiam os pensamentos da Geografia Humanista, Ferreira (2000) explica a visão de Relph sobre a identidade do lugar. As experiências individuais e coletivas, em conjunto com a aparência do local, são expressões da identidade do lugar, a qual é desenvolvida por meio da observação ou contato direto com o lugar e as expectativas criadas antes deste contato. Em relação a esta identidade, ressalta-se que, assim como os significados são modificados de acordo com a situação ou as relações de interesses, a identidade de um lugar também pode ser modificada, bem como os seus aspectos físicos e as atividades desenvolvidas. Ferreira (2000) continua a expor que, os significados empregados ao lugar fazem parte da sua identidade, mas, os vínculos que o indivíduo estabelece com o lugar contribuem para a sua identidade como pessoa, bem como, as práticas que realiza nele e sentimentos em relação ao grupo que frequenta o local.

Contudo, a Geografia Humanista não procurou trabalhar somente com a formação dos lugares e com as experiências desenvolvidas neles, ela também analisa as ações provocadas pela globalização que destroem e/ou desconsideram a importância dos lugares. São ações que contribuem para a diminuição do número de lugares significantes e promovem a homogeneização das paisagens. Sobre este assunto são trabalhados dois conceitos: o “deslugar” (RELPH, 1980) e o “não-lugar” (AUGÉ, 1994).

É denominado como deslugar os lugares que possuem uma padronização em suas formas, tendo como características a repetição, a uniformidade e a sequência, além de existir uma impossibilidade de criação de vínculos afetivos e o aprofundamento dos sentidos (RELPH, 1980). Já o conceito de não-lugar está relacionado a uma negação do lugar, são lugares que tiveram seus valores, como memórias e afetividades, deturpados, ou possuem uma ausência de significação, resultados de uma ausência de sensibilidade em relação a significados do lugar (AUGÉ, 1994). Em ambos os conceitos entende-se que os interesses econômicos e funcionais empregados a estes lugares são destacados em detrimento dos possíveis valores que a experiência das pessoas possa produzir (RELPH, 1980; AUGÉ, 1994).

Estes conceitos de deslugar e não-lugar receberam algumas críticas. Ao que se refere sobre o deslugar, Buttimer (1985) teve destaque ao argumentar que estes lugares considerados deslugares podem possuir significados para grupos sociais específicos. Lugares reconhecidos como pertencentes a paisagem da sociedade moderna, como autoestradas, aeroportos e arranha-céus, podem possuir sentidos para alguns grupos, tudo dependerá dos interesses de vida dos indivíduos. Em relação aos não-lugares, Bartoly (2011) retoma ao conceito de lugar para explicar que há diferentes níveis de envolvimento e vínculo para o estabelecimento de significados para os lugares, por isso, mesmo que se produza algo positivo ou negativo está se referindo ao lugar porque existe significado. Quando não há vínculo, quando não ocorreu o estabelecimento de valores, está se referindo ao espaço. Assim, essa indiferença na vivência está relacionada ao espaço e não na criação de um não-lugar (BARTOLY, 2011). Esta ideia é reforçada pelo pensamento de Tuan (1983) quando afirma que é possível considerar a existência do lugar em diferentes escalas e de modo diversos para cada sujeito ou grupo, podendo variar desde locais bem específicos, como a poltrona favorita, até as dimensões maiores, relacionadas a grandes proporções de terra.

Dentro desta abordagem os lugares estão relacionados a uma experiência afetiva, a emoções que geram sentimentos de segurança, proteção e pertencimento, tanto ao local quanto ao grupo que o frequenta (RELPH, 1980). Sendo que, estas experiências ocorrem e influenciam diferentes níveis, como o material, social e imaginário (FERREIRA, 2000; BUTTIMER, 1985), por isso, compreendo que a abordagem Humanista estuda os lugares de modo focado na análise das experiências e interações individuais, mas busca uma compreensão social da situação.

Saindo da abordagem Humanista e adentrando na Geografia Radical há uma mudança na concepção sobre os conceitos de lugar e espaço. Todavia, assim como para a Humanista, na Geografia Radical estes conceitos também são estabelecidos por meio da interação e dinâmica social dentro do lugar ou espaço (SANTOS, 1978; FERREIRA, 2000; COIMBRA, 2013; VIEGAS, 2014).

Milton Santos (1978) apresenta o lugar como uma porção identificada de um espaço total. Mas, Ferreira (2000) afirma que esta noção não ficou restrita a isto, ela foi aprimorada com o tempo ao se perceber a importância do lugar para a formação de identidades e de consciências. Além disto, os lugares funcionam como indicadores de locais de intervenções conscientes nos processos sociais e de globalização, podendo operar, assim, como locais de resistências (SANTOS, 1994). Para Santos (1994), a noção de espaço está associada ao movimento existente na relação entre dois sistemas: de objetos e de ações. A relação entre

estes é muito próxima, pois o sistema de objetos determina como as ações serão estabelecidas, mas estas ações, ao mesmo tempo, atuam sobre estes objetos e, também, são capazes de resultar na criação de novos. As experiências sociais são elementos importantes na constituição do conceito de espaço, visto que há o entendimento de que a organização e os sentidos empregados são resultados destas experiências e das possíveis transformações que ocorrem do decorrer do tempo (CABRAL, 2007; FERREIRA, 2000).

Como já dito, quando se trata da noção de espaço estamos nos referindo a uma relação dinâmica entre dois sistemas, o de objetos e o de ações; já quando se trata da noção de lugar estamos nos referindo somente a um conjunto de objetos (SANTOS, 1994). Assim, o lugar é constituído a partir da existência deste conjunto, sendo que a sua função está vinculada a função que os indivíduos dão aos objetos pertencentes a ele, ressaltando que há mudanças de significação ao longo do tempo, mudando, com isto, a função do lugar. Compreendo assim, que, dentro desta linha de pensamento, a noção de espaço extrapola a noção de lugar, espaço está mais relacionado à dinâmica entre os objetos e a práticas dos indivíduos; enquanto que lugar está mais restrito a questões de funções empregadas a um determinado local e aos elementos que o constituem. Entretanto, ambos, espaço e lugar, podem ser vistos como meios, locais, onde ocorrem as experiências sociais individuais e coletivas, onde os significados e sentidos são construídos socialmente.

Pelo o que puder compreender, dentro da concepção da Geografia Radical há a noção de espaço como algo dinâmico, nele existe a presença de objetos que possuem algum significado. Mas é necessário que ocorra a realização de práticas que os envolvam, sendo que estas práticas podem modificar os sentidos empregados e, conseqüentemente, a dinâmica do espaço. Já a noção de lugar está associada a algo mais estático, onde as funções dos objetos já são pré-definidas. Observando isto percebi que a visão desta corrente de pensamento pode se aproximar das ideias de Certeau, já expostas anteriormente, sobre estes conceitos.

Dando continuidade à apresentação desta abordagem, dentre os pontos estudados pela Geografia Radical, a globalização vem se destacando como foco de discussões e ponto de partida para questionamentos no campo. Uma das considerações é a de Santos (1994) sobre o processo de “mundialização”, o qual ocorre nos espaços e lugares, para o autor, quanto mais estes locais se “mundializam”, mais eles se tornam únicos devido as suas singularidades e especificidades. Isto acontece porque apesar das constantes alterações das significações algumas características particulares permanecem imutáveis. Ocorre o acolhimento da racionalidade dominante e a incorporação de novas funções aos espaços e lugares, mas ao

reproduzem isto de modos individuais e diversificados geram esta singularização e podem, também, gerar espaços de resistências (SANTOS, 1994).

É possível perceber as diferenças entre as duas perspectivas, mas também há semelhanças que as aproximam, com isto, como já dito, uma visão intermediária entre a Geografia Humanista e a Radical vem se fortalecendo.

Bartoly (2011) explica que estas visões divergentes sobre os conceitos de espaço e lugar provêm de percepções errôneas sobre aspectos dimensionais, onde o lugar é considerado um local menor que o espaço, e, também, do entendimento cartográfico, onde lugar está ligado ao espaço que alguém ocupa. O autor ainda continua a explicar que, assumir estes pressupostos em relação ao lugar é restringir as reflexões sobre o tema. Além disto, partindo destas ideias simplistas, se assume uma homogeneização dos sentimentos envolvidos nas experiências com o lugar, e, também, que a capacidade de envolvimento dos indivíduos e a sua subjetividade dependem de uma porção mínima de espaço podendo ser mensurado a sua intensidade de envolvimento e sentimentos. Assim, Bartoly (2011) propõe uma ampliação na discussão e que se abandone esta visão reducionista, pois os lugares e os “espaços vividos” possuem identidades e sentidos mutáveis no decorrer do tempo, principalmente, devido à intencionalidade dos indivíduos. Então, esta visão moderna e intermediária entre as perspectivas da Geografia Humana busca promover a integração de definições que já foram desenvolvidas e possibilitar avanços nos conceitos e nos estudos (FERREIRA, 2000).

Na construção desta nova perspectiva os conceitos são aproximados da compreensão sobre as experiências, sentidos, conhecimento e identidade, assim, um espaço qualquer passa a ser um lugar por meio da vivência do indivíduo, independente do tamanho da área e da demarcação concreta dos seus limites, mas de acordo com os referenciais individuais, significados e sensação de pertencimento (BARTOLY, 2011; FERREIRA, 2000). Dentro da proposta de Bartoly (2011) a definição de lugar possui duas dimensões: uma material e outra abstrata. A dimensão material está vinculada à localização dos objetos, sua distribuição no espaço e a relação destes com a totalidade. Já na dimensão abstrata temos os símbolos e significados, que são atribuídos pelos indivíduos e que dão sentido à distribuição dos objetos e das pessoas no espaço (BARTOLY, 2011).

Ferreira (2000) salienta que dentro desta perspectiva a compreensão do lugar e do espaço ocorre de maneira profunda e multifacetada, levando em consideração a realidade atual. Para isto leva-se em consideração a relação entre questões políticas e econômicas, as teias de significados e as vivências que são expressas localmente, observando em conjunto, as relações estruturais globais e as mudanças nas relações espaciais. Ou seja, os principais

aspectos estudados pelas abordagens Humanista e Radical são observados na tentativa de adquirir uma visão que abranja o lugar como um todo nos seus mais diferentes âmbitos.

Retomando o pensamento de Relph (1980) sobre a identidade dos lugares, que a qual é desenvolvida por meio de uma combinação entre a observação direta e as expectativas de contato, Ferreira (2000) acrescenta que a expressão das adaptações, das assimilações, acomodações e da socialização do conhecimento também fazem parte da identidade de um lugar. Devido ao conjunto que constitui a identidade e as suas significações, os lugares são importantes para a formação da identidade pessoal dos sujeitos, tanto a individual como a de membros de uma comunidade. Mas, relembro aqui o pensamento de Buttimer (1985) de que os significados e as dimensões que constituem o lugar estão permeados de interesses e intencionalidades das pessoas. E estes fatores são os principais responsáveis pelas mudanças de sentidos empregados tanto aos lugares como aos objetos que o constituem, afetando diretamente na identidade de ambos.

De modo sucinto, Ferreira (2000) explica que a perspectiva moderna buscou integrar diversos conceitos de maneira mais realista e observando questões consideradas cruciais na contemporaneidade. Para isto, trabalha em conjunto a atenção que a Geografia Humanista dá a história e a humanidade dos elementos, evidenciando as individualidades, as atitudes, os valores e os sentimentos; com a visão crítica da Geografia Radical ao pensamento quantitativo e ao *status* político global. Compreendo, então, que esta abordagem está preocupada com as relações estabelecidas entre o capital, as estruturas sociais e o lugar, mas dá a devida importância e enfoque aos significados e valores atribuídos aos espaços e lugares.

Assim, dentro desta abordagem, o estudo dos espaços e lugares não se limita às especificidades ou singularidades como algo construído socialmente, como é a proposta da Radical; e nem a limites fixados e identidades únicas, construídas por meio de relações profundas e históricas, como supõe a visão Humanista. A abordagem intermediária busca estudar os espaços por meio de múltiplas visões, procurando compreender as experiências individuais por meio das narrativas coletivas e dos discursos públicos (FERREIRA, 2000).

Ao estudar estas diferentes perspectivas, optei por ter como base a abordagem intermediária, pois foi a que observei como mais adequada para a realidade que estava inserida e a mais condizente com as outras teorias que estava trabalhando em conjunto. Depois de todas essas abordagens da Geografia que foram apresentadas, devo lembrar o leitor de que elas foram estudadas, e as trouxe para este trabalho, por formarem a base para a compreensão da teoria sobre territorialidade. Pois o território só é constituído após a formação de lugares e espaços, assim a territorialidade só pode ser compreendida após o entendimento do

que envolve a concepção de lugares e espaços. Isto posto, nas próximas páginas descreverei a minha compreensão sobre territorialidade.

### **3.2.2 Territórios e territorialidade**

Dando continuidade, a partir das noções expostas anteriormente, entendo que os indivíduos possuem uma importante influência sobre os locais que ocupam, assim como sobre os elementos que fazem parte do local. Isto porque, retomando, é por meio das experiências e ações dos indivíduos que há uma “convenção” sobre as funções e significados empregados aos locais e aos elementos. Neste sentido, Pimentel e Carrieri (2008) são autores que defendem que as estruturas espaciais e as organizações são resultados das ações dos indivíduos e dos sentidos empregados por eles. Assim, para que se possa estudar um espaço e analisar as suas estruturas é indispensável que se estude a forma como é utilizado e, compreendo também, que é necessário investigar a percepção que os grupos sociais possuem sobre o espaço que frequentam.

Com as ideias expostas na subseção anterior, posso partir da base que a cidade é um fenômeno social por excelência, é uma grande organização subdividida em organizações, que por meio das relações sociais que a constituem há a geração de sentidos e significados. Sendo que são estes sentidos e significados empregados que acabam por diferenciar um espaço do outro, devido às diversas funções de cada lugar e a relação que cada grupo social possui com o mesmo. Assim, posso compreender que uma cidade engloba vários territórios dentro de seus limites geográficos.

Mas, o que é um território e de que é constituído?

Um território, caro leitor, é formado a partir da apropriação, concreta ou abstrata, de um espaço por parte de um indivíduo ou um grupo social, que o organiza, usa e controla, restringindo o acesso ou o poder de terceiros sobre este delimitado espaço (RAFFESTIN, 1993; GREGORY *et.al.*, 2009; FISCHER, 2010). A noção de território está muito ligada à noção da formação de um espaço, isto porque, a formação do território se dá a partir do momento em que o espaço passa a ser considerado como posse, real ou simbólica, de alguma pessoa ou grupo. Ou seja, não basta que um espaço geográfico seja um local de interações sociais e que seus significados, funções e sentidos sejam modificados, é necessário que haja uma relação de posse, de apropriação por parte de alguém ou de algum grupo para que possa ser definido como território. Este sentimento de posse precisa ser externado por meio de ações

que possuam um sentido social ou por meio de estruturas físicas que irão delimitar o espaço e controlar o acesso de pessoas (SANTOS, 2006; FISCHER, 2010).

Ainda esta ocupação territorial dentro uma cidade pode seguir alguns modelos, pode ser: aleatória, regular ou concentrada (RAFFESTIN, 1993), e, é a partir do momento que há esta ocupação do espaço geográfico que as pessoas e os grupos vão estabelecendo relações entre si e com os lugares. Com base nos sentidos e sentimentos empregados sobre os lugares há a formação dos territórios, a qual pode ser instituída por causa da acessibilidade que cada grupo ou indivíduo tem. Ou seja, o fator acessibilidade, seja geográfica, física ou social, é importante para o estabelecimento de um território (SOJA, 1971). Mas, Soja (1971) continua a explicar que o fator referente à interação entre os lugares, denominado como “distância”, também influencia no estabelecimento do território. Sendo que, esta distância pode se referir a espacial ou geográfica; temporal, quando há posses territoriais nos mesmos limites geográficos, no entanto, em espaços temporais diferentes; distância psicológica, e; distância econômica (SOJA, 1971).

Já sobre a constituição dos territórios, eles são constituídos de elementos que se relacionam entre si, sendo que estes podem ser considerados como fixos e fluxos. Os elementos fixos são aqueles já estabelecidos como pertencentes ao lugar, que possibilitam a realização de ações que modificam a dinâmica do espaço. Já os fluxos são aqueles que se relacionam com os fixos possibilitando, com isto, a modificação do significado e do valor tanto dos elementos como do espaço (SANTOS, 2006). Compreendo que os elementos que constituem um território ajudam na transformação, tanto física quanto de sentidos, e, também, na construção dos limites que determinam as fronteiras e as diferenciações com os demais territórios.

Além dos elementos fixos e fluxos, Raffestin (1993) classifica outros atores como influenciadores na construção de um território e na sua transformação, são denominados como atores sintagmáticos, dentre os quais podem ser desde o Estado até uma pessoa qualquer, grandes organizações até pequenos grupos informais. O autor explica que, estes atores estabelecem entre si uma relação de interdependência, onde ações praticadas por um ator afetam as ações dos demais, influenciando, direta ou indiretamente, na construção e dinâmica do território. A relação entre estes atores ocorre, principalmente, em espaços públicos, e ao observá-la é possível perceber as relações de poder estabelecidas, de dominação e de resistência (RAFFESTIN, 1993).

Partindo do exposto, posso assumir que o território é algo produzido e modificado socialmente por meio das práticas que estão revestidas de sentido e significado. Assim, mais

do que elementos físicos de demarcação, os significados e as práticas são importantes delimitadores dos territórios, possibilitando observar a apropriação e o pertencimento que diferencia determinado espaço dos outros (COIMBRA, 2013). Por isto, posso acrescentar que para que exista um território é essencial o sentimento de posse, mas é fundamental a existência dos elementos e dos atores, bem como, os significados compartilhados e as ações praticadas em relação aos outros territórios, ou seja, a interação com os demais seja para estabelecer vínculos ou para separar.

Ao se falar de posse, controle, transformação, emprego de sentidos estamos nos remetendo a dois aspectos constituintes do território, que são: campo de poder e de produção. Para melhor explicar, dentro dos seus limites territoriais há a produção de um sistema de sentidos e significados que atuam sobre os elementos e norteiam as práticas realizadas, formando, juntamente, uma representação do que é considerado como o “espaço apropriado”, ou uma imagem do que se deseja para o espaço. Ao mesmo tempo em que ocorre esta produção, um campo de poder é instituído, isto pode ocorrer de modo declarado ou de maneira muito sutil. É possível perceber este poder por meio do controle realizado, seja das ações praticadas, do acesso ao território ou da determinação dos limites. Sendo que tais limites podem ser especificados de modo visível e declarado, como por meio da restrição de acesso ao espaço, ou, estes limites podem estar restritos ao campo do conhecimento e sentidos, somente os que compartilham do conhecimento ou sentidos é que podem ser considerados detentores daquele território (RAFFESTIN, 1993; FISCHER, 2010).

Tanto a produção quanto o campo de poder estabelecido dentro de um território, só podem ser sustentados por um sistema de significados compartilhados e por práticas que possuam sentidos para os indivíduos que o frequentam (RAFFESTIN, 1993). De acordo com Raffestin (1993), o grupo possui um código, ou um “sistema territorial”, que pode não ser observável diretamente por não estar declarado. Todavia, o autor explica que este sistema, por ser instituído de maneira implícita e internalizado pelos sujeitos, é visível no processo de decisão e nas ações realizadas. Este sistema conduz os processos sociais dentro do espaço, e por meio da sua compreensão é possível conhecer os elementos pertencentes ao território, sua estrutura e seus limites. Sendo que este código só é válido e influencia os elementos do território, o comportamento dos sujeitos que o frequentam, e as práticas territoriais neles desempenhadas (RAFFESTIN, 1993).

Sobre este sistema, Soja (1971) esclarece que ele é um importante responsável pela estruturação do território e que pode funcionar como um mecanismo para assegurar o controle sobre o que pode ser distribuído, alocado ou possuído dentro dos espaços. Além da

estruturação do espaço, este sistema ou código, pode realizar a integração e coesão entre os territórios, promovendo um bom convívio. Ou seja, quando um grupo social toma posse de um espaço e há o compartilhamento de significados e sentidos que norteiam as práticas e relações estabelecidas, tanto internamente quanto com os que não pertencem ao grupo, e há mecanismos para assegurar o controle sobre o espaço, temos a constituição de um território. O qual tem seus limites demarcados com base nos sentidos compartilhados, sendo que estes mesmos sentidos norteiam as relações com os demais territórios. De acordo com o pensamento de Soja (1971) ao observar este sistema compartilhado é possível perceber a origem das relações de poder, tanto internamente quanto entre os territórios, e pode-se diagnosticar que dentro de um mesmo espaço há mais de uma ordem ou poder estabelecido. Quando ocorre esta situação há a possibilidade de ocorrer conflitos, disputas e transformações nos sentidos, ou até nas estruturas, isso porque os significados empregados são modificados de acordo com os interesses dos sujeitos.

Raffestin (1993) apresenta que interesses de um grupo podem ser expressos pela imagem criada do território, ou seja, por meio a representação da realidade construída, sendo que a imagem ou representação podem ser manipuláveis pelo poder dominante. O autor continua a explicar que não é possível haver uma separação da associação entre a imagem, ou representação criada, e o território, quanto espaço físico e seus elementos. Por que não conseguimos dissociar a imagem criada do território físico? Porque a imagem e o território têm como elo os interesses do grupo. O território só existe devido à intencionalidade que moveu a ação de apropriação, e a representação é criada com base na intencionalidade, sendo que a representação é uma das responsáveis pela manutenção do sentido e significado do espaço quanto os interesses permanecem os mesmos. Então, as relações de poder e interesse existem desde o princípio da ocupação do território, e estão ligadas diretamente com a formação de sentido e significado (LEITE, 2002). Além da ocupação, a utilização do espaço também é movida por interesses que podem privilegiar elementos ou indivíduos em detrimento de outros, fortalecendo as redes de poder existentes no território (CARLOS, 1994).

Compreendo que estes fatores apresentados acima – os elementos, os atores, campo de poder e a produção da imagem – são responsáveis pela criação da estrutura do território, tanto física quanto simbólica. Para Raffestin (1993), a estrutura do território e as práticas territoriais são a exteriorização de uma estrutura internalizada pelos indivíduos e grupos. É como se no território houvesse uma encenação do que foi apreendido com os sistemas de significados e com a imagem do território já construída. Assim, o autor explica que ao observar tanto a estrutura de um território quanto as interações que nele acontecem, podemos perceber quais

são os sentidos e significados que foram internalizados, as imagens territoriais que as pessoas possuem, as relações de produção e de poder, bem como, as manipulações das imagens territoriais e das relações. Todavia, Raffestin (1993) ainda ressalta, que é possível perceber a presença e compreender estes fatores que elenquei, mas que não conseguimos explicar claramente a origem de cada um deles, então, conseguimos a compreensão da estrutura e das práticas, mas não determinar a origem de cada uma delas.

Um fator importante sobre esta questão da estrutura internalizada e a estrutura exteriorizada, é a ligação deste ponto com a imagem territorial projetada e o território real (RAFFESTIN, 1993). Pelo o que pude compreender a imagem territorial projetada pode ser individual ou coletiva, e é o que se planeja para o território (estruturas externas, funções, elementos), e ela é influenciada, de maneira mais direta, pela a estrutura internalizada, pelos sentidos compartilhados. Entretanto, nem sempre a imagem que se possui é o território real, ou seja, nem sempre o que se planejou é o que construído e realizado na prática. Sobre isso, Massey (2000) explica que tal fato ocorre, em especial, porque, embora haja um sentido compartilhado pelo grupo, ele não é compreendido e vivenciado da mesma maneira e com a mesma intensidade por todos os indivíduos. Dentro deste âmbito, outro motivo apresentado por Raffestin (1993) é a atuação de diferentes atores sobre o mesmo território, movidos por intencionalidades diversas e estabelecendo entre si relações de forças, que podem ser conflituosas.

Então, embora a estrutura internalizada seja semelhante para todos os membros do grupo, por ela não ser compreendida e assimilada da mesma maneira por todos não há a formação de uma imagem territorial unânime. E sem uma imagem semelhante a todos, quando há a exteriorização por meio das práticas ocorrem divergências entre a imagem e a construção do território físico. Mas se há essas divergências na imagem territorial e na construção do território, como e por que ainda existe um território que o grupo compartilha? Raffestin (1993) explica que, embora ocorra a formação de imagens territoriais diferentes e a atuação conflitante dos atores, estas divergências são pequenas e os conflitos são decorrentes, principalmente, da disputa de poder. Estes fatores afetam na construção do território real, mas, a união do grupo em relação ao território acontece porque há um sistema de significados e sentidos compartilhados que mantêm e rege as relações sociais ali estabelecidas. E para Massey (2000) são as relações sociais que constroem a história do lugar e o diferencia dos demais.

E é, exatamente, esta diferenciação entre os territórios tão importante e um dos principais objetivos na demarcação dos limites (GREGORY *et. al.*, 2009; FISCHER, 2010).

A formação de uma estrutura territorial, seja física ou restrita ao campo do conhecimento, tem por finalidade primeira a demarcação dos limites e, conseqüentemente, a declaração da diferenciação deste território em relação aos demais (RAFFESTIN, 1993). Compreendo que todos os aspectos relacionados sobre a constituição das estruturas e do território real, bem como, a demarcação dos limites e a diferenciação podem ser compreendidos por meio da observação das práticas territoriais realizadas no espaço.

Eu mencionei, por várias vezes já, sobre as práticas territoriais, o leitor deve estar se perguntando: o que você define como sendo essas práticas? Como é possível observá-las?

Já mencionei outras definições sobre práticas, mas ao estudá-las dentro das teorias territoriais elas são vistas como, ações praticadas em consequência do uso dos espaços e lugares, são realizadas pelos indivíduos pertencentes ao grupo que se estabeleceu e delimitou um espaço específico como seu território (COIMBRA, 2013). Compreendo que estas práticas estão relacionadas ao sentimento de posse do grupo em relação ao território, por isso possuem um forte aspecto subjetivo, mas, entendo que elas podem ser desveladas por meio da observação do comportamento dos sujeitos e dos grupos, da forma como se relacionam com o espaço e entre si, bem como, os significados e sentidos empregados.

Como as práticas territoriais são ações realizadas após a posse, legal ou imaginária, de um espaço, compreendo que elas são resultantes da dinâmica de produção do sistema de significados e que estão permeadas de poder. Assim, posso concordar, também, com a visão de Gregory e seus colaboradores (2009) de que os espaços não são neutros e, ampliar isto para a noção de territórios, devido à íntima relação entre as duas noções. Porque, se só há a existência de um território quando algum sujeito ou grupo social, movido por seus interesses, estabelece uma relação de posse sobre um determinado espaço, conseqüentemente, na territorialização não há neutralidade, pois já a ação de tomar posse foi movida por interesses. Assim, posso partir da base que os territórios também não são neutros, são politizados e, mesmo sem a total consciência de seus frequentadores, eles expressam uma postura ideológica e de interesse por meio das ações praticadas dentro de seus limites.

Com base nos estudos, entendo que as relações sociais são condições necessárias para que ocorram as práticas de territorialidade, pois as ações para demarcação de um território são realizadas com a finalidade de expressar a terceiros que aquele espaço, em particular, é posse de alguém ou de um grupo. E é inevitável trabalhar a questão do poder quando observamos as relações sociais e o sentimento de posse, isto porque, ao realizar ações que delimitam o acesso de pessoas a um espaço ou controlam os frequentadores, já estamos observando práticas e relações de poder. Entretanto, compreendi que a existência de toda esta dinâmica é

possibilitada por haver um envolvimento de sentimentos, significados e uma identificação do sujeito com o espaço, assim, para mim, estes são fatores que levam à formação da territorialidade.

Entretanto, posso definir o que é territorialidade? Sobre isso alguns pontos devem ser observados. O estudo da territorialidade começou com os naturalistas observando o comportamento dos animais, por volta de 1920, e somente após alguns anos iniciaram-se os estudos voltados a observar tais práticas na sociedade humana, todavia, não houve uma busca por parte dos pesquisadores sociais em realizar definições sobre o termo (RAFFESTIN, 1993). Há, atualmente, um conceito tradicionalmente aceito entre os estudiosos americanos, sobre o que vem a ser territorialidade, no qual me baseio: “um fenômeno de **comportamento** associado à organização do espaço em **esferas de influência** ou em **territórios** nitidamente **diferenciados**, considerados **distintos e exclusivos**, ao menos parcialmente, por seus **ocupantes** ou pelos que os definem” (HALL *apud* RAFFESTIN, 1993, grifo meu).

Ao considerar este conceito exposto assumo a territorialidade como um fenômeno comportamental relacionado aos espaços, e eu, também, partilho da ideia de Raffestin (1993), de que ela é o reflexo das múltiplas dimensões vivenciadas dentro de um território por uma coletividade. Ou seja, a territorialidade são as múltiplas dimensões vividas dentro de um território, para compreendê-la é necessário observar o comportamento daqueles que ocupam ou frequentam o espaço. Sendo que, como já dito anteriormente, englobo como comportamento as ações e relações estabelecidas, ressaltando que estas práticas exteriorizam os sentidos e significados compartilhados, as relações de poder e domínio no território, como explicado. Então, na minha compreensão, a territorialidade está relacionada à vivência individual e coletiva dentro de um espaço - físico ou no campo do conhecimento - e está quase vinculada a questões existenciais dos indivíduos que participam desta dinâmica.

Por que penso que a territorialidade está ligada a questões tão íntimas como as existenciais? Porque ela está relacionada a questões identitárias, tanto individuais como do grupo, e, além do sentimento de posse há o sentimento de pertença envolvido (FISCHER, 2010; LEITE, 2010; COIMBRA; SARAIVA, 2013). Aqui há claramente aquela identificação e relação das pessoas com o lugar que foi explicado na subseção anterior, os sentidos e significados em conjunto com a experiência vivenciada fortalecem essa relação. E este conjunto de sentimentos mais as relações de poder, conscientes e inconscientes, promovem modificações tanto nos territórios como nos sujeitos, sendo que estas modificações podem ser intencionais ou não (RAFFESTIN, 1993). Assim, o território é modificado pelas pessoas,

mas, da mesma forma, modifica a identidade delas por meio dos sentimentos envolvidos e das influências de dominação nas relações de poder.

Fischer (2010) é um dos autores que defendem que o comportamento dos indivíduos, dentro dessa dinâmica da territorialidade, também está relacionado a elementos identitários e de poder. Como consequência desta mescla, destes sentimentos e elementos, há o desejo de realizar a proteção do território. Então, ao demarcar um território está se declarando que aquele espaço está guardado e protegido, e por tal motivo qualquer entrada sem autorização provocará uma reação de defesa (FISCHER, 2010). Para ilustração, Coimbra e Saraiva (2013, p. 43-44) ao pesquisar a manifestação cultural do Quarteirão do *Soul* em Belo Horizonte, descrevem tal realidade.

Ao limitar a participação de outros vendedores no local, eles defendem o seu território e suas funções. A sinalização da rua com cones de trânsito evidencia uma marcação orientada para o controle, comunicando aos outros que aquela área está sendo utilizada com outra função. Já a comercialização exclusiva de bebidas denota uma defesa reativa, pois caso algum outro vendedor tentasse comercializar no local, os integrantes do movimento se manifestariam. Apesar da existência de bares e estabelecimentos formais que comercializam o mesmo produto que os vendedores do Quarteirão do *Soul*, eles percebem que as intenções do público são distintas na medida em que, quem está na rua para ir ao bar, consome do bar, e quem está na rua para ver o Quarteirão do *Soul*, consome dos seus vendedores. Portanto a violação do espaço ocorreria caso algum vendedor penetrasse o local para comercializar para o mesmo público do Quarteirão do *Soul*.

Neste caso podemos ver elementos físicos delimitando o espaço e convenções sociais regulando o comportamento de um grupo e mesmo a permanência de um indivíduo no local. A rua, local público, é ocupada e tem sua função modificada ao ponto de um grupo definir quais regras serão seguidas e, em caso de descumprimento, quais serão as penalidades. Podemos observar, dentro deste exemplo citado, a presença de elementos identitários, o sentimento de pertença ao grupo e a aceitação do sujeito no grupo. Pois, com a descrição se percebe que há uma naturalidade das pessoas diante destas práticas de apropriação do território por parte de um grupo e a modificação da função inicial do espaço, o estranhamento e a punição compete somente aos “invasores” do espaço, àqueles que não pertencem ao grupo social em questão. Aqui temos, ainda, a reafirmação de outro aspecto da estrutura internalizada que foi exteriorizada no território real, as práticas são limitadas pelo sistema de sentidos compartilhados pelo grupo. Ou seja, as ações possuíam algum sentido e eram respeitadas pelos membros do Quarteirão do *Soul*, àqueles que não pertenciam ao grupo cabia somente respeitar os limites impostos ou a punição, seja ela só simbólica ou moral.

Em minha opinião, entro aqui em um dos principais pontos que demonstram a existência da territorialidade em um lugar, a relação de inclusão e exclusão. Raffestin (1993) explica que a demarcação dos limites em conjunto com a posse, real ou simbólica, determinam o território. Todavia, para o autor, a territorialidade vai além da separação de um território do outro, é necessário que ocorram práticas que diferenciem este território dos demais. Esta percepção se aproxima da ideia apresentada por Soja (1971) sobre a alteridade existente na territorialidade, um território se distingue do outro devido às singularidades que possui. Isso pode acontecer por meio dos elementos, dos membros, dos sentidos compartilhados ou das próprias relações sociais estabelecidas em seu interior. E esta diferenciação pode promover, igualmente, a inclusão ou exclusão. Aqueles que compartilham dos sentidos empregados pelo grupo irão compreender as práticas realizadas e, este será um dos fatores que determinará se tal sujeito pertence ao grupo social que detêm a posse do território. Já a não compreensão dos sentidos compartilhados é fator determinante para a exclusão do sujeito.

Entendo que o reconhecimento e a afirmação de pertença ao grupo liga o indivíduo, em maior ou menor grau, ao sentimento de posse sobre o território que este grupo possui (VIEGAS, 2014; HONORATO, 2014). Mas, como já foi esclarecido, o sentimento de posse é externado por meio de práticas, e, entendo que, a pertença do indivíduo a um grupo também. Assim, tais práticas são realizadas em um local onde existam as mínimas condições para a identificação e compreensão destas, ou seja, no território, pois nele há um contexto que permite esta dinâmica. Aqui retomo um ponto próprio do território e da territorialidade, as relações sociais. O território é um dos locais apropriados para a realização das relações sociais, pois permite o encontro de diferentes pessoas o que possibilita a formação das relações, então, o território pode funcionar como mediador, ou facilitador, das relações sociais (RAFFESTIN, 1993). E na territorialidade as relações sociais são essenciais, pois é por meio delas que as ações permeadas de poder são realizadas e os sentidos são compartilhados, o que promove o convívio e as mudanças no espaço e nas pessoas que pertencem ao grupo (RAFFESTIN, 1993).

Diante do que foi apresentado sobre a territorialidade posso observar que há três principais pontos, em minha opinião, que ajudam na compreensão deste fenômeno. O primeiro está relacionado ao comportamento em relação ao espaço, ou seja, a interação dos sujeitos com o território e as relações sociais ali ocorridas. Além disto, há a questão da identidade, a formação de uma identidade do espaço, e, também, a influência que pode exercer na identidade dos indivíduos que o frequentam. E, de modo especial, a exclusividade

em dois sentidos: o espaço pode ser público, mas a relação de posse sobre o território é para poucos sujeitos; e o outro sentido, referente à exclusividade do próprio território, no sentido de diferenciação dos demais (COIMBRA, 2013; SOJA, 1971). Sendo que todos estes aspectos podem ser analisados por meio das práticas sociais realizadas, principalmente, dos espaços públicos.

Neste sentido, Leite (2002; 2010) traz que, ao analisar o consumo e as práticas nos espaços públicos podemos observar as diferentes manifestações de apropriação e preferências. E, Coimbra (2013) ainda ressalta que a dinâmica urbana é influenciada diretamente pelas manifestações das identidades e intersubjetividades dos indivíduos e grupos sociais, uma das influências diretas é a fragmentação da cidade. Ou seja, retomo a ideia já apresentada de que a cidade é ocupada por diferentes territórios delimitados pelos significados e sentidos compartilhados pelos grupos que os frequentam, e nestes ocorrem as manifestações que os diferenciam dos demais. Assim, me deparo com a formação de grupos sociais dentro das cidades e as suas manifestações nos locais públicos criando e recriando territórios dentro do seu perímetro.

Dentre os locais públicos que ocorrem estas manifestações temos as ruas, um espaço já marcado historicamente pela ocupação das massas para suas manifestações de resistências, culturais e de lazer (BEZERRA, 2008; LEFEBVRE, 2002). Rachel Fontes Sodré (2008), ao realizar uma pesquisa sobre a prática de grafite nas ruas do Rio de Janeiro, também observa que as ruas são importantes locais de manifestações de grupos sociais. Elas são consideradas locais de encontro, mas também é possível se deparar com expressões que são envolvidas por significados e sentidos compartilhados pelos indivíduos pertencentes a um grupo social. Todavia, estas expressões não são somente ações de resistências declaradas, como passeatas em busca de reivindicações ou apoio, as ruas podem ser usadas como locais para a expressão cultural e de lazer. E ao realizarem estas práticas os sujeitos estão compartilhando suas subjetividades e declarando suas identidades (SODRÉ, 2008).

Por isto, o estudo sobre as práticas de territorialidade englobam aspectos intersubjetivos e necessitam de um cuidado maior do pesquisador devido ao envolvimento que exige. Além do mais, ao buscar compreender a territorialidade o pesquisador deve observar as manifestações sociais, tanto culturais como de lazer, levando em consideração os elementos que constituem o espaço e os significados e sentidos que envolvem as relações sociais (SODRÉ, 2008). Entendo, com isso, que as teorias já apresentadas sobre o cotidiano e as práticas cotidianas me auxiliam e serviram como forma complementar para a compreensão da territorialidade, de modo especial, em relação ao campo de pesquisa em que me inseri.

## **4 PERCURSO PARA A REALIZAÇÃO DA PESQUISA**

### **4.1 OS PARADIGMAS DA PESQUISA**

Antes de tudo, afirmo que para mim, a formação do aporte teórico foi desafiador, pois fazer conversar entre si teorias sobre o cotidiano, que estão mais voltadas para o campo da Filosofia, Sociologia e Antropologia, com teorias sobre a territorialização, já consagradas no campo da Geografia, sob o olhar dos Estudos Organizacionais não é uma tarefa simples. No entanto, já é característica dos trabalhos desenvolvidos dentro do campo dos Estudos Organizacionais a interdisciplinaridade, o que é enriquecedor para qualquer pesquisa devido à possibilidade de geração de novos conhecimentos, mas que exige do pesquisador mais trabalho na construção de seu referencial teórico (SANTOS, 2007). E, além disto, ou, exatamente por causa desta interdisciplinaridade, tive a possibilidade de desenvolver uma pesquisa utilizando um procedimento metodológico que tem suas bases na Antropologia, na etnografia.

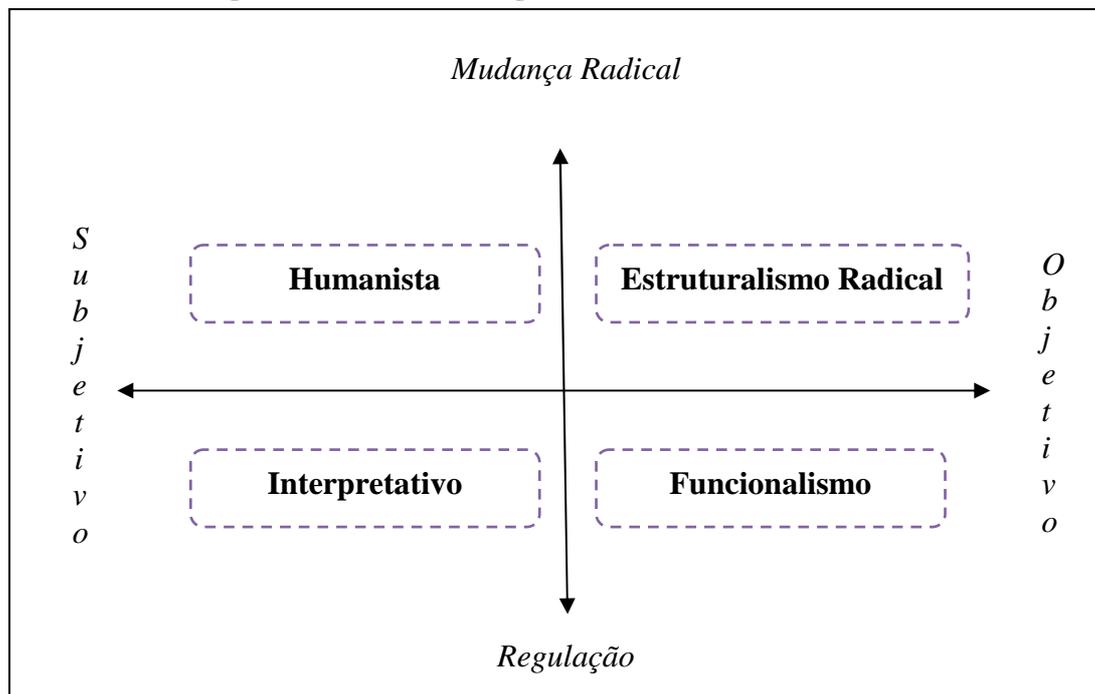
A interdisciplinaridade vem sendo uma grande aliada no desenvolvimento de pesquisas e produção de novos conhecimentos no campo dos Estudos Organizacionais, em especial, quando se trata de estudos sobre cotidiano e territorialidades (COIMBRA, 2013; HONORATO, 2014). Além disso, mais do que se pautar na interdisciplinaridade, por vezes, muitos destes estudos tomam como base o quadro de Dimensões e Paradigmas Sociológicos, apresentado por Burrell e Morgan (1979), no qual os paradigmas científicos são divididos entre as dimensões: objetiva (os paradigmas do Estruturalista Radical e do Funcionalismo) e subjetivista (Humanista e o Interpretativo).

Dentro da dimensão objetiva, o mundo é tratado como uma realidade concreta, assim, os estudos científicos possuem como foco de análise as relações e regularidades entre os elementos pertencentes a ele. A intenção primeira é de realizar estudos que identifiquem e definam os elementos e os meios pelos quais as relações são demonstradas, com isto, os paradigmas dentro esta dimensão buscam leis universais que expliquem a realidade observada (BURRELL; MORGAN, 1979). Já a dimensão subjetiva possui uma visão diferente, principalmente sobre a realidade social, pois ressalta a importância da experiência individual na criação do mundo social, buscando, então, compreender diferentes questões e de maneiras diversas. Os paradigmas que estão inseridos nesta dimensão buscam compreender a maneira como o indivíduo cria, modifica e interpreta o mundo que está inserido, sendo, por vezes,

colocado em foco o que é único e particular, ao contrário do objetivismo que busca o geral e universal (BURRELL; MORGAN, 1979).

Em conjunto com as dimensões objetiva e subjetiva, os autores apresentam as dimensões relacionadas à natureza da sociedade: Regulação (Funcionalismo e Interpretativo) e Mudança Radical (Humanista e Estruturalista Radical), sendo que estas dimensões referem-se à relação dos seres humanos entre si e com o seu meio. Dentro da dimensão da Regulação, há uma perspectiva de que os seres humanos respondem de maneira mecânica e determinista às situações e que somos resultados do ambiente em que estamos inseridos, sendo condicionados às condições externas. Ao contrário desta perspectiva, há a visão da Mudança Radical que acredita na criatividade do ser humano, na qual o “livre-arbítrio” é colocado em foco, possibilitando que o homem seja “dono e autor” de seus atos, com isto, ele modifica a situação e o meio em que se encontra (BURRELL; MORGAN, 1979). O quadro abaixo dá uma visão geral destes paradigmas.

**Quadro 1 - Paradigmas de Burrell e Morgan**



Fonte: Elaborado pela autora, baseado em Burrell e Morgan (1979).

Devido às dimensões, objetiva-subjetiva e regulação-mudança radical, possuem visões bem extremas, é possível, por vezes, a geração de conflitos filosóficos e debates teóricos entre os defensores de cada paradigma. Todavia, esta não é a minha intenção ao acrescentar esta subseção a minha pesquisa, e nem de me aprofundar em explicações sobre

cada um deles. O que pretendo explicar é que há a possibilidade de se utilizar da interdisciplinaridade na construção do aporte teórico. Pelo menos para mim, assim ela se revelou, pois necessitei trabalhar com teorias de áreas bem diferentes e realizar a aproximação entre as mesmas.

Ao que se refere aos paradigmas apresentados por Burrell e Morgan, quando se toma como base para a produção de pesquisas a lógica das dimensões e paradigmas apresentados por esses autores é comum que o pesquisador se enquadre em um dos paradigmas epistemológicos de maneira individualizada. Tradicionalmente, as pesquisas desenvolvidas no campo dos Estudos Organizacionais se enquadram no paradigma Funcionalista, o qual é marcado pelo seu alto nível de objetivismo e por uma visão voltada para a regulação e normatização dos processos e comportamentos da sociedade. Porém, desde o fim da década de 1970 há um aumento de estudos que têm como base o paradigma Interpretativo (VERGARA; CALDAS, 2005), dentro do qual esta pesquisa também se enquadra. Ao contrário do Funcionalismo, que foca na instrumentalidade, formalidades e objetividade, as pesquisas com abordagem Interpretativa buscam compreender os processos, significados, interpretações, os aspectos objetivos e subjetivos que são compartilhados e compõem a realidade estudada (VERGARA; CALDAS, 2005).

Como já explicado, essa pesquisa buscará compreender parte da realidade do cotidiano do *Drift Trike* e, para isso, se utilizou da observação das práticas e análise dos elementos simbólicos pertencentes ao grupo. Vindo, assim, ao encontro das pesquisas pertencentes ao paradigma Interpretativo, as quais buscam compreender o mundo dando ênfase na realidade social considerando a subjetividade pertencente ao grupo. Dentro deste paradigma predomina o pensamento de que os indivíduos são responsáveis pela criação do mundo social, por isso a importância de compreender a subjetividade e a teia de significados que a forma (ANDION, 2012). Outra característica da qual compartilho o pensamento e busquei trabalhar nas teorias utilizadas.

Com isto, continuo nas próximas páginas descrevendo o processo de escolha metodológica que considerei mais adequada para a realização da pesquisa e os procedimentos adotados.

#### 4.2 UMA PESQUISA COM “INSPIRAÇÃO ETNOGRÁFICA”

Nesta seção procuro explicar as ferramentas metodológicas utilizadas durante a realização desta pesquisa. Desde o início do planejamento, devido ao objetivo geral proposto,

minha orientadora e eu decidimos que uma pesquisa de “inspiração etnográfica” seria a mais adequada. Isto porque, tal abordagem metodológica permite uma maior convivência do pesquisador com o grupo que está estudando, fator que é fundamental para que eu possa observar as práticas cotidianas e os micromovimentos de estratégia, tática e ressignificação que possibilitam a construção da territorialidade. Mas o que vem a ser uma pesquisa de inspiração etnográfica? Yaccoub (2009) aponta que uma pesquisa de “inspiração etnográfica” nada mais é que uma adaptação do método etnográfico para o estudo de um grupo social específico em um delimitado período de tempo, sem abrir mão das ferramentas e vantagens que este método possui.

Por causa desta escolha metodológica tornou-se necessário que eu me debruçasse sobre os estudos referentes à etnografia, foi imprescindível que compreendesse a formação deste método dentro da Antropologia. Desta forma, irei descrever os principais pontos que tomei como norte para a compreensão da metodologia etnográfica e os fatores que adotei como base para a construção dos procedimentos desta pesquisa.

O método etnográfico, embora seja hoje utilizado por diversas áreas do conhecimento que desenvolvem pesquisas qualitativas, tem suas raízes firmadas dentro do campo da Antropologia (ROCHA; MONTARDO, 2005). O pesquisador Clifford (2011) apresenta como uma das principais características definidoras da etnografia a “descrição densa” nos estudos realizados sobre diferentes culturas, sendo estes estudos são realizados na tentativa de compreendê-las por meio do comportamento dos indivíduos pertencentes a elas. Ainda com uma visão muito próxima dos estudos realizados pela Antropologia, Clifford (2011), vê que, por meio da utilização da etnografia, o antropólogo (o pesquisador) possui as ferramentas adequadas para realizar a interpretação de diferentes culturas, para desvendar a “teia de significados” que as constituem. E para que tal interpretação seja possível, o pesquisador deve ter em mente que, por causa da vivência com o grupo social que este método permite há a possibilidade de uma identificação de diferentes situações e relações sociais que formaram a base de dados para uma posterior apreciação e interpretação (GEERTZ, 2011). Assim, tem-se que o método etnográfico possui suas raízes nos estudos realizados pela Antropologia, sendo um método interpretativo, o qual busca compreender, por meio do olhar e vivência do pesquisador, diferentes grupos sociais e sua cultura.

Mas a etnografia não se restringe somente a isto, para uma melhor compreensão da constituição desta metodologia, os autores Vieira e Pereira (2005) apresentam que a mesma passou por cinco diferentes fases. Durante o início da construção das bases da etnografia as pesquisas eram constituídas, predominantemente, por estudos sobre a colonização de povos

diferentes da cultura ocidental e europeia. Ou seja, o foco estava em estudar “tribos” diferentes, culturas dessemelhantes a estas culturas ditas como “tradicionais”. Mas, à medida que este a etnografia foi se consolidando dentro do campo de pesquisa como um procedimento metodológico, passou-se a assumir que o mesmo seria uma ferramenta para a compreensão de culturas alheias sob o olhar da cultura do pesquisador. E com isto, as pesquisas deixaram de se restringir somente a tribos em “em processo de colonização”; elas passaram a ser realizadas também em países que não eram de origem cultural ocidental e europeia, e os pesquisadores de países de culturas “marginalizadas” começaram a realizar pesquisas etnográficas em culturas “tradicionais” (CUNHA; RIBEIRO, 2010). Segundo Vieira e Pereira (2005), esta foi a primeira fase, onde ocorreu a solidificação da etnografia como uma estratégia de pesquisa científica. Já na segunda fase, a qual foi denominada como “modernista”, o foco mudou, passou-se a não mais estudar sociedades distantes e de alto grau de diferença. Nesta fase, inicia-se um despertar do pesquisador na busca por compreender a sua própria sociedade, e desta forma, volta-se o olhar sobre questões relacionadas aos diferentes estilos de vida em uma mesma cidade, dando início ao que ficou conhecida como “etnografia urbana” (CUNHA; RIBEIRO, 2010).

Vieira e Pereira (2005) apresentam que na terceira fase houve uma busca por maior legitimidade das informações coletadas, pois os etnógrafos possuíam liberdade para moldar suas pesquisas de acordo com as suas próprias necessidades, assim, diversas técnicas de coleta de dados passaram a ser elaboradas e aplicadas. Todavia, ao mesmo tempo em que esta liberdade era vantajosa para o desenvolvimento de pesquisas, ela levou a uma quarta fase marcada por uma marginalização dos estudos etnográficos. De acordo com Vieira e Pereira (2005), a subjetividade, característica própria da etnografia, colocou em risco a validade das pesquisas, pois os métodos adotados passaram a ser tidos como duvidosos. Tal fato colocava em risco a validade das informações coletadas em campo e dos resultados obtidos. Diante desta crise de incredulidade em relação ao método, iniciou-se uma busca por corrigir os erros e amenizar as dúvidas em relação à validade das informações qualitativas levantadas em campo, constituindo assim, a quinta fase, a qual se estende até aos dias atuais. Nesta fase, busca-se ainda, o desenvolvimento de uma escrita etnográfica, com uma flexibilização que possibilite a formação de um estilo com maior fluidez na leitura e um meio de apresentar com maior confiabilidade nas informações relatadas e analisadas pelo pesquisador (CUNHA; RIBEIRO, 2010).

Como é possível observar, a construção do método etnográfico está intimamente relacionada ao papel desenvolvido pelo pesquisador e ao estudo de culturas de povos,

comunidades e/ou grupos sociais. Esta metodologia permite que o pesquisador se insira dentro da realidade de um grupo social e, com isto, estude aspectos fundamentais da cultura ali estabelecida. Este estudo ocorre por meio da observação e compreensão de “elementos intrínsecos e tácitos” pertencentes à realidade social específica (ROCHA; MOTARDO, 2005). A etnografia permite que o pesquisador vivencie a realidade do grupo pesquisado e, deste modo, consiga realizar um estudo sobre o fenômeno social por dentro, compreendendo as miudezas das práticas e seus significados (VIEIRA; PEREIRA, 2005). Ressaltando que como ocorre um estudo da cultura de acordo com a realidade no momento em que o pesquisador está inserido no campo, não é possível fazer generalizações ou apresentar uma conceitualização estática e dita como verdade absoluta em relação à cultura em questão. A etnografia limita-se a estudar a realidade atual e não busca resultados totalizantes (ROCHA; MOTARDO, 2005; VIEIRA; PEREIRA, 2005). Pontos que tomei cuidado em observar durante o desenvolvimento desta pesquisa e a fase de interpretação dos dados coletados.

Mas, como ocorre esta coleta de dados? Como explicado, a própria vivência do pesquisador junto ao grupo que está pesquisando já é considerada a principal forma de coleta de dados, dentro desta metodologia. Pois, por meio dessa vivência o pesquisador irá observar os acontecimentos e práticas, escutar os relatos, as falas, conversas corriqueiras, com informações que possuem sentidos e significados próprios do grupo. Além desta observação participante, o pesquisador utiliza-se de entrevistas em profundidade, nas quais resgata a história de vida com as experiências vividas pelos participantes do grupo (CLIFFORD, 2011; CUNHA; RIBEIRO, 2010; LAGE, 2009). Para que estas informações coletadas não sejam perdidas, elas devem estar registradas em um “diário de campo”. O pesquisador precisa criar o hábito de, continuamente, anotar de forma descritiva o maior número possível de acontecimentos que presenciou, as suas percepções, fatos e/ou falas que despertaram atenção. Uma vez que, posteriormente, estas suas notas de campo serão interpretadas dentro do arcabouço teórico que possui (BARROS, 2007). De acordo com Lage (2009), embora exista a busca por trazer objetividade à pesquisa etnográfica, há uma influência da subjetividade do pesquisador no convívio com o grupo e no olhar que lança sobre os indivíduos. Por isso, a importância da escrita de forma descritiva dos acontecimentos e, também, da percepção que o pesquisador teve durante o ocorrido, porque, posteriormente, ao rever suas anotações poderá ter maior clareza sobre as influências e o seu envolvimento. Além do que, não é aconselhável confiar na memória do pesquisador, porque o período que estará inserido em campo é longo, outro motivo para a utilização do diário de campo como forma de armazenamento de informações para posterior análise.

Por meio da pesquisa etnográfica o pesquisador consegue compreender de modo mais aprofundado o sistema de símbolos de um grupo social e as suas práticas, assim, esta metodologia possibilita ao pesquisador utilizar suas ferramentas de modo mais flexível e realizar uma interpretação e análise de discursos sociais (LAGE, 2009). Estas possibilidades junto ao aumento da interdisciplinaridade dos campos de pesquisa contribuíram para que outras áreas, fora da Antropologia, começassem a utilizar desta ferramenta como estratégia de pesquisa qualitativa. Dentre os campos, a Administração foi uma das áreas que começou a usar as técnicas da etnografia em suas pesquisas, mas para tal, houve a necessidade de realizar algumas adaptações para haver o enquadramento com os tipos de pesquisas desenvolvidas na área (CUNHA; RIBEIRO, 2010). A estipulação de um tempo determinado para a inserção em campo é uma das adaptações que foram necessárias, e adotadas também por outras áreas, derivando as pesquisas com caráter de “inspiração etnográfica” (ROCHA; MONTARDO, 2005).

Diante de todo o exposto, agora entra a questão: como estes dados coletados por meio da vivência do pesquisador junto ao grupo são trabalhados? Como já exposto, em uma pesquisa com características etnográficas a avaliação dos dados é de caráter interpretativo, ou seja, o resultado final da pesquisa se dá por meio da construção da realidade vivenciada pelo pesquisador junto aos pesquisados (BARROS, 2007; CUNHA; RIBEIRO, 2010; CLIFFORD, 2011). Assim, a coleta de dados e a sua análise não ocorrem de maneira estanque e em momentos separados, esta é uma das peculiaridades desta pesquisa, à medida que o pesquisador já está inserido em seu campo, ocorre, simultaneamente, uma interpretação superficial dos dados que coleta. Ao sair totalmente do campo há a realização de uma interpretação aprofundada, onde ocorrerá a busca por padrões nas práticas e os significados e sentidos empregados, sendo que isto é realizado com base no aporte teórico estudado e nas percepções que teve em campo (CUNHA; RIBEIRO, 2010). Barros (2007) ressalta que ao realizar as considerações sobre a análise dos resultados o pesquisador não deve buscar generalizações e nem estabelecer relação de causa e efeito sobre a realidade, isto porque, o fenômeno estudado restringe-se a um determinado tempo e contexto.

#### 4.3 CAMINHO TRILHADO PARA O DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

Com base no exposto acima eu procurei traçar os meus passos para o desenvolvimento desta pesquisa de inspiração etnográfica. Primeiramente, o leitor deve estar se perguntando: qual foi o seu período em campo? Permaneci em campo durante oito meses. Iniciei os meus

primeiros contatos, via internet, com membros das equipes de *trike* de Maringá/PR e Apucarana/PR na segunda quinzena de fevereiro de 2014, realizando a primeira visita ao local da prática de *trike* em Maringá no início de abril<sup>9</sup>. A partir desta minha primeira visita o meu contato com o universo do *trike*, ou como eles gostam de se referir, a minha “vida no *trike*” só foi se tornando mais intensa. Por motivos que detalharei no próximo capítulo, minha pesquisa, inicialmente, estava restrita a Maringá, mas logo no segundo mês se expandiu para Apucarana. Assim, frequentava os encontros semanais das equipes de Maringá e havia feito duas visitas à Apucarana, quando em junho comecei a viajar para os campeonatos com a equipe de Apucarana e reduzi minhas visitas às de Maringá. Por meio das viagens para os campeonatos, chamados de “GP’s”, passei a ter contato com pessoas de diferentes equipes e de diversas localidades do Paraná e do país, como por exemplo: as equipes de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul, de São Paulo, de Minas Gerais e do Distrito Federal. Com isso, a minha visão sobre a prática do *Trike* também foi se expandindo, pois além do convívio intenso durante o final de semana do evento, as pessoas pertencentes a este grupo social também possuem uma forte interação pelas redes sociais, *Facebook* e *WhatsApp*. Então, a minha convivência com as equipes de *trike* foi por meio de visita a encontros semanais, viagens para acompanhá-los a campeonatos, além da interação, praticamente diária, por intermédio das redes sociais. Ressaltando que, essa relação por meio do *Facebook* e *WhatsApp* foi uma forma complementar encontrada para melhor acompanhar as conversas e o que estava acontecendo dentro deste universo, uma vez que, como já mencionado, a internet é o meio mais utilizado para divulgar e organizar as ações referentes ao *Drift Trike*.

Entretanto, quero explicar que durante a minha banca de qualificação, realizada em setembro de 2014, após diversos questionamentos e sugestões, cogitou-se a possibilidade modificar a forma como eu estava abordando a temática. Não só para o enriquecimento da pesquisa, mas, porque a minha vivência no campo possibilitou a percepção de que o *Drift Trike* não é, somente, um esporte ou lazer, mas é, também, uma prática social, como já expliquei. Assim, ao invés de observar somente as práticas das equipes de Maringá e Apucarana, minha orientadora e eu, decidimos acatar a sugestão de observar a prática do *Drift Trike* como um grupo social. Porém, isto só foi possível devido a uma inserção na equipe de Apucarana e a partir desta convivência que pude me aproximar das outras equipes de fora da região e do estado. Por momento, quis expor este ocorrido para explicar que ocorreram modificações do objetivo geral exposto no meu Projeto para o objetivo geral final desta

---

<sup>9</sup> Sobre essa minha imersão no campo irei descrever no próximo capítulo, neste momento quero me ater a descrever os procedimentos e ferramentas metodológicas adotadas.

pesquisa, que vem a ser: Como o cotidiano dos atores sociais do *Drift Trike* territorializa a cidade?

Esta modificação me assustou e alegrou ao mesmo tempo. A princípio duvidei da minha capacidade humana e intelectual de conseguir atingi-lo e me preocupei em relação ao tempo de pesquisa. Só que com o passar dos dias e a constatação de que a mudança realmente era necessária, pois o campo se revelava diferente do que idealizei no início e que teria, também, que modificar parte da teoria usada, me alegrei. Alegrei-me porque percebi que estas mudanças só comprovavam de que estava correta ao escolher como método uma pesquisa de inspiração etnográfica e que estava no caminho certo. Isto porque esse tipo de pesquisa possui como uma das características essas reflexões, interpretações e reinterpretações no decorrer da coleta de dados, o que possibilita uma maior flexibilidade para mudanças e melhor compreensão da realidade estudada.

Mesmo assim, o leitor deve-se estar perguntando: mas seria possível e viável fazer essa ampliação após esse período em campo, você já não estava há meses observando as equipes destas duas cidades? A resposta é: sim e sim! Estava há 6 meses acompanhando as equipes de Apucarana e Maringá, mas há 3 meses, por causa dos campeonatos, também observava as outras equipes e procurava me aproximar e conhecê-las mais. Havia iniciado essa aproximação com equipes de outras regiões porque percebi que dentro do universo do *Trike* é impossível compreender a postura de uma equipe sem entender o que estava se passando nas outras. À medida que eu for expondo o que vivenciei durante o meu período em campo você entenderá que, por exemplo: um acidente ocorrido no interior de São Paulo afetou a todos os praticantes de *trike* do país, em maior ou menor grau, seja na sua postura sobre o uso de equipamentos de segurança e a maneira de cobrar dos outros pilotos o uso (o que provocou algumas brigas), ou ainda, na decisão de alguns por reduzir a velocidade nas ladeiras durante os treinos; outro exemplo, uma divisão de equipe do Rio Grande do Sul faz com que diversas pessoas de outras regiões modifiquem seu discurso sobre a confecção das camisetas de equipes e sobre os modelos de *trike*, o que acaba por gerar, de maneira sutil, disputas internas por quem ganhou mais camisetas de pessoas de outras equipes e qual é o melhor modelo de quadro de *trike*. E todos esses acontecimentos que observava e as percepções que tinha sobre eles já estavam registrados em meu diário de campo, o que precisei foi continuar a anotá-los e passar a observar com mais atenção as outras equipes, principalmente, durante os campeonatos.

Contudo, outra pergunta fica latente: como eu realizava essas observações para depois fazer a análise de dados? Sempre tentei observar as práticas retomando as bases do meu

aporte teórico e o objetivo geral para não me perder em observações que não contribuiriam para essa pesquisa. Desta forma, para que as minhas considerações não fossem totalmente influenciadas e tendenciosas, elaborei, com base nas teorias sobre o cotidiano e as práticas de territorialidade, algumas categorias que considero importantes para atingir o objetivo geral proposto, as quais seguem.

- (1) Práticas corriqueiras – Logo nas primeiras visitas eu percebi que há práticas que se repetem, algumas específicas de encontros semanais de equipes e outras de campeonatos. Em encontros semanais, por exemplo: as conversas para definição do horário e onde irão descer de *trike* (quando há mais de uma ladeira disponível na cidade); a responsabilidade pelo carro que será o “puxa” ou o “resgate” e o rateio de suas despesas; os ajustes finais nos *trikes*; a preparação colocando os equipamentos de segurança e as câmeras para as filmagens. Já em campeonatos, temos: as conversas e reuniões para a organização da viagem; a preparação dos *trikes* na véspera da viagem; a organização no dia; divisão das responsabilidades nos dias do campeonato; organização do retorno após o campeonato.
- (2) Estruturas utilizadas e elementos do espaço – Quanto a esta categoria refere-se a toda estrutura física já existem no espaço ou improvisada que é utilizada em encontros ou campeonatos, como, por exemplo: as tendas, barracas, local para sentar, banheiros, espaço para preparação dos alimentos, uma descrição detalhada sobre como é o local e sua localização.
- (3) Pessoas envolvidas – Os pilotos que estão participando do evento: homens, mulheres, adolescentes, crianças; pessoas que foram para acompanhar os pilotos: esposa, marido, filhos, pais, namoradas, amigos; curiosos que vão para assistir; policiais, paramédicos, organizadores e a equipe de apoio nos campeonatos; vendedores de bebida e comida ou de equipamentos e roupas específicas para os praticantes de *trike*.
- (4) Entrada de novos membros – Quem são esses novos membros? Como conheceram o *Drift Trike*? Por qual motivo decidiram iniciar a prática e escolheram a equipe que estão ingressando? Como os membros da equipe os recebem? Há algum ritual que oficialize este indivíduo como novo membro?
- (5) Símbolos de identificação – Como cada equipe se identifica? Quais são os símbolos? Há uma busca por identificação individual? E há uma identificação quanto a grupo social de praticantes de *Drift Trike* que os diferencia dos demais?
- (6) Ações de demarcação do território – Como se dá o uso do espaço durante encontros e campeonatos? Como as equipes delimitam seu território em sua cidade, quais

ferramentas e símbolos utilizam? Quais são as ações e reações provocadas quando este limite é violado? Há diferença quando essa violação ocorre por praticantes de *trike* de outras equipes e quando é realizada por praticantes de outros esportes? Há uma tentativa de territorialização mesmo em campeonatos?

Afirmo que esta não é uma lista finita dos pontos que observei e analisei, mas que são os pontos que considero de maior relevância para esta pesquisa. Ademais, não utilizei somente a observação participante para a coleta de dados, foram realizadas no decorrer do período que estive em campo entrevistas com pilotos, pessoas que os acompanham (pais, esposa (o), namorada (o), filhos) e organizadores de eventos de *Drift Trike*. Muitas destas entrevistas não foram gravadas, pois, ou ocorreram em meio a eventos em um tom de conversa informal, ou a pessoa não me autorizou a gravar a conversa, mas nestes casos documentei o fato e os principais pontos da conversa em meu diário de campo. Vale ressaltar que, as pessoas que não me permitiram gravar estavam no local como acompanhantes dos pilotos e se sentiam constrangidos em falar sobre o *Trike* em uma entrevista, como, por exemplo, um pai alegou que não saberia “*falar bonito para uma entrevista*” (há um ano e meio este pai acompanha o filho adolescente todas as vezes que ele vai descer de *trike*). Foram gravadas nove entrevistas, sendo que cinco delas foram concedidas por praticantes de *trike* que me procuraram em campeonatos oferecendo ajuda para a minha pesquisa e se dispondo a me concederem entrevistas. As outras quatro foram por meio de indicações e realizadas com os primeiros pilotos de *trike* no Brasil e principais organizadores de campeonatos no intuito de levantar dados sobre o *Drift Trike* e compreender a sua dinâmica. Além das entrevistas, há conversas com as equipes de Maringá, Apucarana, São Paulo e Santa Catarina que foram gravadas com a devida autorização das pessoas que estavam no local.

A minha saída de campo ocorreu em novembro, após participar do último campeonato nacional de *Drift Trike* do ano de 2014, o qual ocorreu em Santa Catarina, o chamado “GP de Bombinhas”. Talvez, o leitor deste trabalho deva estar se perguntando: qual foi o critério que você utilizou para decidir que estava no momento de sair de campo? Respondo essa pergunta em duas palavras: meu envolvimento. Desde março quase todos os meus finais de semana foram dedicados para conviver com “o pessoal do *trike*”. A minha rotina foi modificada e eu fui cada vez mais entrando no mundo do *Trike*, e o que antes era algo muito distante da minha realidade passou a fazer parte do meu cotidiano e, com isso, o estranhamento foi diminuindo.

Precisei algumas vezes, durante este período de oito meses, me afastar e ficar alguns dias sem ver nada relacionado ao *Trike* e nem conversar com as pessoas deste grupo, por

perceber que estava me envolvendo demais antes do tempo necessário para a realização da pesquisa. Confesso que por muitas vezes esse meu envolvimento com o “mundo do *Trike*” me gerou preocupações, pois achava que não estava sabendo ser pesquisadora e separar o *Trike* do “meu mundo particular”. Então quando percebia que estava muito envolvida, recuava um pouco. Talvez aqui esteja expondo uma limitação, não da pesquisa, mas minha, que afetou a pesquisa: não sei ser uma observadora distante, eu me envolvo demais. Chorei ao saber sobre o acidente de *trike* que levou a morte de um jovem que nem conhecia, mas ao ver a dor dos que ficaram não me contive. Preocupe-me e ajudei em campanhas para arrecadar dinheiro para ajudar um piloto que sofreu um acidente andando de *trike* e perdeu a perna. Quando menos percebia já estava aceitando o pedido para preparar um bolo e levar para comemorar o aniversário de alguém de alguma equipe. Quando me pegava nesses momentos e tomando essas atitudes, eu recuava e me afastava por alguns dias. Saí do campo em novembro porque percebi que o envolvimento e a acolhida era mútua. Eu não era mais apresentada e conhecida como “a menina do mestrado”, nesse momento me chamavam e me apresentavam como “a Patty de Apucarana<sup>10</sup>, que faz mestrado”. Ou seja, eu agora era uma do grupo, e a acolhida não era somente por parte da equipe de Apucarana, mas as outras equipes me reconheciam assim. Desta forma tive certeza que era o momento de sair de campo.

Boa parte desta minha experiência em campo estará detalhada no próximo capítulo e nos referente aos dados coletados. Nas páginas que seguem irei descrever os procedimentos que adotei para a minha inserção no campo e as minhas primeiras impressões, para depois dar continuidade apresentando a minha experiência em campo, e as percepções com base no aporte teórico estudado.

---

<sup>10</sup> Moro em Maringá, só viajava e passava mais tempo com a equipe de Apucarana do que com as demais.

## 5 O ESTRANHAMENTO E A QUEDA: PROCEDIMENTOS DE INSERÇÃO NO CAMPO

*"Muitas vezes, o único inimigo, a verdadeira ameaça que nos desafia por mais mentirosa que seja, é o nosso medo".*  
(Ana Jácomo)

Início este capítulo explicando que as equipes de *Trike* serão identificadas pelas siglas DT em relação à prática de *Drift Trike*, seguido das letras iniciais da cidade a que pertence a equipe, caso exista mais de uma equipe na cidade haverá um número na sequência colocado em ordem da formação da equipe. Quanto aos praticantes de *trike* (chamados de *trikeiros* ou pilotos), serão identificados nesta pesquisa somente pela equipe ou região a que pertencem, caso seja necessário, outros dados serão acrescentados.

Como já dito no começo deste trabalho, a primeira vez que vi a prática do *Drift Trike* estava andando pelas ruas próximas a Universidade em que estudo, isto ocorreu na segunda quinzena de Fevereiro de 2014. Depois disto procurei conhecer mais sobre a prática por meio da internet e encontrei várias divulgações de eventos e páginas de grupos de praticantes, no Brasil e fora do país, mas me atentei as páginas de grupos de Maringá e região. Então, em Março, optei por entrar em contato, via *Facebook*, com os primeiros membros, para isto preferi conversar com os que estavam como “Administradores” das páginas dos grupos de Maringá/PR e de Apucarana/PR. Os abordei explicando que estava iniciando uma pesquisa sobre a prática do *Drift Trike* (DT) e, assim, precisava de maiores informações. Eles foram bastante receptivos e me passaram vários dados de como ocorrem os encontros semanais, os lugares que utilizam, informações básicas sobre os equipamentos, me encaminharam vídeos de eventos brasileiros e da Nova Zelândia, os quais são mencionados como “*quem iniciou tudo*”<sup>11</sup>. Já no primeiro contato tive a minha solicitação aceita para participar como membro virtual dos grupos e me indicaram para participar do grupo do *Drift Trike* de Londrina/PR (DTL) e me convidaram para participar dos encontros semanais deles.

O meu contato se restringiu a estas duas pessoas por algumas semanas, onde me contaram, via *Facebook*, como conheceram o DT, como fabricaram o primeiro *trike* e um pouco das histórias das equipes de *trike* da região. Logo nestes primeiros contatos pude

---

<sup>11</sup> A maioria dos *trikeiros* considera que o esporte iniciou na Nova Zelândia, como já mencionado. Mas eles não consideram um precursor em particular, se referem ao grupo neozelandês de como um todo quando mencionam “quem iniciou tudo”.

perceber que dentro destes grupos há disputas sobre o comando do território e da equipe, uma vez que não há definição clara, por meio de regras, dos papéis desempenhados por cada praticante como nos demais esportes. Isto também é perceptível ao observar as conversas que ocorrem nos grupos do *Facebook*, em especial, com as equipes de Maringá que são: o DTMI, DTMII e DTMIII.

A minha primeira visita ao lugar onde as equipes DTMII e DTMIII se reúnem ocorreu no dia 05 de abril. Este lugar é um condomínio residencial que está em fase de venda dos lotes e fica localizado na divisa entre as cidades de Maringá e Sarandi. As ruas deste loteamento servem como ligação entre um condomínio de chácaras da cidade de Sarandi e um bairro da periferia de Maringá. Os participantes denominam este lugar como o “Pico da Antena”<sup>12</sup>. São utilizados 1400 metros para a descida, na qual conseguem atingir uma velocidade média de 60km/h. Quando iniciei a pesquisa me assustava com a possibilidade de atingir esta velocidade com um “pequeno carrinho sem proteção”, minha reação mudou com o passar do tempo. Além deste trajeto do percurso, utilizam do espaço de uma quadra no topo da ladeira como “apoio”, onde se organizam e ficam reunidos entre uma descida e outra. Geralmente, aos sábados se reúnem em torno de 20 a 30 pessoas, que ficam no espaço das 15hs até o anoitecer, uma vez que no lugar há pouca iluminação pública.

Ao chegar ao local me chamou a atenção uma estrutura improvisada que dominava a rua. Era uma tarde ensolarada de sábado, estava muito quente e para se protegerem do sol colocaram uma lona azul de lado a lado na rua, amarrada no teto dos carros estacionados nos acostamentos. Num canto do chão, no asfalto mesmo, colocaram um pano onde quatro crianças brincavam em cima e haviam alguns sentados em cadeiras ao redor. Perto havia uma caixa de isopor pequena e em cima dela estavam alguns pacotes de bolacha. Um pouco mais à frente, havia um grupo que estava terminando de arrumar os *trikes* e os preparativos para começarem a descer a ladeira.

Mesmo a rua com pouco movimento, às vezes precisavam abrir espaço para algum carro ou moto passar, percebi que neste momento as pessoas que ali estavam se sentiam incomodadas por precisarem sair do seu lugar. Quando me deparei com esse cenário, com todos agindo tranquilamente como se estivesse na área de casa, achei muito estranho, senti certo desconforto e preocupação, pois mesmo que fosse possível ver quando algum carro estivesse vindo, eu estava sentada no meio da rua, literalmente. Isto ia contra os meus instintos normais e naturais, mas tentei agir o mais próximo do natural e confortável.

---

<sup>12</sup> Como já dito, cada grupo dá nomes as ruas que utilizam para descer de *trike* e este lugar passa a ser reconhecido e citado desta forma.

Neste dia, tentei estabelecer o primeiro contato com o máximo de participantes que pude, sempre explicando que estava fazendo uma pesquisa sobre o *Drift Trike*. Todavia, permaneci por mais tempo conversando com um grupo de três *trikeiros* da equipe *trike* DTMIII, pois foram os que senti mais receptivos a minha chegada ao local. Estes me contaram um pouco sobre a experiência deles com o *trike* e o tempo que estão praticando o esporte, como também, sobre as separações de equipes que estava ocorrendo entre os praticantes de Maringá. Eles ainda me convidaram para participar do próximo *rolê*<sup>13</sup> com eles, assim, passei a frequentar a ladeira, indo sempre de carona com o pessoal da equipe DTMIII.

Já na segunda vez que fui ao Pico da Antena percebi que as namoradas ou esposas acompanhavam alguns dos rapazes e que para conseguir me aproximar dos *trikeiros* teria que, primeiramente, criar algum vínculo com as mulheres do grupo. Assim, tentei me aproximar delas, iniciando com conversas corriqueiras e femininas, voltando a explicar que estava pesquisando sobre a prática do *trike* para um trabalho da universidade. Continuei utilizando essa tática de primeiro me aproximar das mulheres para depois me aproximar dos homens durante todo o meu período de convívio em campo. Percebi que na terceira vez que fui a maioria delas já estavam mais receptivas, cumprimentavam e conversavam comigo tranquilamente, contavam coisas que aconteciam no topo da ladeira no tempo que permaneciam ali, o desconforto da falta de infraestrutura, em especial de um banheiro próximo. Com isso comecei a me sentir mais à vontade para iniciar conversas com os rapazes que participavam da equipe DTMIII, mesmo percebendo que alguns ainda reagem a minha presença com indiferença. A minha relação com os integrantes da equipe DTMIII ocorreu de modo mais tranquilo, pois já conhecia um dos integrantes antes, mas insisti nas tentativas de estabelecer uma relação com os rapazes do DTMIII.

Até que no dia 31 de maio eu tomei coragem para realizar a minha primeira descida de *trike* por todo o percurso do circuito. Percebi que, assim como eu não conseguia entender a paixão e vontade que eles tinham de descer a ladeira mesmo machucados, eles não entendiam a minha falta de vontade de experimentar descer de *trike*. Então, apesar do medo, pois o *trike* que um dos rapazes da DTMIII me emprestou não tinha freio, coloquei o equipamento de segurança e uma das meninas do DTMIII me acompanhou lado a lado na descida da ladeira. A descida foi tranquila, fui freando com pé a maior parte do tempo e, mesmo assim, a adrenalina que senti foi alta e gostosa. Quando chegamos ao final o restante do grupo estava a nossa espera para podermos subir puxados por um carro.

---

<sup>13</sup> *Rolê* é a forma como chamam os encontros entre amigos, os passeios que realizam juntos e, também, as idas à ladeira para descerem de *trike*.

Como haviam me avisado antes, a subida é mais complicada e perigosa que a descida. Para subir fomos sentados no *trike* e segurando em uma corda que estava amarrada ao carro, todos em fila indiana como expliquei anteriormente no capítulo que apresentei o *Drift Trike*. Logo após a primeira curva o motorista precisou reduzir a velocidade para ultrapassar uma carroça que estava na rua, e quando terminou a ultrapassagem acelerou rapidamente, o que fez com que a garota que estava a minha frente rodasse com o seu *trike*. Ela bateu na roda dianteira do meu, e como não soltei a corda rapidamente, o meu *trike* foi empurrado para a outra pista e eu fui puxada pela corda na direção oposta. Na hora as outras pessoas que estavam juntas gritaram, o motorista parou e vieram nos ajudar. Por estar com todo o equipamento de segurança, só fiquei com vários roxos e com alguns ralados provocados pelo asfalto nas costas, mas a outra garota, que não estava com os equipamentos, se machucou bastante. Os rapazes tentaram nos ajudar, tranquilizar e explicar melhor como segurar na corda e agir no momento da batida para evitar acidentes. Precisei sentar no *trike* novamente e terminar a subida. Mal sabia eu neste dia que, mesmo após o final da pesquisa continuaria com as marcas nas minhas costas, pois como me explicaram, e eu constatei depois, o asfalto rala e queima deixando sempre uma mancha marrom na pele.

A queda aumentou o meu medo em relação à prática do *trike*, mas eu achei que isto havia quebrado a resistência que alguns do DTMII tinham com a minha presença, então eu achei o tombo até que proveitoso. Isto porque depois que subi e o tempo que fiquei no topo no restante desta tarde, todos interagiram comigo, alguns me contaram das suas quedas, do que havia acontecido na primeira vez que desceram de *trike*, outros sobre a adrenalina que sentiam. Pareceu-me que a queda, para este grupo em específico, é algo que te marca como um membro de um grupo de *Drift Trike*. Um dos rapazes até comentou “*se você não tem história de capote com o trike é porque você não desce de verdade*”.

No entanto, no final de semana seguinte, no domingo dia 08 de junho, houve um campeonato regional na cidade de Apucarana, participaram deste evento equipes de Apucarana, Maringá e Londrina. Foi o primeiro evento em que a DTMIII participou como uma equipe formada e os seus integrantes se inscreveram como membros da mesma, não mais da equipe DTMII, isso acabou provocando momentos de mal estar geral devido às brigas e discussões entre os membros da DTMII e DTMIII. Em meio a esta confusão entre as equipes, a ligação que alguns haviam feito da minha pessoa como integrante da DTMIII foi generalizada, e com isto, me excluía das conversas e de qualquer outro tipo de interação que eu tentava estabelecer com os membros do DTMII.

Percebi a confusão logo no início da manhã, então procurei ficar mais próxima e estabelecer conversas com as equipes de Apucarana e Londrina para evitar ficar próxima das discussões das equipes de Maringá, por medo de que isto viesse a atrapalhar o desenvolvimento da minha pesquisa. Assim como fiz com as equipes de Maringá, expliquei para as equipes das outras cidades que estava pesquisando sobre a prática do *trike*, o que foi visto por todos como algo interessante. Sempre que explicava, eles se dispunham a me ajudar com o que fosse necessário, dando entrevistas, enviando vídeos, me passando contato de outros *trikeiros*. Além disto, me convidavam para ir participar do *rolê* com eles, em especial, os de Londrina queriam que fosse para ver os desenhos que eles fizeram nas ladeiras que usam para marcar como território do DTL. Como ficamos direto no lugar das 8hs até às 18hs consegui conversar com várias pessoas, observar bastante as relações e conversas paralelas, com alguns, consegui uma conversa com maior profundidade, principalmente, com as mulheres que só acompanhavam seus maridos, namorados e filhos nos eventos.

Nos dias que se seguiram, a relação via *Facebook* entre as equipes de Maringá continuou em um clima de disputa e brigas, assim como a minha exclusão das conversas com os membros do DTMI. Tentei ir ao Pico da Antena para participar com eles no final de semana seguinte, mas o clima continuava da mesma forma. Foi quando percebi que permanecer insistindo em estabelecer uma relação com o DTMI para uma observação mais aprofundada das suas práticas seria inviável pelo tempo que tinha disponível para a realização da pesquisa, mas que também, observar somente as práticas do grupo DTMI empobreceria o trabalho, e analisar as disputas de poder e território que aqui ocorrem não era o que pretendia com esta pesquisa. Por este motivo, juntamente com a receptividade das equipes de Apucarana e Londrina, voltei a uma ideia que havia tido no início das pesquisas sobre o *Drift Trike*, de englobar no meu trabalho as práticas realizadas em outras cidades. Diante disto e devido a questões de locomoção e horários achei por bem ampliar a pesquisa em profundidade para a cidade de Apucarana, pois este grupo se reúne aos sábados no período da tarde. Já o grupo de Londrina se encontra nas quartas-feiras no período da noite, por isso não conseguiria realizar um acompanhamento constante dos encontros deles.

Todavia, continuei tentando uma aproximação com a equipe DTMI por mais dois meses, sem obter sucesso, assim desisti de estabelecer contato. Alguns membros desta equipe me procuraram no início de Agosto para me convidar para um *rolê* com eles, após os apresentadores do *Trike Tv*<sup>14</sup> explicarem em um dos programas que havia uma moça de

---

<sup>14</sup> *Trike Tv* é um programa semanal apresentado online no LiveStream, que traz informações sobre as novidades e eventos relacionados ao *trike*. Conheci os apresentadores no GP da Graciosa e eles me ajudaram a fazer um

Maringá que estava fazendo uma pesquisa sobre o *trike*. Mas para continuar realizando a pesquisa mantive a proximidade já criada com a equipe DTMIII e os acompanhava em seus encontros sempre que estava em Maringá. Isto porque as minhas visitas se tornaram mais frequentes à equipe de Apucarana, principalmente, após a primeira viagem que realizei com eles para o campeonato realizado em Quatro Barras/PR nos dias 28 e 29 de junho de 2014, conhecido também como GP da Graciosa.

A partir deste primeiro campeonato em nível nacional que participei a minha visão sobre o *trike* também se ampliou, pois passei a ver pessoalmente as interações que havia observado por meio das redes sociais entre as equipes e, principalmente, ao perceber que elas não se restringiam somente ao meio virtual. Mas as minhas observações continuarão a ser descritas nos próximos capítulos, onde vou apresentar como foi a minha vivência no campo, os dados que coletei e quais são as possíveis considerações a serem anotadas com base no referencial teórico utilizado.

## 6 A VIDA NO *TRIKE*: VIVÊNCIA EM CAMPO

Iniciar esse capítulo é um tanto quanto confuso para mim, pois me faz lembrar de praticamente todo o meu ano de 2014, já que estive envolvida na tentativa de compreender o *Trike* de fevereiro a novembro. E, por isso, inicio pelo fim, já com uma conclusão que tiro ao lembrar de tudo que vivenciei em campo: estava iludida no início da minha pesquisa; o campo é bem mais complexo do que imaginava, e, para mim, o tombo e os ralados não foram a pior parte.

No tempo em que estive em campo tomei como base as categorias que já apresentei, anteriormente, que são: (1) Práticas corriqueiras, (2) Estruturas utilizadas e elementos do espaço, (3) Pessoas envolvidas, (4) Entrada de novos membros, (5) Símbolos de identificação, (6) Ações de demarcação do território. Então, para a estruturação desse capítulo também tomarei como norteadores essas categorias, para apresentar a minha experiência e as interpretações que tive dos acontecimentos com base em meu referencial. Relembro que, as fotos utilizadas têm como finalidade, somente, ilustrar o que está detalhado no texto.

### 6.1 O “ROLÊ DO *TRIKE*”: AS PRÁTICAS COTIDIANAS

Quando entrei em campo uma das primeiras coisas que me chamou a atenção foi o imprevisto, tanto da estrutura como dos equipamentos, e isso se referia tanto aos encontros de finais de semana quanto aos campeonatos. Os encontros semanais para praticar as descidas de *trike* são, geralmente, chamados pelos praticantes de “rolê”, um dos termos utilizados que não consegui me habituar. A estrutura dos rolês e a rotina deles sofreram poucas alterações no decorrer deste período, mas as conversas, os discursos durante a sua realização, foram modificados de maneira considerável.

A forma de comunicação para combinar o encontro era, nos primeiros meses de observação, mais comum por meio dos grupos do *Facebook*. A partir de Julho do ano passado percebi que houve uma redução na comunicação nesses grupos e o aplicativo *WhatsApp* passou a ser mais utilizado. Como estava inserida nos grupos do *Facebook* e do *WhatsApp* de algumas cidades consegui acompanhar isso. Bem como, percebi que, comumente, eram os mesmos indivíduos que estimulavam as pessoas a participarem, ou que “agitavam a galera”, como dizem. Estas pessoas indicavam o local e o horário. O horário, por vezes, gerava um conflito, pois, os que eram casados e tinham filhos dependiam do que chamam de “liberação da mulher” para irem andar de *trike*, então só estariam disponíveis após cumprirem com

obrigações por elas determinadas. Em alguns grupos do *WhatsApp* eu era a única mulher, e como na maioria das vezes não me manifestava, eles conversavam com o seu linguajar próprio e com intimidade. Foi observando essas conversas que comecei a ficar mais atenta a dois pontos: o linguajar e a influência das mulheres.

Sobre a linguagem utilizada, notei que haviam termos que passavam a ter outro sentido, algo próprio e compartilhado por eles. O que sempre me remetia à questão dos sistemas de sentidos que ajudam na identificação dos membros de um território (RAFFESTIN, 1993; COIMBRA, 2013), a qual foi explicada quando tratei sobre territorialidade. Lembrando que o território não, necessariamente, se restringe a espaços físicos e que a identificação dos membros vai além da localização física destes no lugar (RAFFESTIN, 1993; HONORATO, 2014), e aqui há uma demonstração disso. E para mim, a linguagem foi um dos referenciais que me indicavam o quanto estava, ou não, familiarizada com o “mundo do *Trike*”.

A princípio, algumas das situações referentes à linguagem que mais se destacaram, em especial no início da convivência, foi a utilização frequente dos termos: “rolê”, para se referir aos encontros, como já disse; e o termo “pista”, no sentido de pista de corrida, para referenciar as ruas. Recordo que no primeiro campeonato nacional que participei, o GP da Graciosa, em 28 e 29 de Junho, ouvia o grito constante: “Olha a pista, libera a pista”. E eu sempre ficava num julgamento interior com uma mistura de estranheza: “Que pista? Isso aí é a rodovia”. No terceiro campeonato nacional que participei, o GP de Bombinhas, 15 e 16 de Novembro, me vi gritando para os ciclistas que passavam: “Olha a pista, libera a pista”. Este foi um dos termos que me familiarizei naturalmente, sem perceber, só percebi quando revi as minhas anotações. Acho válido explicar neste momento, que “pista” refere-se somente ao percurso que os pilotos farão, quando vão se referir as vias paralelas, de acesso ou que cruzam o percurso, referem-se como ruas. Constatação disto está quando os ouvia falando: “Vamos fechar a rua ‘que dá’ na terceira curva”.

Ainda sobre a linguagem, percebi que alguns termos são próprios dos homens, mas que são compreendidos e aceitos pelas mulheres do *Trike*, e estranhos para os que não pertencem ao grupo. Dois exemplos estão na forma como os homens se chamam: “*bando de repetentes*” e “*arrombados*”. Para mim, dois termos pejorativos; para os homens do *Trike*, duas formas de se referir aos amigos. Somente os mais próximos são tratados assim, por quê? Não consigo compreender até hoje. Mas sei que são termos muito utilizados pelos homens e percebia, pela reação das mulheres, que elas compreendiam o sentido só que nunca as vi utilizando, sempre se referiam umas às outras como “meninas”, somente. O que me remete

novamente ao sistema de sentidos compartilhados que funcionam como meio para identificar o grupo de um território, mas, também, como forma de delimitar o acesso de estranhos, aqueles que não compreendem não pertencem ao grupo.

Já sobre a influência das mulheres na prática do *trike*, eu percebi que as influências podem ser separadas em dois tipos: das mulheres que praticam *trike* e das mulheres que não praticam. Com relação às praticantes de *trike*, percebi pouca influência, as quais ocorrem mais no sentido de estruturação e separação na realização das provas em campeonatos, creio que isso ocorra devido ao pouco número de mulheres praticantes em comparação ao número de homens. Em campeonatos são, no máximo, 20 vagas destinada a categoria feminina, e, em média, são 120 vagas destinadas aos homens, divididos em três categorias (categoria infanto-juvenil, pró e *master*). Além disso, é muito difícil encontrar alguma mulher na coordenação de algum evento ou organização de alguma Liga ou equipe.

Com relação às que não praticam *trike*, convêm afirmar agora que elas possuem papel fundamental na determinação da frequência e se o homem continuará ou não participando deste meio, bem como, na estrutura do espaço. Notei que entre estas mulheres existem duas posturas: as que não frequentam os encontros e campeonatos de *trike* e as que acompanham os pilotos. Geralmente, as que não frequentam são as que acabam por gerar maior influência na participação ou não do piloto em eventos e, por vezes, na desistência em andar de *trike*. Neste momento estou me referindo, exclusivamente, às esposas, noivas e namoradas dos pilotos. Presenciei conversas entre amigos sobre o assunto e até brigas entre casais. Pelo o que observei os motivos das brigas eram, geralmente, por: ciúmes das outras mulheres que frequentam o ambiente; o tempo que o homem gasta cuidando do seu *trike*, vendo vídeos sobre o assunto e nos campeonatos; e, por a mulher achar que ele está praticando algo muito infantil para a sua idade. Estes conflitos levaram alguns homens, no período que estive em campo, a deixar de praticar o *Drift Trike*, mais do que os que deixaram de praticar devido a acidentes.

Em contrapartida, as mulheres que acompanham os pilotos exercem influência direta na estrutura do espaço, e, neste momento, estou me referindo às esposas, noivas, namoradas, irmãs, mães e amigas, tanto dos homens como das mulheres que praticam o *trike*, e incluo também as pilotas. Por que elas exercem essa influência? Porque são elas que arrumam as barracas e tendas, que organizam as coisas para o preparo do churrasco, que improvisam um banheiro quando não há banheiros químicos (o que acontece na maioria das vezes), que definem os espaços para assistir as descidas, e nos acampamentos dos campeonatos possuem papel importante na localização das barracas e organização do lugar.

Confesso que até eu entrei na dinâmica que estas mulheres estão inseridas. Às vezes, retomando o que vivi em campo, percebo que cometi alguns erros, e talvez esse tenha sido um. Um dos conflitos que existiu em mim, durante todo o período, foi que como pesquisadora era importante que eu me mantivesse neutra e imparcial para conseguir observar. Mas não consegui manter essa postura. Nas primeiras visitas consegui me controlar, mas o incômodo causado pela falta de estrutura chegou ao extremo, então me juntava a essas mulheres na organização das coisas. Hoje percebo que essa minha atitude influenciou para que as pessoas fossem mais receptivas a mim, mas que também minha ação interferiu na dinâmica do lugar. Vou explicar as atividades que envolvem esses rolês e algumas situações que me incomodavam.

Sim, boa parte das estruturas que envolvem o *Trike* são improvisadas, principalmente nos rolês semanais, os campeonatos de maior porte começam a ter uma estrutura mais organizada durante o evento, mas depois tratarei deles. Os rolês, como já disse, são marcados por meio de redes sociais, e mesmo em dias chuvosos eles acontecem, ou ainda, são realizados à noite, com ou sem iluminação apropriada. O local do encontro é, geralmente, o topo das ladeiras. Observava aqui que os carros eram estacionados, preferencialmente, nos mesmos lugares, tanto que, caso alguém estacionasse fora deste padrão comum ouvia-se falas como: “Pegou a minha vaga” ou “Por que você colocou o carro lá?”. E, à medida que os membros da equipe chegam eles vão se aglomerando, próximos a maior sombra ou área coberta que houver; quando há tendas, a aglomeração acontece ao seu redor. Nas vezes que estive presente notei que as tendas eram montadas pelas mulheres ou por causa das mulheres após reclamarem do sol e calor, geralmente acima dos 30° graus, ou da chuva. Por causa disto aprendi a montar tendas e a improvisar com lonas e corda e, também, a improvisar “banheiros” junto com as outras mulheres.

Se o rolê foi marcado para 14hs, as pessoas chegarão por volta das 15hs, e as primeiras descidas, geralmente, acontecerão após às 16hs. Isso não ocorre só em Maringá e Apucarana, em conversa com membros de equipes de outras cidades (Curitiba/PR, Londrina/PR, São Leopoldo/RS, Atibaia/SP), me afirmaram que isso também ocorre nelas. Mas dois pilotos de Curitiba comentaram que “só em Nova Trento não é assim”. Ao perguntar sobre o assunto para um membro de uma das equipes que frequentam a ladeira de Nova Trento/SC descobri que lá não acontece isso porque, por ser uma rota turística, eles precisam de uma Licença para usarem a estrada, e nela é especificado o período de tempo que podem permanecer no local. Na época anotei “esferas do poder público influenciando, diretamente, na prática”. Ao rever isso e retomando o que foi apresentado sobre os atores sintagmáticos, dentro da percepção de

Raffestin (1993), vejo a atuação clara destes atores e a sua influência sobre a dinâmica territorial.

Mas o que ficam fazendo as pessoas nesse tempo antes de iniciarem as descidas? Eles ficam conversando e mexendo nos *trikes*. E foi na dinâmica e nas conversas que ocorrem neste delimitado espaço de tempo que mais notei mudanças no decorrer da minha vivência em campo.

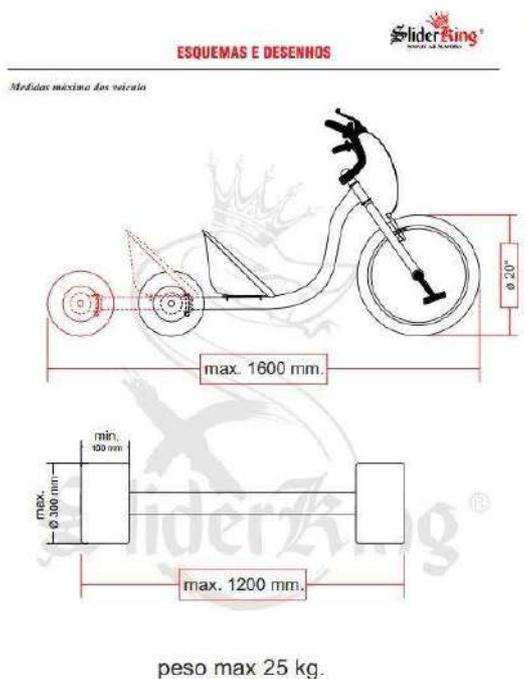
Nos primeiros meses observava que a movimentação nesse período girava em torno de preparar os *trikes* para as descidas, em lubrificar rolamentos, “ajustar o quadro”, arrumar rodas e banco. E eram sobre estas coisas que as conversas eram conduzidas. Ou ainda, um mostrando para o outro os ajustes que fez, a peça nova que começou a usar, as mudanças que fez nos canos de PVC usados nas rodas e o porquê achava que agora ia conseguir maior velocidade ou “junta mais nas curvas”, um dos termos usados. Os *trikes* ainda tinham muitas modificações realizadas, literalmente, na garagem da casa com as peças e ferramentas que possuíam. Por vezes também, conversavam sobre os vídeos de corridas de outros pilotos, principalmente vídeos de outros países. Nunca entendi muito bem sobre essa parte que eles chamam de “mecânica do *trike*”, mas compreendia que aquele era o momento que tinham para mostrar aos outros, o que entendiam e as melhorias que estavam fazendo. E isso era feito como forma de demonstrar para o grupo o seu domínio sobre o assunto, e de autoafirmação. Aqueles que entendiam mais sobre o manuseio de ferramentas de corte de ferro, de polimento dos canos de PVC’s ou de rolamentos, se sobressaíam dos demais, eram referências e os procuravam para pedir ajuda na construção de novos *trikes* e na manutenção.

Sobre os equipamentos de segurança, nos primeiros encontros nem todos usavam, presenciei até discussões calorosas sobre isso, pois haviam os que defendiam o uso e os que não queriam usar. Para os que não eram adeptos, o uso dos equipamentos era “frescura”, afinal “você no máximo tem uns ralados e roxos”, como um piloto de Maringá me explicou. Nunca mais ouvi usarem essa justificativa depois que aconteceu um acidente durante um evento no interior de São Paulo que levou a morte de um rapaz. E após outro acidente, também ocorrido no interior de São Paulo, que levou a amputação da perna de um piloto, os equipamentos de segurança passaram a serem vistos como essenciais e usados em todas as descidas, não só nos campeonatos.

Após o início das primeiras etapas do Campeonato Nacional notei que as conversas nos rolês foram mudando, isso com base na minha vivência em campo com as equipes de Maringá e Apucarana. Como expliquei no capítulo 2, no ano de 2014 foi o primeiro ano de realização de um campeonato de *trike* em nível nacional, e o órgão responsável pela

organização e implantação das regras, a NDT<sup>15</sup>, foi instituído poucos meses antes da primeira etapa. Como a prática da atividade era realizada de uma maneira muito amadora, praticamente só como lazer, onde cada equipe ou cada encontro de equipes tinham suas próprias regras, ao formarem um órgão que estava padronizando as regras em seus campeonatos, é natural que gere um desconforto no início. E foi exatamente isso que observei.

Não há um padrão para o *trike*, há um modelo básico que pode ser alterado de acordo com a preferência da pessoa, por isso haviam dos mais variados tipos, desde com eixos muito grandes; com rodas muito pequenas feitas somente de canos de PVC e ferro, com rodas de *Kart* (as mais comuns) até com rodas bem grandes de bicicleta infantil (dos mais excêntricos); com bancos de plástico, outros almofadados ou de ferro, e havia muitos que eram chumbados. Isso influenciava diretamente no peso e no deslize do *trike* no asfalto, dando vantagem na velocidade para aqueles que tinham um equipamento mais pesado e com maior deslize. A NDT estipulou regras que minimizavam essas diferenças, determinou um limite de peso do *trike*, 25kg; uma metragem mínima e máxima para as dimensões do equipamento utilizado pelos pilotos em seus campeonatos (conforme ilustra a figura que segue); proibiu o uso de pedal para dar impulso na largada ou durante a descida, e, também, o uso dos “paranauê” ou das “remadas”<sup>16</sup>.



**Figura 7 – Medidas para o trike em campeonatos nacionais e mundiais**

Fonte: Imagem fornecida pelos organizadores da NTD.

<sup>15</sup> Nacional Drift Trike, foi autorizado o uso do nome oficial da associação.

<sup>16</sup> “Paranauê” e “remada” são movimentos com os braços e quadril que o piloto realiza para ganhar impulso. É confuso explicá-los em palavras, seria necessário fazer o que fizeram comigo, demonstraram cada um deles para que eu pudesse entender. O que posso explicar é que “paranauê” é usado na largada e, “remada” no percurso.

Entretanto estas especificações e fiscalização do cumprimento se restringiam aos eventos promovidos por esse órgão, não se tornou uma regra geral que deveria ser cumprida para a prática em todos os lugares e em todos os campeonatos. No entanto, percebi que se tornou quase uma condição para ser visto como membro do grupo social *Trike* participar destes campeonatos da NDT, assim, mesmo não concordando e com relutância as pessoas adaptavam seu *trike* para conseguir participar. No que mais vi ocorrer adaptações foi em relação ao peso, havia *trike* que pesava 34 kg, o rapaz quase teve que fazer um novo *trike* para participar do GP do Querosene, mesmo a contragosto realizou as mudanças. Os outros membros da equipe o estimulavam com frases “você precisa participar pra ver o que é descer de *trike* de verdade”, “o povo que vai lá é muito bom, você aprende mesmo as técnicas”. No entanto, mesmo que houvesse o estímulo, haviam as queixas e as falas inflamadas de indignação com as regras, que eram externadas em relação as pessoas que formavam o órgão, como a fala de um dos pilotos de Apucarana: “vou chegar lá e na primeira bateria vou descer fazendo ‘paranauê’ e ‘deixa’ esse povo da NDT ‘tudo em choque’<sup>17</sup>”.

Mas o que de tão especial acontecia e acontece nos campeonatos para que desejem tanto participar?

## 6.2 “#PARTIUGP”: OS CAMPEONATOS DE *TRIKE*



**Figura 8 - Pilotos chegando para o GP de Bombinhas 2014**  
Fonte: A autora.

<sup>17</sup> “Em choque” é um termo usado para designar que a pessoa ficou surpresa ou assustada.

No tempo que estive em campo participei de três GP's, ou etapas da competição nacional, ou campeonatos nacionais: da Graciosa/PR, do Querosene/SP e o de Bombinhas/SC. Fiz a viagem para cada um deles acompanhando as equipes de *trike*, acampeei nos locais destinados aos participantes e participei de toda a dinâmica de preparação para o campeonato e nos dias do mesmo. Estive, também, em dois encontros regionais, em Apucarana/PR e Blumenau/SC; e em uma etapa do campeonato paranaense em Apucarana/PR. No fundo, a grande diferença entre os GP's e os demais campeonatos estaduais é a dimensão das estruturas, já os encontros regionais possuem como principal função a reunião das pessoas e o lazer. Vou procurar descrever a minha experiência nestes eventos e as observações que considero mais importantes neste aspecto.

Se fosse para resumir em uma palavra a minha experiência em cada um destes GP's, ficaria assim: Graciosa, frio; Querosene, lama; Bombinhas, sono. No GP da Graciosa, em Junho, me deparei com o total estranhamento, tanto com as pessoas como em relação à forma como as atividades eram realizadas nestes dias. E, revendo minhas anotações, percebo o quanto ainda estava insegura sobre como me portar. A minha insegurança em conjunto com o sentimento de estranhamento me deixavam sem saber como agir: escolher um local e permanecer sentada observando a movimentação ao meu redor? Tentar estabelecer conversas com as pessoas que participavam do evento? Como era inverno e estava muito frio, permaneci boa parte do tempo dos dois dias andando, fotografando e buscando locais que tivessem sol. Com isso, consegui começar a estabelecer contato com pessoas de diferentes localidades, principalmente de Santa Catarina e São Paulo.

Nos GP's há uma média de 120 pilotos participando, mais as pessoas que vão para acompanhá-los, mais aqueles que não possuem vínculos com os pilotos, mas vão para assistir, com isso dá para ter uma noção da proporção, mas para ilustrar segue a imagem de uma das áreas ocupadas para acompanhar o GP da Graciosa. O espaço onde as pessoas ficam aglomeradas tende a ser próximo à linha de chegada. As tendas são montadas logo cedo, por volta das 8hs e permanecem ali até o entardecer. Há presença constante de policiais e ambulância. O local onde se vende comida é improvisado. Mas se você for no sábado e observar onde está cada tenda, cada banner de equipe, e voltar no domingo verificará que, raramente, uma tenda estará em lugar diferente. O que pode acontecer é, por causa do aumento do número de pessoas no dia seguinte, principalmente vindas de estados mais distantes, algumas tendas ser afastadas poucos metros para que outra possa ser instalada. Pelo o que observei isso é comum em todos GP's, nos campeonatos estaduais e nos encontros

regionais; se uma equipe escolheu determinado lugar para colocar a sua tenda e o banner de sua equipe, lá permanecerá, e isso será respeitado pelos membros das demais equipes. Se no domingo uma equipe usar o espaço que foi utilizado por outra equipe no sábado é quase uma afronta. Isso não é declarado, mas é respeitado.



**Figura 9 - Local utilizado para assistir o campeonato e de espera pelos pilotos (GP da Graciosa/PR)**  
Fonte: A autora.

Não consegui acompanhar o processo de preparação para irmos participar do GP da Graciosa, mas para o GP do Querosene e para o GP de Bombinhas, sim, consegui acompanhar, praticamente, todos os treinos e reuniões para a organização da viagem. Essa fase é marcada pela ansiedade dos membros da equipe; por treinos mais competitivos, o que gera conflitos; por modificações no *trike* realizadas em clima de segredo. Algumas modificações não afetaram significativamente, mas eles, no momento, acreditam que sim. Como, por exemplo, colocar dentro dos canos do *trike* pequenas barras de chumbo, eles não ultrapassaram o peso máximo, mas por acreditarem que os outros não sabem desta “vantagem” que dá mais peso ao seu *trike* eles vão ter um melhor desempenho. Outra crença

de alguns, é em um óleo feito da casca da banana, usado para lubrificar os rolamentos, feito de maneira caseira, acreditam que por ser da casca da banana desliza melhor.

Como os treinos passam a ser mais competitivos há brigas porque alguns realizam as descidas de maneira mais agressiva, e fazem manobras que levam os outros pilotos a saírem do asfalto. Um piloto de Apucarana me explicou que isso não é por inimizade com as outras pessoas, mas é uma postura adotada para atingir a vitória, é uma “estratégia na pista, entrar ‘jogando sujo’<sup>18</sup>”. Mas, pelo o que percebi, quando essas pessoas que “jogam sujo” são confrontadas elas tendem a dizer que não foi a intenção, que outra piloto também tem culpa pelo erro que ele cometeu. Só assumem diante dos outros que “jogam sujo na pista” quando o prejudicado não os confronta e quando conseguiram tirar vantagens com a atitude que tomaram durante a descida. E, também, não “se joga sujo” com quem é “presidente”. Há o costume de chamar de “presidente” a pessoa do grupo que assume a responsabilidade, voluntariamente, de organizar e providenciar as coisas que são necessárias para as atividades da equipe. Essa pessoa, geralmente, é responsável por providenciar Van ou ônibus e verificar a forma como os *trikes* serão carregados para os campeonatos; as camisetas, adesivos e bonés da equipe; a fazer a divisão das despesas e cobrança dos pagamentos; se necessário, designa as tarefas que cada um deverá cumprir. Mas, posso dizer que essa pessoa passa a ter alguns privilégios diante da sua equipe e um status social e reconhecimento perante os membros das outras equipes.

Quando se vai para os campeonatos, cada membro leva vários adesivos e todas as camisetas da equipe que tiver, pois é comum durante o evento a troca de adesivos e camisetas, e às vezes até de boné. E ter camisetas de várias equipes é importante, principalmente, quando a camiseta pertencia a um piloto com destaque no meio, me recordo a expressão de felicidade no rosto de um piloto de Apucarana ao me contar “eu ganhei uma camiseta do ‘Mestre’”. Ele havia dado uma camiseta da sua equipe e em troca “ganhou” a camiseta deste piloto do Rio de Janeiro que é chamado de “Mestre” por ser um dos primeiros praticantes de *trike* e conseguir um bom desempenho em pistas com muitas curvas, e como esse piloto é conhecido por todos do *Trike*, ter uma camiseta dele tem importância de status e afetiva.

O trajeto de ida para os campeonatos, em todas as equipes, é marcado pela descontração, declaração de promessas individuais de vitória – ao menos em relação aos pilotos que não possui tanta afinidade -, mas também pelo consumo de bebidas alcoólicas. Inclusive, é normal o consumo de bebidas alcoólicas durante todo o evento, inclusive antes

---

<sup>18</sup> “Jogando sujo” é quando propositalmente o piloto toma atitudes durante a pista que vão atrapalhar o seu adversário.

dos pilotos irem descer. A alimentação durante esses dias é, basicamente, churrasco, durante o dia e à noite nos acampamentos. O clima geral, até o domingo pela manhã, é de muita descontração, de um grande encontro entre amigos, pois o sábado é o dia inteiro para treino e “reconhecimento da pista”, como especificam. Mas é possível perceber a mudança nas expressões faciais e em algumas atitudes quando chegam para o início da competição no domingo, expressões de preocupação, tensão, os comentários sobre os pilotos que estão na mesma bateria.

É interessante perceber como a apreensão com medo dos acidentes passa a dominar a todos, eles ficaram o sábado inteiro descendo naquela ladeira, mas somente no domingo o medo de possíveis acidentes é nítido em todos. Penso que seja porque só no domingo o espírito de competição começa a se manifestar e isso influencia na postura dos pilotos na pista, mais adiante falarei em particular desta questão dos acidentes. Em especial a ladeira onde é realizado o Querosene é considerada muito perigosa por causa da sua inclinação e das curvas muito fechadas. No final de semana que foi realizado, 26 e 27 de Julho de 2014, choveu muito e isso piorava a situação, por permanecer molhada e por causa da lama que os caminhões que passavam traziam. Isso levou alguns pilotos, homens, a desistirem da competição. Na categoria das mulheres, que é a primeira a descer, não houve desistências e nem acidentes.

Os encontros realizados no Querosene, nome dado a uma ladeira da cidade de São Pedro/SP onde é realizado eventos de *trike*, são considerados importantes para o *Trike* desde 2013 porque há o costume de haver o “lançamento de novidades” nos equipamentos. Os equipamentos de *trike* estão se profissionalizando, e é comum apresentar essas mudanças no Querosene, principalmente porque é considerada pelos pilotos uma excelente pista para fazer testes. Pelas conversas que tive com pilotos sobre o Querosene, o grande diferencial, no reconhecimento social, para o piloto é chegar para a competição já utilizando da novidade que será divulgada ali. Isso inclui um modelo de *trike* novo, principalmente algum lançado pelas novas empresas de fabricação de *trike*; rodas diferenciadas; ou mesmo um banco ou capacete novo. Nesta etapa, em particular, o lançamento de macacão de couro personalizado para corridas e as novas câmeras *GoPro* eram o destaque.

Os campeonatos que os pilotos possuem maior desejo de participar é o do Querosene e o de Bombinhas. A princípio, achava que a preferência por esses campeonatos se dava por causa das cidades que eram realizadas, principalmente o de Bombinhas por causa das praias e do Querosene por a cidade oferecer a possibilidade de realizar outros esportes radicais. No entanto, à medida que conversava sobre os campeonatos com os pilotos que já haviam

participado destes mais desejados, percebi que a preferência estava exclusivamente na pista, mesmo sobre Bombinhas. Para ilustrar, o Querosene é realizado em uma estrada retirada da cidade, usada principalmente por caminhões que transportam cana-de-açúcar para as usinas da região; e o campeonato de Bombinhas é realizado na estrada de acesso à praia de Mariscal/SC. No caso do Querosene, os participantes preferem ficar em *camping* que também são retirados da cidade, então, mesmo um evento que traz em média de 300 pessoas de fora não interfere a dinâmica desta pequena cidade. Em conversa com os organizadores percebi que esse é um dos motivos para a falta de apoio dos empresários da região, e a prefeitura faz somente a liberação da Licença de uso da estrada e de ambulâncias.

Já o GP de Bombinhas recebe apoio dos órgãos municipais, que auxiliam na estrutura, na divulgação e na liberação de pessoas para ajudar nos dias do evento. E como a pista fica próxima a vários hotéis, alguns hotéis também contribuem e empresas da cidade patrocinam o evento. Confesso que quando fui para esse GP achei que iria para a praia, ao menos no final da tarde de sábado ou do campeonato, realmente fomos à praia, mas para tirar fotos dos pilotos com seus *trikes*. Apesar da linha de chegada ser a 400 metros da praia e com um calor de 40° graus, os pilotos de *trike* não foram para a praia, permaneceram nos limites do espaço que estava sendo realizado o evento. O que vi ocorrer foi o movimento inverso, pessoas saíram da praia para assistir aos treinos e a competição no domingo.

Quando questionava as pessoas sobre qual cidade mais gostaram de ir para participar de algum evento de *trike*, a resposta geral era: as cidades de Minas Gerais; e os que já haviam participado de algum campeonato em Rio Negro/PR acrescentavam essa cidade. Por quê? “Porque as pessoas dessas cidades gostam do *trike*”, me explicou um piloto de uma equipe de Curitiba/PR quando fui acompanhar um rolê deles, “pena que as pistas lá não são tão boas”, continuou. Fiquei curiosa e comecei a perguntar para diferentes pilotos de várias localidades e que já participavam de campeonatos há mais de um ano o motivo desta diferença, entre a preferência das cidades e a preferência das pistas. Porque pista é unanimidade as que são consideradas melhores: Nova Trento, Nova Trento/SC (única pista que tive conhecimento que é tratada pelo nome da cidade), Querosene (pista de São Pedro/SP), Linha do Jacinto (nome dado à pista de São Leopoldo/RS).

Um piloto de Gaspar/SC que pratica o *trike* há três anos me explicou que:

Lá em Minas todo mundo fica (hospedado) na casa das pessoas, no (campeonato) de Sabará ‘fico uns 30 nego’ numa casa. Dá até ‘pra’ acampar nas calçadas e ‘deixa’ os *trikes* nas carretinhas, o povo da cidade não reclama, eles até gostam. No sábado ‘de noite’ a gente

ficou descendo de *trike* nas ruas perto da casa do menino e o povo que morava lá ficava nas calçadas vendo e até pediam ‘pra’ tenta andar.

Eu não participei de nenhum evento nas cidades de Minas Gerais ou em Rio Negro/PR, mas quando questionava as pessoas que haviam participado nestas cidades sempre havia essa menção de serem as cidades preferidas por causa da recepção das pessoas. E em Rio Negro/PR ainda recordam que é promovida uma feira com comidas próximo ao local do evento onde as pessoas que estão participando conseguem ir com tranquilidade. Nas cidades de Minas as ruas utilizadas para a prática de esporte são afastadas da cidade, mas em Rio Negro é dentro do perímetro urbano. Busquei então compreender a diferença entre “cidade boa para o *trike*” e “pista boa”, e tentei ter uma noção sobre a influência na recepção dos moradores da cidade. Então, procurei conhecer mais sobre as equipes destas cidades que possuem uma pista considerada boa e das cidades que são preferidas para a realização de eventos.

### 6.3 “FINCANDO BANDEIRA”: TRANSFORMANDO RUAS EM LADEIRAS DO *TRIKE*

Vou esclarecer algo antes, leitor, o que é uma “pista boa”? Uma rua é considerada uma boa pista para a prática do *trike* quando é uma ladeira que se consiga atingir uma alta velocidade (acima dos 70 ou 80 km/h), possui um asfalto sem buracos e liso, e, também, tem curvas que desafiam o piloto. E quais as características que definem uma cidade como boa para a realização de eventos de *trike*? Pelo o que compreendi, na percepção dos praticantes de *trike*, é necessário, primeira e especialmente, que os moradores da cidade sejam receptivos a prática, que os eventos contem com apoio dos órgãos municipais e de empresas, o que contribui na formação da infraestrutura durante o evento.

Um ponto que tinha curiosidade era: como escolhem essas ladeiras para descer de *trike*? Acompanhei esse processo em Maringá e Apucarana, e membros da equipe de São Leopoldo e da DTMG<sup>19</sup> me descreveram como ocorre nestas cidades. De modo muito simples, eles descobrem esses lugares por meio do seu andar pelas cidades na realização de suas atividades corriqueiras. Quando encontram um lugar que pensam ser bom para andar de *trike*, voltam no final de semana, sozinhos ou com membros da equipe, e realizam as

---

<sup>19</sup> No estado de Minas Gerais há uma grande equipe que é formada por pessoas de diferentes cidades da região de Belo Horizonte. Encontram-se periodicamente e não possuem uma ladeira fixa para a realização das atividades do *trike*, mas, com maior frequência utilizam cinco ladeiras da região, em especial da região da cidade de Sabará.

descidas; caso o lugar seja considerado adequado para a prática eles “fincam bandeira”. Ou seja, se nesta ladeira o *trike* consegue ganhar velocidade, há curvas e pouco tráfego de veículos, então ela é uma nova ladeira para a prática do *trike*, “finca-se a bandeira”, ou, divulga-se nas redes sociais esse lugar e atribuem um nome (Pico da antena, Linha do Jacinto, Morro do ralado, são alguns nomes de ladeiras no Brasil).

A expressão “fincar bandeira” foi utilizada em uma entrevista que realizei com um membro da equipe de São Leopoldo, que pratica o *trike* há três anos. Achei interessante a colocação e a explicação, pois, segundo ele, os primeiros a andarem de *trike* no lugar e a divulgarem são vistos pelos membros das outras equipes como os “donos da ladeira”, e passam a se reportar a eles quando querem andar neste novo lugar. Isso pode acontecer mesmo que a ladeira não seja na cidade da equipe que descobriu, algo que é comum em regiões onde há muitos morros e montanhas.

Quando acompanhei esse processo em Maringá, na Ladeira do Aeroporto, e em Apucarana, na Ladeira do João XXII, também havia diagnosticado esse procedimento: conheceram o lugar, confirmaram a possibilidade de usá-lo para praticar *trike*, divulgam pelas redes sociais a nova localizam, e são tratados pelas outras equipes como proprietários do espaço. Entretanto, o interessante nesse processo é que as outras equipes de *trike* não são vistas como ameaças ao domínio do espaço, mas praticantes de outros esportes, sim. Quando há um aumento no número praticante de *longboard* e de *skate* no lugar, ou quando a frequência deles no espaço é constante, eles são vistos com desconfiança, e ações para expulsá-los do espaço são adotadas. Como, por exemplo, presenciei o tratamento com hostilidade nas conversas com praticantes de *longboard* que começaram a frequentar em grande número de pessoas uma das ladeiras de Maringá, e os pilotos de *trike* pararam de respeitar o tempo destinado a descida deles. Até mesmo moradores que não respeitam a sinalização utilizada durante a prática podem ser vistos como ameaça por não respeitarem uma imposição na interrupção do tráfego, então, também, são tratados com hostilidade.

Com relação àquelas pistas que foram consideradas as melhores para as decidas de *trike* (Nova Trento, Querosene e Linha do Jacinto) há uma peculiaridade, elas não possuem “bandeira fincada” de uma equipe específica. Vou explicar a situação de cada uma. Primeiramente, Nova Trento é considerada a melhor pista do Brasil de maneira unânime, mas, como eu disse quando expliquei sobre os rolês, para utilizá-la é necessário ter autorização dos órgãos responsáveis por ela, pois parte dela pertence ao município e outro trecho a um grupo religioso, é necessário a autorização de ambas as partes. A ladeira fica localizada em uma região fora do perímetro urbano, mas, por ser turística possui um fluxo de veículos constante.

Por ser estreita deve ter o tráfego interrompido nos dois sentidos, o que gera transtornos, então a liberação é esporádica. Quando ocorre essa liberação todas as equipes das cidades próximas vão para utilizar do espaço, mas não há uma equipe da cidade de Nova Trento/SC e nem outras áreas dentro da cidade são utilizadas para a prática do *trike*, então o trike não é muito divulgado. Assim, a imagem desta ladeira não está vinculada a uma equipe, mas ao campeonato mundial, o *SliderKing*, pois uma das etapas é realizada nela. E, os maiores responsáveis por buscar a liberação da ladeira para a prática são os representantes deste campeonato no Brasil, e que moram na região.

Já a pista do Querosene se localiza na zona rural da cidade de São Pedro/SP e é de difícil acesso, além disso, é uma estrada utilizada para o tráfego de suprimentos para indústrias e de cana de açúcar para a usina da região, conseqüentemente, o fechamento desta pista não é visto com bons olhos pelos empresários. Tanto que durante o campeonato que participei houve discussão entre os gerentes da usina e os organizadores. Nesta cidade não há uma equipe com número representativo de praticantes, somente 3 pessoas, isso baseado nas últimas informações que tive, o que não contribui para a divulgação do esporte na cidade. E, geralmente, estes pilotos vão andar em cidades vizinhas.

Em relação à Linha do Jacinto, ela é utilizada por pilotos de várias equipes da região desde o início da prática do *trike* no Rio Grande do Sul em 2012, então os pilotos não conseguem mais fazer uma associação entre a ladeira e uma única equipe. Ela fica localizada na zona rural de São Leopoldo/RS, e por estar próxima a outras cidades, como Caxias do Sul, as pessoas, ao irem para os eventos nessa ladeira, optam por se hospedar nestas outras cidades. Além disso, a equipe de São Leopoldo é pequena, 4 pessoas, que realizam a prática em ladeiras de cidades vizinhas, preferencialmente, na zona rural, o que também não ajuda na divulgação do *Drift Trike* na cidade.

Já sobre as “cidades boas para o *trike*”, leitor, começo falando do estado de Minas Gerais como um todo, pois lá há somente 5 equipes de *Drift Trike*, no entanto elas atuam de maneira conjunta, ou seja, elas procuram se organizar na realização das atividades, desde o rolê até em eventos de grande porte. Isso contribui para uma maior visibilidade do esporte nas cidades, principalmente, em Sabará e Nova Lima, onde são realizadas boa parte dos encontros. Além do mais, escritórios regionais de grandes empresas investem em eventos de *trike* na região, e por isso ajudam na divulgação, o que evita o estranhamento por parte dos habitantes. Já em Rio Negro/PR, a pista encontra-se dentro do perímetro urbano e equipes de cidades próximas vão, frequentemente, utilizar desta ladeira para a prática, familiarizando os moradores da região com o *trike*. No caso desta cidade, a prefeitura ajuda na divulgação e na

infraestrutura nos dias do evento, o que contribui para a receptividade e melhores acomodações para as pessoas que vem de fora da cidade para participar.

Ao olhar para essa breve contextualização de cada pista, em conjunto com as percepções que tinha em campo e nas entrevistas com pilotos, eu compreendo que o número de praticantes de *trike* nas cidades influencia na divulgação do esporte e, assim, na receptividade dos habitantes durante a realização de eventos. Bem como, a proximidade ou distância geográfica da ladeira com o perímetro urbano determinará se o evento influenciará no cotidiano da cidade. Essas influências podem ser vistas nas cidades que são consideradas “boas para o *trike*”, acrescentando o apoio de órgãos públicos e empresas na divulgação e auxílio da infraestrutura durante os eventos. Não as visitei, então chego a essa visão baseada nas entrevistas que realizei com pilotos das cidades e com aqueles que já estiveram em eventos realizados nelas.

No início, quando me perguntavam em campo sobre o que estava pesquisando no *Trike* e eu dizia que era sobre a forma como eles interagem com o espaço que usavam pra praticar e sempre me contavam sobre a história de Londrina/PR, mesmo os que eram de outros estados. A equipe de Londrina utiliza as ruas de um conjunto habitacional conhecido como “Cincão”, e há quase dois anos decidiram pintar nas ruas que utilizam o símbolo da equipe. A princípio me animei ao ver de modo tão explícito um símbolo de demarcação territorial, mas à medida que fui conhecendo a história do lugar, a relação dos membros da equipe com ele e entre si, percebi que a demarcação que aquele símbolo representava não era o que eu esperava. Ao ver o símbolo, ilustrado a seguir, no asfalto do bairro logo pensei “isso sim é expressar ‘esse território é nosso’”.



Figura 10 – Símbolo da equipe de Londrina pintado na rua do bairro  
 Fonte: Família *Drift Trike* Londrina-PR<sup>20</sup>

No entanto, ao observar mais de perto percebi que o sentido maior do símbolo não era para expressar esse sentimento de posse para as pessoas que conviviam no espaço, mas sim, para diferenciar a sua ladeira das demais ladeiras utilizadas para as descidas de *trike*. O sentimento maior por de trás da ação era do “faz teu nome”. Pelo o que eu compreendi, a expressão “faz teu nome” é usada no meio do *Trike* para se referir a ações que as pessoas ou equipes realizam com a intenção de adquirir uma notoriedade e diferenciação dentro do meio do *Trike*. Mas, essa notoriedade não é momentânea, a intenção é conquistar um “espaço social” diferenciado e de mantê-lo.

Foi, então, que eu percebi que deveria ampliar um pouco a minha visão sobre o *Trike*. Exatamente nesse momento comecei a fazer a diferenciação em minhas anotações sobre o que era referente às práticas do *trike* quanto às ações que envolvem a realização da atividade, e as práticas do *Trike* quanto grupo social, um grupo que é formado por equipes, que tem seus limites além dos limites físicos de uma única cidade.

<sup>20</sup> Disponível na página do grupo do *Facebook* da equipe de Londrina  
 <<https://www.facebook.com/groups/457663550947828/photos/>>

#### 6.4 “TUDO JUNTO E MISTURADO”, MAS TENTANDO SER DIFERENCIADO

Logo nos primeiros meses tive certeza que estudar o *Drift Trike* seria mais complexo do que imaginava. Isto porque ao olhar para as práticas sociais de uma equipe é impossível compreendê-las sem observar as outras equipes e sem estar acompanhando os acontecimentos por meio das redes sociais. Como expliquei no capítulo anterior, discussões que aconteciam entre membros das equipes de Apucarana e Londrina eram reflexos de brigas entre fabricantes de *trike* de outras cidades. O modo como alguns pilotos se posicionam nas conversas sobre as regras de campeonatos está relacionado com os vínculos de amizade com os organizadores, da mesma forma, em relação às ações tomadas na intenção de se privilegiar ou atribuir a si mesmo um status social superior aos demais da equipe.

Pelo o que percebo e compreendo, as equipes possuem um sentimento de posse sobre o espaço que utilizam, estabelecem com ele uma relação que o ressignifica devido às experiências vivenciadas e os sentimentos envolvidos, processo explicado por Bartoly (2011) e Ferreira (2000). Mas o sujeito passa por dois processos de inserção em grupos quando inicia a prática do *trike*. Um é de entrar em uma equipe, o qual pode ser o primeiro processo. O outro, que pode acontecer de maneira independente, é o de entrar para o grupo social do *Trike*, mesmo sem pertencer a uma equipe. Confuso, leitor? Vou tentar explicar utilizando de acontecimentos que presenciei em campo.

O mais comum é que a pessoa conheça o *trike*, seja pela internet ou assistindo a prática em sua cidade, e, após isso procure uma equipe para tirar suas dúvidas e se juntar para realizar as atividades. Pelo que percebi, vivenciando e questionando diversas pessoas, geralmente, as equipes de *trike* são muito receptivas a novos membros, em especial, homens e heterossexuais; caso seja mulher ou homossexual, pode encontrar alguma resistência. Mas ao possuir um *trike* e começar a participar dos rolês, você passa a ser incluído nas atividades da equipe. O ritual para que você seja realmente aceito e visto como um membro depende de cada equipe; em Apucarana percebi que bastava comprar o seu *trike* e frequentar os rolês; em Londrina, a participação em campeonato; em Maringá e para uma equipe da região de Curitiba, a queda praticando *trike*.

Mas, participar de uma equipe não é condição suficiente e nem necessária para participar do grupo social *Trike*. Como o caso de um piloto de Curitiba/PR, que desde o início de 2012 realiza a sua prática com várias equipes da região, mas, sem estar vinculado a uma equipe, todavia, ele é uma referência para esse grupo social. Um exemplo oposto são duas equipes de Maringá, pelo o que percebi eles são um grupo a parte do grupo social do *Trike*,

são somente equipes de *trike*, mas que não pertence ao grupo social. Pois para que qualquer indivíduo possa pertencer a um grupo ele necessita de estabelecer relações (SCHATZKI, 1996; 2002), e as pessoas destas equipes mantêm-se a parte, realizam a prática do *trike* somente em Maringá e entre os membros destas equipes. Por isso, compreendo que não pertencem ao grupo estudado em questão, mas o piloto de Curitiba que citei, sim, pois ele estabelece relação com os demais membros e compartilha os sentidos e significados que unem o grupo e que orientam as suas práticas realizadas.

Este ponto dos sentidos e significados compartilhados é importante, tanto para a definição de um grupo social como para a formação de uma territorialidade. No caso do grupo social estudado, eu percebo que há dois aspectos que devem ser levados em consideração: (1) os sentidos e significados compartilhados pelo grupo como um todo, em conjunto com os símbolos utilizados; e (2) os símbolos e as ressignificações empregados pelas equipes. Sendo que, estes aspectos se misturam em algumas dimensões.

Quando afirmo que há sentidos e significados compartilhados pelo grupo e que é isso que os une, tomo como base minhas observações concomitante com os pensamentos de Soja (1971), Raffestin (1993) e Massey (2000), ao explicarem que esse sistema une as pessoas de um mesmo território, e também, afeta na estruturação e organização dele. No caso do *Trike*, um sentido fundamental que os une é a ressignificação das ruas. Um piloto passa a ter um olhar mais atento para as ladeiras, em busca de uma nova pista, ou seja, há a vinculação de ladeiras com possíveis pistas de *trike*. Quando uma rua passa a ser uma pista ela é inserida dentro de uma dinâmica diferente, o que prevalece não são mais as regras do Código de Trânsito, mas as regras do *trike*. No entanto, essas novas regras só possuem significado para os membros do grupo, por isso são respeitadas, por serem compreendidas; e o não cumprimento provoca punições. Como explica Raffestin (1993) cabe somente aos sujeitos pertencentes ao grupo o cumprimento das regras, os estranhos podem praticar ações contrárias às determinadas, isso só os distanciará do grupo e promoverá a expulsão dele do território. No *Trike*, por exemplo, os motoristas que estacionam em locais que perturbam a prática ou não respeitam a sinalização com os cones, são convidados a se retirar do lugar. Estas determinações são respeitadas pelos pilotos por compreenderem o significado dos cones, mas caso algum não respeite a regra quanto ao uso dos equipamentos de segurança é punido com a desclassificação do evento. Além da linguagem que possui expressões com sentidos que só quem está inserido no meio entende, como nos várias exemplos que citei no decorrer do trabalho, algumas imagens só possuem significado para os que conhecem o *Trike*, se eu não conheço não compreendo o que significa.

Fora estes símbolos de identificação, outros elementos são utilizados, de modo geral, para identificar o grupo e o espaço que está sendo utilizado para a prática. Quanto à identificação do grupo *Trike*, é comum as camisetas de equipes e, mais recentemente, camisetas do modelo gola-polo para serem usadas no dia a dia. Estas roupas funcionam como símbolo de identificação, contudo, possuem imagens que têm sentido particular para os membros do grupo. Como, por exemplo: o desenho da caveira junto ao *trike*, remetendo a ideia que no *trike* não há distinção de pessoas; camisetas com a palavra “luto” escrita, forma utilizada para homenagear o piloto que veio a falecer em Abril de 2014. Detalhes que só quem pertence ao grupo consegue compreender a profundidade.

Porém, ao observar os aspectos destes símbolos dentro das equipes percebi que pode ocorrer uma ressignificação em alguns elementos. Assim como há símbolos que remetem ao *Trike*, as equipes ou pilotos desenvolveram símbolos para se identificarem, como alguns exemplificados a seguir. E nesta elaboração utilizaram-se de elementos que remetem a sentidos compartilhados por todos com algo que ligue a imagem da equipe ou da pessoa. No caso do uso da caveira, o *trike* e algum símbolo que remeta a uma característica particular – a bebida que sempre leva nos encontros, características da sua ascendência, caricatura do seu nome ou apelido, por exemplo.



**Figura 111 - Símbolo de identificação de um dos pilotos de Apucarana/PR**  
Fonte: Imagem disponibilizada pelo próprio piloto



**Figura 12 - Símbolo de um piloto da equipe de Londrina/PR**  
 Fonte: Imagem disponibilizada pelo próprio piloto



**Figura 133 - Símbolo de um piloto de Curitiba/PR**  
 Fonte: Imagem disponibilizada pelo próprio piloto

Quando me refiro aos aspectos da equipe nesse processo de ressignificação e dos símbolos utilizados percebo, também, as tentativas das equipes em diferenciar-se das demais, bem como, em valorizar a sua ladeira em relação às outras. Um caso é uma equipe da região de Curitiba/PR que passou a postar vídeos dos tombos e a relacionar o nome da equipe, aos

que classificam como, “os melhores tombos do mundo do *trike*”, sempre, após o tombo falando “é Lasa!”. Atualmente, é comum a todos os membros do *Trike* falar “é Lasa” depois do tombo, e encaminharem as imagens para a equipe, para ela divulgar. Outro caso, é a busca das equipes em enfatizar as “qualidades” da ladeira que possuem ou a vincularem ao evento que é realizado nela. Por exemplo, os membros de uma equipe de Santa Catarina sempre que vão falar sobre a sua ladeira lembram que nela foi realizado o primeiro campeonato que se tem notícia no Brasil, e realizado uma gravação da emissora MTV que é um vídeo referência para as pessoas que querem conhecer o *trike*.

Depois que ocorreu a padronização das dimensões do *trike* e dos equipamentos que podem ou não serem utilizados durante os campeonatos, os pilotos passaram a utilizar de outras formas para se diferenciar dos demais. O capacete, por exemplo, não é mais só um equipamento de proteção, é o meio para realizar a identificação do piloto, ou se tornar a marca registrada dele, o mesmo acontece com os óculos de proteção ou os macacões. Há ainda os que utilizam de uma cor específica para os seus equipamentos e roupas, como o piloto que sempre usa as cores verde, branco e preto no dia dos campeonatos e seus equipamentos são pintados destas cores. A seguir há algumas imagens que mostram as modificações realizadas nos capacetes para ilustrar que ele não é mais visto, somente, como equipamento de proteção, mas também, como marca registrada do piloto.



**Figura 144 - Capacete com modificações (piloto de Curitiba/PR)**  
Fonte: Imagem disponibilizada pelo próprio piloto



**Figura 155 - Capacete com modificações (piloto de São Paulo/SP)**

Fonte: A autora

Acho válido ressaltar que quando me referi aos pilotos estava relacionando aos homens e mulheres de todas as idades, isso porque estou tratando a todos como membros do mesmo grupo social e analisando o grupo, não indivíduos ou acontecimentos particulares.

## 6.5 ACIDENTES DE *TRIKE*: MARCAS NA PELE E NA VIDA

Pode parecer estranho abordar o assunto dos acidentes ocorridos na realização da atividade, mas acho necessário fazer uma pausa e falar um pouco sobre estes acontecimentos que influenciaram, direta ou indiretamente, a todos os praticantes de *trike*. O primeiro acidente aconteceu em Abril de 2014, havia acabado de entrar em campo e provocou em mim o sentimento de medo em relação à prática, tanto em relação a eu descer de *trike* como de que alguma coisa semelhante acontecesse novamente. Mas percebi que provocou nos pilotos um sentimento de luto coletivo e que ainda é respeitado e homenageado em todos os eventos, em especial nos da região de Curitiba/PR, de onde o piloto que faleceu era. Agora, depois de tudo que vivenciei em campo, revendo as observações, as conversas que tive sobre este acontecimento e o envolvimento que tive com o *Trike*, compreendo melhor esse “luto coletivo”, compartilhado também por pessoas que não o conheciam. Então, em respeito, vou adotar aqui o mesmo procedimento que é adotado no *Trike*. Nas conversas sobre este acidente

ou menção a este piloto ele sempre é chamado de “Argentino”, seu apelido, assim também o tratarei.

O acidente aconteceu em um treino após um motorista não respeitar o fechamento das ruas e bater de frente com o *trike* do Argentino que estava descendo. Sobre o dia e o acidente procuram não conversar e comenta-se superficialmente, até mesmo sobre o lugar onde ocorreu evita-se falar, e confesso que em mim também gera um desconforto. Creio que o desconforto não está, restritamente, no fato de estarmos tratando do tema “morte” que naturalmente nos perturba, mas porque para os que o conheciam e tinham um convívio houve uma perda inestimável, e para nós, que não o conhecíamos, nos remete ao perigo que se corre ao realizar a prática e nos faz lembrar os acidentes que presenciamos. Mas, mesmo assim, a foto do Argentino carregando seu *trike* é muito utilizada para ilustrar o *trike* e a menção a sua imagem é muito comum, em caricaturas de painéis nos eventos, em adesivos nos capacetes ou nas estampas das camisetas.

É uma parte muito delicada e desconfortável na pesquisa o assunto sobre os acidentes, mas vejo que há importância em falar sobre isso. Pois percebi que, infelizmente, após cada acidente grave havia alguma modificação no meio como um todo, não importando se o acidente era em São Paulo, havia influências em todas as outras equipes do país, seja na forma de realizar alguma atividade ou na melhoria dos equipamentos. Ocorre, também, que após algum acontecimento grave há os que desistem de andar de *trike*, não se desvinculam totalmente, mas não andam mais. Estes passam então a se dedicar a tirar fotografias dos eventos, como foi um dos casos que tive contato, a ajudar na organização ou só vão para encontrar com os amigos e ver as descidas. Estas influências eu consegui perceber por meio de conversas com pilotos de várias equipes de diferentes regiões, sendo que na maioria das vezes que conversei sobre este assunto era porque a pessoa havia postado algo nas redes sociais que se referia aos acidentes, então sentia abertura para conversar.

Outro acontecimento que mobilizou todas as equipes do Brasil e influenciou a prática do *Drift Trike* foi outro acidente que ocorreu em Agosto durante um rolê de final de semana, também no interior de São Paulo. Novamente, um veículo não respeitou o bloqueio e colidiu com um rapaz que estava descendo de *trike*, por causa da gravidade dos ferimentos foi necessário a amputação de uma das pernas do piloto. A notícia do acidente foi amplamente divulgada pelos praticantes por meio das redes sociais. E logo que houve a confirmação da necessidade de amputação iniciaram-se movimentos de mobilização para arrecadar dinheiro, tanto para a compra de uma prótese como para ajudar nos gastos médicos. Equipes de Santa Catarina e Rio Grande do Sul promoveram rifas; do Paraná, encontros, onde a taxa de

inscrição era destinada para a compra da prótese; equipes do norte do país, Tocantins e Rondônia, contribuíram com doações; teve ainda as ações solidárias realizadas por equipes de São Paulo e Minas Gerais. O piloto se recuperou, e três meses depois foi até Santa Catarina para o GP de Bombinhas, desta vez não pode participar como piloto, mas acompanhou as provas como espectador. Agora ele está em processo de adaptação da prótese para voltar a andar de *trike*. Foi a partir deste acidente que se difundiu o uso das roupas de *MotoCross* durante a realização da atividade, além dos outros equipamentos já indispensáveis. E, também, começa-se a verificar a possibilidade de inclusão de portadores de necessidades especiais nas competições.

Mas, destaco que a postura que este piloto assumiu de voltar, paulatinamente, a andar de *trike* depois do acidente que sofreu é exceção, geralmente, diante de acidentes mais graves os pilotos tendem a não andar mais de *trike*. Como o caso do rapaz que, devido a complicações causadas por uma pancada que sofreu na cabeça em uma queda, andando num campeonato, decidiu por não andar mais de *trike*, mas permanece frequentando os eventos de *trike*.

Nos meses que tive em campo presenciei várias quedas, algumas que provocaram ralados e roxos, e outras mais graves que causaram ferimentos que necessitaram de cirurgias para a reparação dos danos. No entanto, nunca soube ou presenciei alguém se desligar do *Trike* por causa do acidente que sofreu, pode parar de andar, mas não se afasta, busca outro meio para permanecer na “vida no *Trike*”, como chamam, seja na organização, no apoio ou na fabricação de produtos destinados a este público. E, por mais que fugisse a minha razão antes, hoje compreendo um pouco mais essa decisão. Logo após o GP de Bombinhas ouvi de um piloto de Curitiba/PR “não dá ‘pra’ deixar o *Trike*, ele faz parte de mim”.

Compreendi que o *Trike*, para a maioria dos seus membros, já está vinculado a identidade pessoal, por isso esse sentimento de “faz parte de mim”. Por isso tenho a sensação de que é mais que um sentimento de pertença a uma equipe, mas de pertencer a um “mundo particular”, a um grupo mais amplo, ao “mundo do *Trike*”, que afeta tão diretamente a sua vida. Isso porque, nas conversas que tive com pessoas que sofreram quedas mais graves, não havia em suas falas menção ao grupo de pessoas que costuma andar, a equipes em particular. Mas, havia um discurso inflamado de defesa do *Trike*, da prática da atividade, da sensação de liberdade que proporciona, dos vínculos que são estabelecidos, do quanto “ele é diferente dos outros esportes que se pratica por aí, olha isso que ‘tá’ acontecendo aqui, você não vê como é diferente? Já viu algo assim por aí?” (explicação de um rapaz de uma equipe do interior de São Paulo em uma entrevista no GP de Bombinhas).

## 7 A MINHA RESPOSTA

Quando fui questionada “Já viu algo assim por aí?”, minha resposta sincera foi “Não”. Primeiramente, porque nunca havia visto um grupo que estabelecesse uma relação permeada de tanto significado e sentimento com as ruas. O que rebate o pensamento de Augé (1994), sobre a existência do não-lugar e concorda com Bartoly (2011) e Tuan (1983), de que é possível estabelecer diferentes níveis de relações de significados sobre os lugares, independente de proporção territorial mínima e que o local que não possui sentido para um grupo pode ser repleto de sentidos para outro. Tudo dependerá das relações e práticas estabelecidas dentro do espaço. No caso do *trike*, a maior parte das ações e interações ocorre nas ruas, por isso, eu compreendo ser impossível o indivíduo não estabelecer um sentimento em relação ao lugar.

Apesar de ter permanecido 8 meses em campo, apresento as minhas percepções sobre o campo do *Trike* com muitas ressalvas, pois ainda não tenho certeza se o campo está mudando tanto, ou se a minha forma de olhar o campo mudou muito à medida que me deixei envolver por ele, ou se aconteceu os dois movimentos ao mesmo tempo. Ou ainda, o que acho extremamente grave, eu estou compreendendo tudo de maneira errada. Quando me propus a entrar em campo acreditava que meu olhar deveria estar sobre as práticas relacionadas somente em relação ao espaço físico delimitado. Mas à medida que fui conhecendo esse novo universo social percebi que as equipes de *trike* não estabelecem uma relação somente com a ladeira que usam para suas atividades. Ao ser considerado como um membro do *Trike* os indivíduos passam a desenvolver afeições em relação a todas as ladeiras que já desceram de *trike* e, ao ser reconhecido como um membro deste grupo social ele tem a possibilidade de utilizar as ladeiras de outras equipes.

Como expliquei no capítulo 2, à medida que conheci o *Drift Trike* percebi que o ele pode ser visto como um grupo social. Mas na minha compreensão, esse grupo social, que chamo de *Trike*, é formado por várias equipes e indivíduos que praticam o *trike* nas mais variadas ladeiras. Assim, este grupo não está localizado em uma área ou cidade específica, mas espalhado por várias ladeiras, unidos por meio dos significados e sentidos compartilhados e das relações sociais estabelecidas. Essa característica do grupo, para mim, tornou complexo o seu estudo e análise.

Em meus primeiros contatos com o *Drift Trike*, além do estranhamento, houve em mim um sentimento de admiração, um deslumbramento, por acreditar estar vendo, de maneira tão explícita, a construção de um cotidiano cheio de espontaneidade (no sentido mais puro e

simples da palavra). Mas, à medida que fui convivendo, consegui ir percebendo o que há nas entrelinhas e espero conseguir demonstrar isso a você, leitor, mas páginas que seguem.

Há uma espontaneidade nas práticas e relações, no entanto, ao observar de maneira mais atenta percebi que não havia, somente, significados e sentidos compartilhados, mas isso incluía a questão do que era considerado conveniente para o grupo, o que acaba por direcionar as ações e limitar a espontaneidade das pessoas. Enxergar estes elementos por detrás das ações me fez voltar aos pensamentos de Certeau, Giard e Mayol (1998) sobre a conveniência e suas funções de: (1) repressões minúsculas, (2) transparência social, (3) consumo e postura do corpo, (4) trabalho social dos sinais.

Compreendo que seja normal, em qualquer grupo, o estabelecimento sutil da conveniência como norteador das ações e promovendo o bom convívio entre o grupo, entretanto, algo que me surpreendeu muito foi ao que se referiam as questões do gênero. Logo nas primeiras visitas, em Maringá, encontrei dificuldade com algumas equipes para o desenvolvimento da pesquisa, como já descrevi. Mas não compreendia a sensação que tinha de não aceitação da minha presença por parte das mulheres. Bem como, a constante pergunta se era namorada ou irmã de alguém. Fui compreender melhor quando participei do GP da Graciosa e tive o seguinte diálogo com um piloto de Londrina:

Ele: - Você é o que de quem?

Eu: - Nada de ninguém -, respondi meio que sem entender.

Ele: - Se não é nada de ninguém, o que 'tá' fazendo aqui?

Foi um choque perceber que, por mais que eu explicasse que estava no meio por causa da pesquisa sobre o *Trike*, eu era vista com desconfiança por ser mulher, não ser piloto, e não possuir vínculos afetivos com ninguém. Mas com o tempo, e procurando não me sentir ofendida com as reações, compreendi que as outras mulheres que não praticavam *trike*, mas estavam envolvidas no meio, possuíam um vínculo com algum piloto. Aquelas que não possuíam esse vínculo eram vistas com desconfiança, principalmente pelas outras mulheres, o que influenciava na postura dos homens. A sensação que tinha era que não era conveniente a uma mulher, que quisesse manter a sua boa reputação, participar das atividades do *trike* sozinha. Prefiro não entrar em detalhes sobre essa experiência em relação ao gênero dentro do *Trike*, pois acredito que fugiria um pouco do foco desse trabalho e o ampliaria por demais, prefiro deixar as observações e a minha experiência sobre este aspecto para um trabalho futuro. Por momento, quis relatar esse ponto para que você, leitor, perceba uma das dificuldades que encontrei em campo devido ao sistema imposto pela conveniência, conforme

o conceito de Certeau, Giard e Mayol (1998) e a sua “transparência social” e a existência destas “repressões minúsculas” que estão relacionadas diretamente a punições simbólicas.

Outro ponto que me chamou atenção em relação à conveniência e que me fez reportar as suas funções, está relacionado ao consumo, aqui observei uma situação que se repetia, constantemente. Ela está ligada, também, ao que é considerado conveniente na estrutura social convencional, o consumo de drogas ilícitas. Muitos membros do *Trike* fazem consumo da maconha, e ela é consumida sem receios se estão, somente, entre membros do grupo, caso pessoas consideradas estranhas ao grupo estejam por perto, o consumo é interrompido ou escondido. Então, para esse grupo social o consumo de maconha não é considerado inadequado, tanto que há uma equipe que vincula a sua imagem ao consumo desta droga; e há indivíduos que também vinculam a sua imagem pessoal. Com isso, nas ladeiras este consumo realizado com naturalidade.

Na minha percepção, a definição do que é considerado conveniente não é realizada por um sujeito investido de poder, mas a própria convivência social foi definindo isso dentro do grupo. Assim, a conveniência é um sistema compartilhado por todos no *Trike*, independente da cidade ou equipe, ela é compreendida e respeitada. A compreensão do que é conveniente e o respeito a isto, é uma condição para que o indivíduo pertença ao grupo e permaneça. Algo que, para mim, é diferente da determinação do que é permitido ou não nas ladeiras. Essa determinação é realizada por pessoas investidas de poder, seja formal ou informal. Todavia, a conveniência pode influenciar o que é definido como permitido ou não.

Quando me refiro a esta determinação do que é permitido ou não, me deparo com as relações de poder que existem, e olhando para o *Trike* quanto grupo social, identifico algumas peculiaridades. Por exemplo, há órgãos ou associações responsáveis pelos eventos de *trike*, tanto em nível nacional quanto estadual, que no caso: a NDT e as Ligas. Claramente elas possuem um poder formal ao que se refere a esses eventos, mas a influência deste poder não se restringe ao momento dos eventos. Decisões tomadas por estas associações afetam o modo como as equipes realizarão as atividades na ladeira em sua cidade. Uma situação que demonstra essa influência está no uso das rampas para a largada. Normalmente, a largada para a descida de *trike* é feita sem o auxílio de qualquer equipamento, o indivíduo somente impulsiona com as pernas. A partir do momento que estas associações citadas começaram a utilizar de rampas, como a do modelo que a imagem a seguir ilustra, as equipes também passaram a usar quando estão realizando treinos para os campeonatos.



**Figura 166 - Rampa de largada no modelo da NDT para campeonatos nacionais**  
 Fonte: A autora.

Algumas equipes, na intenção de diferenciar-se das demais personalizam suas rampas, ou mesmo, fabricam rampas com medidas superiores, como o caso da rampa ilustrada na imagem que segue. E isso afeta diretamente no espaço utilizado pela equipe na cidade, seja na questão do tráfego ou na imagem que as pessoas constroem sobre a ladeira diferenciando-a das demais. No caso da rampa usada como exemplo, há a vinculação da ladeira desta equipe com a “rampa monstro”, como chamam.



**Figura 177 - Rampa de largada da equipe de Apucarana/PR**  
 Fonte: A autora.

Todavia, ao tratar das relações de poder nos territórios físicos ocupados pelas equipes, na minha visão, estou tratando da instituição do poder informal, o que gera mais conflitos. Como Soja (1971) explica, é possível haver no território mais de uma força de poder, no caso das equipes de *trike* é comum verificar isso, principalmente quando há interesses ou preferências diferentes entre os membros. Presenciei neste tempo em campo disputas internas que culminaram na divisão da equipe, e com isso, ocorre a ocupação e posse de outra ladeira pela nova equipe. No período que estive no meio do *Trike* fiquei sabendo de conflitos que chegaram ao ponto da divisão da equipe nos estados do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, e acompanhei de perto esse processo em Maringá/PR e Apucarana/PR.

Olhando, atualmente, para os conflitos que ocorreram em Maringá percebo que eles tomaram proporções maiores porque, além de divergências sobre a opinião em relação a como algumas práticas deveriam ser realizadas, havia a disputa para verificar quem conseguia influenciar o maior número de pessoas dentro do grupo. E quando ocorreu a divisão, a nova equipe procurou um novo lugar para se estabelecer, realizaram o processo que expliquei sobre “fincar bandeira”. Não conseguiram dividir o mesmo espaço com a outra equipe por causa das disputas e por não se sentirem mais com domínio sobre o lugar. Percebendo essa situação eu me remeto ao que expliquei no capítulo anterior sobre a relação do grupo social *Trike* e as ladeiras. Mesmo que determinada ladeira seja caracterizada como posse de uma equipe, não há problema que outras equipes venham a utilizá-la, mas eles conseguem fazer isso, sem gerar conflitos, porque estão na condição de convidados ou autorizados à realização de atividades naquele espaço. Todavia, quando há disputas de poder entre membros de equipes diferentes, aqueles que não são detentores da posse sobre a ladeira, são vistos como invasores e assim ações de defesa para expulsá-los são tomadas. O “jogar sujo” nas descidas é a ação para defender a posse sobre a ladeira e expulsar a outra equipe mais utilizada. Entretanto, eu ainda acredito que, no caso de Maringá, os conflitos chegaram a proporções inesperadas porque nem todos os indivíduos envolvidos pertenciam ao grupo social *Trike*, pois uma das equipes é aquele grupo que mencionei que optou por realizar a prática do *trike* só entre si. Acredito nisso baseada no que também acompanhei em Apucarana.

Em Apucarana mais do que a união por causa de uma equipe, as pessoas que praticam o *trike* também estão inseridas no grupo social mais amplo *Trike*, e com isso, há um sistema de significados e sentidos que os mantêm próximos. Pois, nesta cidade, apesar da divisão da equipe, a antiga e a nova conseguem conviver de maneira amistosa. Há alguns momentos que ocorrem conflitos, principalmente, em relação a novas pessoas que vem para praticar e a

definições sobre o carro resgate e o rateio das despesas, mas eles são superados e as equipes conseguem realizar os rolês juntas.

O processo de descobrir novas ladeiras e tomar posse delas, seja para haver novos lugares para realizar a atividade ou por causa de conflitos entre equipes, é um algo que afeta diretamente na territorialidade da cidade. Independente da intencionalidade que mova o grupo para se estabelecer em algum lugar e desenvolver por ele um sentimento de posse (LEFEBVRE, 2008; LEITE, 2002), a territorialidade, no caso do *Trike*, será estabelecida. E o estabelecimento desta territorialidade promove mudanças na estrutura física e na imagem do lugar, pois, em conjunto com a prática do *trike* e para realizá-la, os indivíduos trazem para o espaço novos elementos e modificam a dinâmica que existente.

A partir dos exemplos que já citei é possível elencar algumas mudanças no espaço. Além do sentimento de posse sobre o local, o que possibilita a realização da dinâmica territorial e inserção de novos elementos, os membros do *Trike* procuram deixar a sua marca no espaço. Esse deixar a sua marca pode ser por meio dos elementos inseridos de maneira permanente, como o ato de pintar as ruas, mas, e principalmente, elementos momentâneos que permanecem durante o período do encontro, como por exemplo, o banner da equipe, os cones, a própria identificação deles por meio das roupas com símbolos de equipes de *trike*. Mais do que isso, a posse também é externada por meio do controle ao acesso ao lugar, pois o tráfego nas ruas é interrompido, pelo menos parcialmente durante o período que o grupo estiver no local.

Compreendo que o fato de haver mais de um território ocupado por membros do *Trike* em uma cidade, ou algum destes estar próximo a regiões com maior movimentação, aumenta a visibilidade da prática e a receptividade dos moradores. O que contribui para que os rolês sejam realizados de modo harmonioso em relação às pessoas que habitam a região, e para que quando houver eventos na cidade ela seja mais receptiva aos praticantes.

Os campeonatos são importantes para a cidade? Na minha compreensão, se eu olho de modo geral, não. Isso porque o campeonato acontece uma ou, no máximo, duas vezes ao ano na mesma cidade e num curto período de um final de semana. A cidade é importante para a realização do campeonato? Neste caso eu entendo que possui uma importância, mas eu não vejo como sendo fundamental, o que mais importa para os pilotos é a pista. O apoio dos órgãos municipais é importante para a infraestrutura do evento; já a receptividade dos moradores é importante para a imagem que os pilotos terão da cidade, o que influenciará alguns a passearem pela cidade na noite que antecede o evento ou não.

Os campeonatos são importantes por causa da influência que exercem sobre as práticas das equipes, o que afetará nas ações que elas tomaram em suas cidades. Além disso, os campeonatos são os momentos de interação entre os membros do grupo social *Trike*, que estão espalhados por várias cidades do país. Percebi que, como qualquer grupo social eles possuem um sistema que é compartilhado de significados e sentidos que são empregados as suas práticas (SCHATZKI, 2002), mas seus membros atribuem grande importância aos vínculos de amizade construídos por causa da prática do *trike*. Como um piloto de Itapema/SC, que está no *Trike* desde 2012, me disse: “Boa parte dos amigos, agora, são pessoas que moram longe de mim, e os daqui de perto, que mais tenho convívio, também ‘são da ladeira’ comigo”.

Enfim, foram oito meses de “vida no *Trike*”, ou de coleta de dados. Nesse tempo, será que consegui alcançar aos meus objetivos? Acredito que sim. Retomo-os agora para que você, leitor, entenda essa trajetória de forma mais didática. Precisei, primeiramente, identificar como ocorrem as práticas sociais cotidianas do *Drift Trike*. Para isso, tive que observar as atividades, tanto dos pilotos quanto das pessoas que os acompanham dentro território; e assim, compreender os sentidos e significados empregados às ações realizadas. Quando a pessoa inicia a prática de *trike*, a sua rotina e seus hábitos são modificados. A primeira mudança a ser notada é que ela passa a frequentar bairros dentro da sua cidade que antes não estavam em seu itinerário, mas que agora passam a ter um significado e a ser lugar de constante convivência social, bem como, a visitar cidades que não conhecia e, por vezes, não tinha nem despertado o interesse de conhecer. Além do mais, devido aos campeonatos, as viagens tornam-se frequentes para o piloto e para a sua família.

Pela observação e conversas, percebi que o ciclo de amizades e convívio sofre grande influência, pois a maior parte do tempo livre é dedicada para praticar *trike* e, conseqüentemente, estará interagindo com as pessoas ligadas a esta prática. Isso influencia até no estabelecimento de relacionamentos amorosos, como acompanhei o início de namoros entre pessoas que se conheceram por meio do grupo, e, em alguns casos, de casamentos. Outro fator relacionado ao convívio é uma peculiaridade em relação aos momentos de confraternização, além de serem frequentes, por vezes eles ocorrem em parques da cidade ou na própria ladeira, somente para que possam levar os *trikes* e “brincarem um pouco”, como alguns pilotos me explicaram. Eles preparam churrascos ou piqueniques nestes locais, enquanto realizam mudanças nos *trikes* ou os emprestam para pessoas que estejam visitando o local e que tenham curiosidade em conhecer.

Em relação a isto, me chamou muito a atenção do tempo dedicado ao *trike* e o que o envolve, mas, e principalmente, a influência disso nas decisões diárias das pessoas e no convívio social. É estranho para mim, ainda, explicar sobre esse ponto, mas o que percebo é que “a vida passa a ser o *Trike*”, foi o que vi acontecer comigo e que via com as outras pessoas. Os finais de semana passam a ser preenchidos por atividades relacionadas ao *trike* ou com pessoas do grupo; as conversas, mesmo que não esteja mais no espaço dedicado à prática e nem com pessoas do grupo, tendem a se voltar para o assunto “*Trike*”. Bem como, a preferência por escolher roupas e acessórios que remetam a ideia do *trike*; e as mudanças na rotina e organização familiar, só me fazem ter certeza do quanto estas influências permeiam toda a vida das pessoas deste grupo.

A possibilidade de observar estes fatores me remete a alguns pontos que Certeau (1998) apresenta sobre o cotidiano, no cotidiano podemos observar a rotinização da vida dos sujeitos, mas, ele aponta para pequenas liberdades e espontaneidade. A prática do *trike* possui um duplo sentido, ao mesmo tempo em que promove uma sensação de quebra de rotina, ela gera uma nova rotina, mas, entendo que por estar envolvida, na maioria das vezes, em uma atmosfera de descontração e por ser uma prática esportiva que estimula adrenalina, não é percebida como uma rotina maçante.

A observação dos pontos referentes ao cotidiano deste grupo social só foram possíveis porque é por meio das ações diárias que o sujeito revela suas preferências. E, também, porque presenciei outra prática, denominada por Certeau, Giard e Mayol (1998) como o cuidado com a vida do outro – o qual mencionei no capítulo que apresentei a teoria do cotidiano. As ações rotineiras no espaço eram fáceis de observar, mas as influências na vida pessoal e familiar, na maioria das vezes, só foram possíveis devido a algum contato prévio com um comentário sobre a vida alheia, somente, em seguida, procurava a pessoa para conhecer um pouco mais a sua realidade. Ou seja, vi dentro deste contexto social o que os autores explicaram, que no cotidiano há a transparência da nossa vida, seja por escolha própria de expô-la ou por causa dos olhares de terceiros sobre nossas práticas.

Todavia, esse ponto já me remetia ao segundo objetivo específico, que era caracterizar as práticas de microrresistências e a ressignificação das ruas por meio do cotidiano do *Drift Trike*. Observar ações realizadas nas ladeiras por indivíduos pertencentes a este grupo, me levou a perceber a ressignificação das ruas e a diagnosticar as práticas de microrresistências.

Na ressignificação, as ruas passam a ser tratadas como pistas, voltadas para o sentido de pistas de corrida. Mas não só isso, este processo é marcado por uma apropriação do lugar, onde o sujeito passa a estabelecer um sentimento de posse e uma identificação com o

território, isso gera uma modificação em ambos os lados. O indivíduo tem sua identidade pessoal modificada devido à relação que estabelece no lugar, mas ele, em conjunto com o grupo que pertence, também modifica a identidade do lugar que escolheram para tomar posse. As práticas de microrresistência permeiam esse processo de ressignificação das ruas, mas, compreendi que, sobretudo, se relacionam com os elementos que envolvem a prática do *trike* e as forças de poder que atuam no território.

Pelo que percebi, muitos possuem a visão ingênua de que a “vida no *Trike*” é repleta de espontaneidade e liberdade, mas eu compreendo que o cotidiano vivenciado pelos membros deste grupo é tão opressor quanto ao dos demais. Reafirmo que, talvez essa sensação de liberdade ocorra devido à adrenalina que a prática esportiva proporciona, não que eu a esteja considerando como uma tática dentro da perspectiva de Certeau (1998). As táticas, para mim, estariam mais relacionadas às ações realizadas que quebram a padronização impostas pelas Associações que promovem os campeonatos de *trike*, seja uma ação que levará a uma vantagem, mas, e principalmente, as ações que personalizam os elementos utilizados. E estas pequenas ações ocorrem, como Certeau (1998) explicou, no consumo ou uso do que é imposto às pessoas. A princípio, via como ações de tática a bricolagem realizada com os equipamentos de outros esportes, mas durante o tempo em que estive em campo, a construção de equipamentos especializados para a prática de *trike* foi se consolidando. E, posso afirmar que, houve uma pressão social para que estes equipamentos especializados fossem utilizados por todos, todavia, devido à própria forma de fabricação eles se tornam padronizados.

Então, na minha compreensão, quando ocorrem pequenas mudanças na forma de consumo sem afrontar o pensamento dominante, tenho as táticas. Isso engloba desde ações como não utilizar de peças de freios que são fornecidas por lojas de *trike*, mas “improvisar” com peças de bicicleta no momento de substituir; ou a adaptação da equipe na utilização das rampas de largada; as modificações nos capacetes e em outros acessórios de segurança para que a placa de numeração não seja a única forma de identificação; a justificativa de que estava se arrumando no banco e não realizando “paranauê” durante as descidas; ou ainda, o permitir o uso do “paranauê” em rolês, desde que não tenha membros das Associações. Não consigo definir que uma determinada ação realizada será sempre uma tática ou uma estratégia, como Certeau (1998) explica, elas se correlacionam e modificam dependendo da situação. Cada ação é reavaliada de acordo com as forças de poder que estão presentes na situação.

Foi ao observar o cotidiano do *Trike* e as práticas de microrresistência e ressignificação que consegui assimilar a dimensão deste grupo social, porque percebi que não consigo compreender a construção da territorialidade no espaço utilizado em uma

determinada cidade, se não entender que equipes de outras cidades a influenciaram. Os acontecimentos em equipes e em eventos de outras cidades influenciam, direta ou indiretamente, na realização das práticas territoriais em cidades que possuem membros pertencentes ao *Trike* quanto grupo social. Por exemplo, as modificações nas práticas que presenciei na minha vivência com a equipe de Apucarana, a inclusão de elementos nas ladeiras durante a prática do *trike* – a rampa, os cones, os obstáculos com feno no trajeto da rua -, são influências dos campeonatos que participam. Todavia, ao realizar a inclusão destes elementos a equipe promove pequenas modificações, buscando não caracterizá-los como influência direta da NDT, por exemplo, no caso da rampa.

Então, chego ao final da minha dissertação, com a certeza de que para alcançar o terceiro e último objetivo específico, ou seja, compreender a construção da territorialidade no espaço utilizado para a prática do *Drift Trike*, precisei me inserir no grupo social *Trike*, e não só nas equipes de Maringá e Apucarana. Porque, somente com essa vivência pude perceber as relações de influências entre as equipes de diferentes cidades, e consegui compreender como a territorialidade é construída por meio do *Trike*. Minha intenção não foi estudar cidades específicas, mas compreender a contribuição do *Drift Trike* na construção da territorialidade nas cidades que possuem membros deste grupo social.

Percebi que em cidades onde os membros das equipes também pertencem ao grande grupo social *Trike* não há brigas e disputas territoriais, as equipes não são vistas como intrusas ao utilizarem a ladeira de outra equipe. Neste caso, intrusos ou estranhos são as pessoas que não pertencem ao *Trike* de um modo geral, desde praticantes de outros esportes até moradores das proximidades. Mas as ações de defesa do território só são tomadas quando o grupo se sente ameaçado, caso contrário, bastam as ações de demarcação, como o uso dos cones. E o processo de territorialidade está muito ligado ao sentimento de posse, mas também, ao sentimento de identificação do grupo com o lugar. Tanto que, ao realizarem ações de diferenciação do território em relação aos demais buscam vinculá-lo com a imagem da equipe e vice versa, isso tanto em relação aos demais territórios dentro da cidade como aos outros territórios que se pratica o *trike* em outras cidades.

Na minha compreensão, se um indivíduo qualquer olhar para as atividades que envolvem o *trike* de maneira superficial, vai concordar que ele forma dentro das cidades territórios destinados ao lazer e à prática esportiva. Entretanto, ao olhar com mais cuidado, perceberá que se trata de uma prática social que trará influências de ações realizadas em outras cidades que também se pratica do *trike*. Na maioria das vezes, a formação desta territorialidade não afeta em grandes proporções a dinâmica da cidade, é mais um território

que convive com os demais. Todavia, esporadicamente, devido aos eventos de *trike*, pode acontecer uma alteração momentânea na dinâmica cidadina. Outro fator que observará é a forte questão do convívio social e influência sobre o estilo de vida das pessoas que pertencem ao grupo, que extrapola a vivência no espaço físico. O que, para mim, é um fator que gera um efeito em cadeia, quanto mais o convívio social extrapolar os limites físicos do espaço destinado para a prática do *trike*, mais a pessoa tem seu estilo de vida influenciado pelo *Trike*, e mais ela vai se sentindo pertencente ao grupo, familiarizada, e mais ela fortalecerá os vínculos sociais que estabelece com as demais pessoas do grupo.

## 8 DESLIGAMENTO, FINALIZAÇÃO E CONCLUSÃO

[...] Eu segurei minhas lágrimas,  
 Pois não queria demonstrar a emoção,  
 Já que estava ali só pra observar  
 E aprender um pouco mais sobre a percepção [...]
   
(*Só os loucos sabem* – Charlie Brown Jr.)

Quando comecei a desenvolver o meu Projeto de Pesquisa a visão que tinha, e que pensava que iria abordar em meu estudo, era de como o *Drift Trike* perturbava a dinâmica da cidade. Chego ao final da minha dissertação concluindo que a prática do *trike* não perturba a cidade, ela simplesmente faz parte da dinâmica. O que pode acontecer, é as atividades que envolvem a sua realização, perturbarem, momentaneamente, o cotidiano de indivíduos que não praticam e não estão relacionados com o meio do *Trike*.

A minha visão sobre o campo mudou bastante no decorrer do meu envolvimento. Penso que isso aconteceu, principalmente, por eu não ter um contato anterior com o campo em questão, o que me permitia possuir uma visão simplista. Isso influenciou nas mudanças que ocorrem no aporte teórico e nos objetivos, além da ampliação da pesquisa, que a princípio seria só em Maringá/PR e Apucarana/PR. Pois eu percebi que não estava trabalhando somente com equipes que praticam uma atividade de lazer ou modalidade esportiva. Mas, essas equipes que eu estava me inserindo faziam parte de um grupo social bem mais amplo, o grupo que eu denominei como *Trike*, principalmente, por eles se referirem nas conversas sobre a “vida no *Trike*”.

Em relação ao tempo que tive essa “vida no *Trike*”, posso afirmar que foi estranho no início, confuso e desafiador o tempo todo, e com choro no final. Foi estranho não só pelas diferenças entre a realidade que estava me inserindo e a minha realidade pessoal, mas também, pelo contato com as teorias que estava trabalhando, que eram distantes das que estava acostumada a estudar. Este conflito de realidades e de teorias que se passava em mim, tornou o tempo que estive fazendo essa pesquisa, confuso e desafiador. Pessoalmente, sempre me adaptei fácil a novos grupos sociais, mas é muito diferente quando você está passando por esse processo de inserção em um grupo com a intenção de observar o comportamento das pessoas. Isso me gerava dois constantes medos: o de estar traindo a confiança das pessoas que se aproximavam de mim com a finalidade de estabelecer uma amizade e o de não saber até que ponto deveria me envolver.

O medo de estar traindo a confiança foi amenizando à medida que fui deixando claro para as pessoas de que estava no grupo por um período e para a realização da minha pesquisa. Depois de um tempo, eu percebi que as pessoas não compreendiam isso, e no fundo, nem eu consegui separar. Eu sempre deixei claro que o motivo de estar participando das atividades com eles era por causa da minha coleta de dados, mas os vínculos de amizade, por mais que não quisesse estabelecer, ocorriam naturalmente devido a afinidades em comum. No entanto, por ter esclarecido a questão da minha pesquisa, compreendi que não estava traindo, eles estavam conscientes dos motivos que me levavam até ali. Mas, o medo de não saber até que ponto poderia me deixar envolver foi constante, por um lado foi bom, pois me ajudou a permanecer sempre atenta aos vínculos que estabelecia, bem como, a me reavaliar, constantemente, sobre a minha postura.

Este período que estive em campo me tirou da zona de conforto, me desafiou em vários sentidos. No aspecto intelectual, pois, como já disse, foi confuso trabalhar com essas teorias, e buscar correlacioná-las com o que estava vivendo em campo, às vezes mais me confundia do que ajudava no entendimento. Também fui desafiada nos aspectos físicos, porque não era fácil sair de Maringá na sexta-feira, de manhã, e só voltar na segunda-feira, à tarde. Quando vão para os campeonatos e ficam nos acampamentos, eles praticamente não dormem, e não me deixavam dormir. No GP de Bombinhas, acredito que não consegui dormir 6 horas em três dias de viagem, porque todos estavam muito ansiosos na ida, e no local onde acampamos era o terreno de uma casa, onde havia cerca de 30 pessoas, fizeram churrasco e teve cantoria a noite inteira. Ademais, o usar banheiros improvisados em acostamentos de rodovias ou, literalmente, no meio do mato, não me agradava em nada. Tentava encarar tudo como uma nova aventura e que duraria só uma fase, porque uma situação é você fazer essas coisas esporadicamente, outra é passar por situações parecidas com essas várias vezes em um curto período de tempo.

Entretanto, leitor, não pense que só tiveram coisas que me incomodaram na minha vivência no *Trike*. Apesar de ter passado por momentos, em especial no início, em que era olhada com desconfiança, eu fui aceita, não só pelas equipes de Maringá e Apucarana, mas, e acho que primeiramente, pelo grupo social. A partir do GP da Graciosa, onde comecei a estabelecer contato com várias pessoas de outras cidades, fui convivendo e ficando mais próxima dos membros do *Trike*. E essas relações acabaram por gerar uma afeição pelo grupo. Além disso, os encontros de *trike* tendem a ser animados e há pessoas divertidas, o que acaba por promover diversas risadas e momentos inusitados. Houve momentos tristes neste período,

devido aos acidentes que presenciei ou que conhecidos sofreram, e que, de certa forma me preocuparam.

Creio que, exatamente, por causa das experiências que o envolvimento com o campo causou em mim e do tempo que convivi com estas pessoas, a minha saída do campo foi relutante. Tinha consciência durante o GP de Bombinhas que estava na hora de sair, por algum tempo, não dava nem para continuar próxima das pessoas do *Trike*. Ao final do GP, durante a premiação, um piloto fez homenagem ao Argentino (o piloto que veio a falecer) e ao outro piloto que estava em fase de adaptação da sua prótese, eu caí em lágrimas. Percebi que minha reação não foi só por causa do momento emotivo, mas porque eu estava compartilhando com aquelas pessoas os seus significados e sentidos. Não só eles haviam me acolhido, como eu também os havia acolhido. Por isso precisei de algum tempo distante das pessoas e das práticas para poder retomar o meu trabalho.

Chego nestas últimas linhas me questionando se realmente chega ao fim as minhas pesquisas em relação ao *Trike*. No que esta pesquisa em questão contribuiu? Primeiramente, tenho certeza que não finalizo as minhas pesquisas neste campo. Houve algumas questões que vivenciei em campo e que não abordei na dissertação por entender que fugiria do objetivo, como a questão do gênero, que só citei, o estabelecimento do que é conveniente para o homem e o que é conveniente para mulher; bem como as relações de poder, formal e informal que cada um desempenha. Outros dois pontos, que estão completamente fora da construção deste trabalho, estão relacionados ao empreendedorismo e ao *marketing*. Isso por causa das novas empresas que estão abrindo para atender a esse público específico; e as empresas voltadas para a prática de esportes radicais que começam a investir na divulgação do esporte e formação de uma imagem publicitária. Estes pontos me dão margem para o desenvolvimento de artigos sobre o assunto com o material que tenho coletado neste meu período de imersão.

Já sobre as contribuições desta pesquisa, prefiro ser um pouco mais cautelosa e dividi-la em dois aspectos. Para o campo dos Estudos Organizacionais, creio que trouxe um novo grupo social a ser conhecido, embora com uma prática recente, este grupo está crescendo e se consolidando. Além disso, eles possuem uma nova forma de olhar para as cidades devido ao processo de ressignificação que passam, e a formação da identidade do grupo e das equipes está muito vinculado com os sentidos empregados ao espaço que ocupam e com as relações sociais estabelecidas no território. Bem como, o trabalho com esse grupo, permitiu que se percebesse que os praticantes de uma atividade de lazer ou de esporte podem vir a formar um grupo social, por conta da forma como a prática é vivenciada e como os sentidos e significados são compartilhados. Creio, também, que consegui contribuir uma parcela para a

percepção da territorialidade como um processo dinâmico, não se restringindo somente a espaços físicos delimitados, atuando de maneira estática.

Mas, eu acredito, de modo bem egoísta, que a maior contribuição desta pesquisa foi para a minha vida pessoal. Não era essa a intenção e não sei como as outras pessoas reagem ao realizarem uma pesquisa deste tipo, mas para mim, ela foi um constante processo de autoconhecimento. Contribuiu para eu superar meus limites, para conhecer minhas capacidades e acreditar nelas, para perceber minhas falhas e buscar corrigi-las. Por meio dela tive que olhar para questões relacionadas à natureza humana, o que por vezes me levou a situações que geraram decepções, em contrapartida, também me conduziu a momentos que me fizeram perceber a riqueza que há nela.

Esta, sem sobra de dúvida, foi uma pesquisa que me marcou. Não só na pele, literalmente, essas marcas os cremes cicatrizantes estão curando; marcou-me pelo tempo de convívio e pelas experiências que tive, e não só com o grupo, mas também com as teorias. Foi um longo período, regado a reflexões e lágrimas, na tentativa de compreender as temáticas que iria trabalhar e o grupo que estava inserida. No entanto, hoje vejo que a principal marca que deixou em mim foi a certeza de que nunca devo desistir. Ao escrever isso me vem a mente a imagem do rapaz que amputou a perna, o Henrique, já contei a história para você, leitor.

A primeira vez que caí de *trike* fiz um machucado que deixou uma cicatriz bem grande, e depois disso não andei mais com medo de cair. Ao ver o Henrique no GP de Bombinhas, três meses após o acidente, tirando a sua prótese e tentando andar de *trike* sozinho, pelo menos alguns metros, um nó se formou na minha garganta. Vi que eu, por causa de um machucado, havia ficado parada, desisti de tentar, e sempre usava como desculpa a tentativa que julgava fracassada. Já o Henrique, terá marcas permanentes do que aconteceu, lembrando-o dos perigos que enfrenta, só que isso em nenhum momento o impediu, o paralisou. Ele decidiu subir no *trike* e enfrentar os medos e os perigos de novo. E presenciar essa cena, depois de tudo que acompanhei da história dele, já me valeu a pesquisa. Desde então, sempre que meus medos tentam me paralisar, eu me recordo desta cena e decido por enfrentá-los. É egoísmo da minha parte achar que, quem mais ganhou com esta pesquisa fui eu, mas é a verdade. Por isso, finalizo a pesquisa com a imagem do Henrique em um dos campeonatos que participou após colocar a prótese.



**Figura 188 - Campeonato Mundial de trike *SliderKing* (etapa Brasil)**  
Fonte: Igor Spacek<sup>21</sup>

---

<sup>21</sup> Foto retirada da página pessoal do *Facebook*, com autorização. Disponível em:  
<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=10153190545149096&set=t.100002636107418&type=3&theater>

## REFERÊNCIAS

ANDION, C. **Por uma nova interpretação das mudanças de paradigma na administração pública.** Cad. EBAPE.BR. 2012, vol.10, n.1, p. 01-19.

AUGÈ, M. **Não-lugares:** introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papyrus, 1994.

BARBANTI, V. O que é esporte? **Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde**, São Paulo, p.54-58, 2006. Disponível em: <<http://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/RBAFS/article/viewFile/833/840>>.

BARROS, C. F. P. **Trocas, hierarquia e mediação:** as dimensões culturais do consumo em um grupo de empregadas domésticas. 2007. 259 f. Tese (Doutorado em Administração). Departamento de Instituto Coppead de Administração, UFRJ, Rio de Janeiro, 2007.

BARTOLY, F. Debates e perspectivas do lugar na geografia. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 26, p. 66-91, 2011.

BEZERRA, A. C. A. Festa e cidade: entrelaçamentos e proximidades. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 7-18, jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/viewFile/3518/2445>>.

BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento marxista.** Zahar, 1988.

BURRELL, G.; MORGAN, G. **Sociological paradigms and organizational analysis.** London: Heinemann, 1979.

BUTTNER, A. Aprendendo o dinamismo do mundo vivido. In: CHRISTOFOLETTI, A. C. (Org.). **Perspectivas da geografia.** 2. ed. São Paulo: DIFEL, 1985.

CABRAL, L. O. Revisitando as noções de espaço, lugar, paisagem e território, sob uma perspectiva geográfica. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 41, n. 1, 2, p. 141-155, out. 2007.

CARDOSO, B.; DARODA, R. F. Cidade da Infância: Lugar e Cotidiano na Contemporaneidade. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL - ANPUR, 14., 2011, Rio de Janeiro. **Anais...** Porto Alegre: Gpit, 2011. p. 1 - 18. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/gpit/wp-content/uploads/2011/04/cardoso-daroda-cidade-da-infancia.pdf>>.

CARLOS, A. F. A. **A (re)produção do espaço urbano.** São Paulo: Edusp, 1994.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano: Artes de fazer.** v. 1. Petrópolis: Vozes, 1998.

CERTEAU, M. de; GIARD, L.; MAYOL, P. **A invenção do cotidiano: Morar, cozinhar.** v. 2. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHIZZOTTI, A. O cotidiano e as pesquisas em educação. *In.*: FAZENDA, Ivani (org.) **Novos enfoques da pesquisa educacional.** São Paulo: Cortez, 1992.

COIMBRA, K. E. R.; SARAIVA, L. A. S.. Confrontos entre o espaço produzido e o espaço vivido em Belo Horizonte: um estudo sobre o quarteirão do *soul*. **Revista Economia & Gestão**, Belo Horizonte, v. 14, n. 37, p.28-52, 2014.

CUNHA, J. A. C.; RIBEIRO, E. M. S. A etnografia como estratégia de pesquisa interdisciplinar para os estudos organizacionais. **Qualit@s Revista Eletrônica**, v. 9, n. 2, 2010. Disponível em: <<http://revista.uepb.edu.br/index.php/qualitas/article/view/692>>.

CLIFFORD, J. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX.** 4 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

COIMBRA, K. E. R. **Dinâmica territorial urbana: análise do movimento quarteirão do Soul em Belo Horizonte.** 2013. 202 f. Dissertação (Mestrado em Administração). Centro de Pós-graduação e Pesquisas em Administração, UFMG, Belo Horizonte, 2013.

COIMBRA, K. E. R.; SARAIVA, L. A. S. Territorialidade em uma organização-cidade: o movimento quarteirão do soul. **Gestão & Regionalidade**, v. 29, n. 86, 2013. Disponível em: <[http://seer.uscs.edu.br/index.php/revista\\_gestao/article/view/2104](http://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_gestao/article/view/2104)>.

DUMAZEDIER, J. **Lazer e Cultura Popular.** 3 ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000.

DURAN, M. C. G. Maneiras de pensar o cotidiano com Michel de Certeau. *In.*: **Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 7, n. 22, p. 115-128, 2007a. Disponível em: <<http://www2.pucpr.br/reol/index.php/DIALOGO?dd1=1577&dd99=pdf>>.

\_\_\_\_\_. Ensaio sobre a contribuição de Michel de Certeau à pesquisa em formação de professores e o trabalho docente. **Educação & linguagem**, ano 10, nº 15, jan./jun., p.117-137, 2007b. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/EL/article/viewFile/160/170>>.

FERREIRA, L. F. Acepções recentes do conceito de lugar e sua importância para o mundo contemporâneo. **Revista Território**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 9, p. 65-83, jul. 2000.

FISCHER, T. Gestão contemporânea, cidades estratégicas: aprendendo com fragmentos e reconfigurações do local. *In.*: CALDAS, Miguel P.; MOTTA, F. C. P. (Org.). **Gestão contemporânea: cidades estratégicas e organizações locais**, v. 2, Rio de Janeiro: FGV, p. 13-23, 1996.

FISCHER, T. A cidade como teia organizacional: inovações, continuidades e ressonâncias culturais Salvador, BA, cidade puzzle. **Revista de Administração Pública**, v. 31, n. 3, p. 74-88, 1997.

FISCHER, G.N. Espaço, identidade e organização. In: CHANLAT, J. F. (Coord.). **O indivíduo na organização: dimensões esquecidas**. São Paulo: Atlas, v. 2, p. 81-102, 1994.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, v. 228, 1987.

GEERTZ, C. **Nova luz sobre a antropologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

GEIGER, D. **Revisiting the concept of practice: toward an argumentative understanding of practicing**. *Management Learning*, v. 40, n. 2, p. 129-44, 2009.

GIARD, L. História de uma pesquisa. In: CERTEAU, M. C. **A invenção do cotidiano: Artes de fazer**. v. 1. Petrópolis: Vozes, 1998.

GREGORY, D.; JOHNSTON, R.; PRATT, G.; WATTS, M.; HATMORES, S. (Ed.) **The dictionary of human geography**. 5. ed. Singapore: Wiley-Blackwell, 2009.

HELLER, A. **História do Cotidiano**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

HONORATO, Bruno E. F.. **Ordem e subversão nas cidades: um estudo sobre a população em situação de rua de Belo Horizonte**. 2014. 214 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Administração, Centro de Pós-graduação e Pesquisas em Administração, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

LAGE, G. C. Revisitando o método etnográfico: contribuições para a narrativa antropológica. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 9, n. 97, p. 03-07, 2009. Disponível em: <<http://eduem.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/7104>>.

LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

\_\_\_\_\_. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

\_\_\_\_\_. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.

LEITE, R. P. Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na Manguetown. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n 49, p. 115-172. jun. 2002. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-690920020002000008](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-690920020002000008)>.

\_\_\_\_\_. **Contra-usos da cidade**. Lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 2007.

LEMOS, C. B. Construção simbólica dos espaços da cidade. *In*: MONTE-MOR, R. L. M. (Coord.). **Belo Horizonte: espaços e tempos em construção**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/PBH, 1994.

LEVIGARD, Y. E.; BARBOSA, R. M. Incertezas e cotidiano: uma breve reflexão. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 62, n. 5, p. 84-89, 2010. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-52672010000100009](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672010000100009)>.

LIRA, S. F. de. Um Pensamento Inquieto: os caminhos de Michel de Certeau. **AEDOS**, v. 5, n. 13, 2013. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/aedos/article/view/40584>>.

LONGINO, H. Values and Objectivity. *In*: CURD, M.; COVER, J. A. **Philosophy of Science**. New York: Norton, 1998.

MAC-ALLISTER DA SILVA, M. de A. **Organização-cidade: uma contribuição para ampliar a abordagem do objeto cidade como objeto de estudo no campo dos estudos organizacionais**. 2001. 172 f. Tese (Doutorado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

MASSEY, D. Um sentido global do lugar. *In*: ARANTES, A. A. (Org.). **O espaço da diferença**. São Paulo: Papirus Editora, 2000. pp. 176-185.

MURTA, I. B. D.; SOUZA, M. M. P.; CARRIERI, A. de P. Prática Discursivas na Construção de uma Gastronomia Polifônica. *In*: **Revista de Administração Mackenzie**. v. 11, n. 1, jan./fev., 2010. Disponível em: <<http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/RAM/article/viewFile/1537/1554>>.

OLIVEIRA, J. S. de; CAVEDON, N. R. Micropolíticas das práticas cotidianas: etnografando uma organização circense. **RAE**, São Paulo, v. 53, n. 2, mar /abr. 2013, p. 156-168. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-75902013000200004&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-75902013000200004&script=sci_arttext)>.

PEIXOTO, D. L. **Estratégias e táticas cotidianas: um estudo sobre os sentidos das práticas sociais e suas influências no fazer estratégia de uma barraca em feiras-livres**. 2011, 107f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, 2011. Disponível em: <[http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese\\_4077\\_.pdf](http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_4077_.pdf)>

PESAVENTO, S. J. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. *In*: **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 53, p. 11-23, jul. 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01882007000100002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882007000100002)>.

PIMENTEL, T. D. **A espacialidade na construção da identidade**. 2008. 258 f. Dissertação (Mestrado em Administração). Centro de Pesquisas e Pós Graduação em Administração, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

PIMENTEL, T.; CARRIERI, A. de P. A espacialidade na construção da identidade. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 9, n. 1, art. 1, pp. 1-21, 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1679-39512011000100002&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1679-39512011000100002&script=sci_arttext)>.

**PRO TRIKE**. Curitiba: Pro *Trike*, v. 1, 2014. Disponível em: <<http://www.youblisher.com/p/889349-Revista-Pro-Trike-N-01/>>. Acesso em: 02 mar. 2015.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

ROCHA, A. L. C. da; ECKERT, C. Premissas para o estudo da memória coletiva no mundo urbano contemporâneo sob a ótica dos itinerários de grupos urbanos e suas formas de sociabilidade. **Illuminuras**: série de publicações eletrônicas do Banco de Imagens e Efeitos Visuais, LAS, PPGAS, IFCH e ILEA, UFRGS. Porto Alegre. n. 4, p. 17, 2001.

ROCHA, P. J.; MONTARDO, S. P. **Netnografia**: incursões metodológicas na cibercultura. In.: Revista Compós, p. 1-22, 2005. Disponível em: <<http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewFile/55/55>>.

SANTOS, M. **Por uma Geografia nova**: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. São Paulo: Hucitec, 1978.

\_\_\_\_\_. **Metamorfoses do espaço habitado**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2006.

SANTOS, M. S. dos. Integração e diferença em encontros disciplinares. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 22, n. 65, p.51-60, out. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v22n65/a05v2265>>. Acesso em: 15 Não mar. 2015.

SARAIVA, L. A. S. CARRIERI, A. P. Simbolismo e dinâmica nas organizações. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS DA ANPAD, 5, 2008, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: ANPAD, 2008.

\_\_\_\_\_. Organização-cidade: proposta de avanço conceitual a partir da análise de um caso. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 2, p. 547-576, abr. 2012.

SCHATZKI, T. R. **Social practice**: a wittgensteinian approach to human activity and the social. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

\_\_\_\_\_. **Introduction:** practice theory. In: SCHATZKI, T. R.; KNORR-CETINA, K.; SAVIGNY, E. von. (Eds.). *The Practice Turn in Contemporary Theory*. London: Routledge, 2001. p. 10-23.

\_\_\_\_\_. **The site of the social:** a philosophical account of the constitution of social life and change. Pennsylvania: Pennsylvania State University, 2002.

\_\_\_\_\_. **The sites of organizations.** *Organization Studies*, v. 26, n. 3, p. 465-84, 2005.

SHARMA, V. Leisure: a vedantic view. *In: New Routes for Leisure*. Actas do Congresso Mundial do Lazer. Edições do Instituto de Ciências Sociais. p. 35-44. Lisboa, 1994.

SODRÉ, R. F. **Tintas nos muros:** um estudo sobre a produção de grafite no Rio de Janeiro. 2008. 242 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

SOJA, E. W. **The Political Organization of Space**. Washington, D.C., Association of American Geographers, 1971.

SOUSA FILHO, A. Michel de Certeau: Fundamentos de uma sociologia do cotidiano. *In: Sociabilidades*. São Paulo, v. 2, p. 129-134, 2002. Disponível em: <[http://www.cchla.ufrn.br/alipiosousa/index\\_arquivos/ARTIGOS%20ACADEMICOS/ARTIGOS\\_PDF/Michel%20de%20Certeau%20-%20fundamentos%20de%20uma%20sociologia%20do%20cotidiano.pdf](http://www.cchla.ufrn.br/alipiosousa/index_arquivos/ARTIGOS%20ACADEMICOS/ARTIGOS_PDF/Michel%20de%20Certeau%20-%20fundamentos%20de%20uma%20sociologia%20do%20cotidiano.pdf)>.

STONE, G. **American sport:** play and display. *Chicago Review*, 9 ed, 1955.

RELPH, E. C. **Place and placelessness**. London: Pion, 1980.

TUAN, Y. **Topofilia:** um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: DIFEL, 1980.

TUAN, Y. **Espaço e lugar:** a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983.

VERGARA, S. V.; CALDAS, M. P. Paradigma interpretacionista: a busca da superação do objetivismo funcionalista no anos 1980 e 1990. **Revista de Administração de Empresas, São Paulo**, v. 15, n. 4, p. 66-72, out./dez. 2005.

VIEGAS, G. C. F. S. **Dinâmica urbana e pichação:** Entre preto fosco e tons de concreto há quem prefira outras cores. 2014. 288 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Econômicas, Centro de Pós-graduação e Pesquisas em Administração, Universidade Federal

de Santa Catarina, Belo Horizonte, 2014. Disponível em:  
<[http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUOS-9LFLR9/vers\\_o\\_final\\_entrega\\_cepead\\_com\\_ata\\_de\\_defesa.pdf?sequence=1](http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUOS-9LFLR9/vers_o_final_entrega_cepead_com_ata_de_defesa.pdf?sequence=1)>.

VIEIRA, M. M. F.; PEREIRA, B. N. Estudos Etnográficos em Administração. *In*: VIEIRA, M. M. F.; ZOUAIN, D. M. (Orgs). *In.: Pesquisa Qualitativa em Administração*. Teoria e Prática. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

YACCOUB, H. A Autoridade etnográfica em questão: os usos da etnografia fora do campo acadêmico. *In.: VIII Reunión de Antropología del Mercosur*. Buenos Aires, set-out, 2009. Disponível em: <<http://www.pdfio.com/k-1624986.html>>.